



ADIÇÕES

A

O MINISTERIO PUBLICO

NA PRIMEIRA INSTANCIA





ADIÇÕES

A

O MINISTERIO PUBLICO

NA PRIMEIRA INSTANCIA







Composto e impresso na Typographia França Amado,  
rua Ferreira Borges, 115 — Coimbra,

FRANCISCO M. VEIGA

JUIZ DA RELAÇÃO DE LISBOA

ADIÇÕES

A

O MINISTERIO PUBLICO

NA PRIMEIRA INSTANCIA



COIMBRA

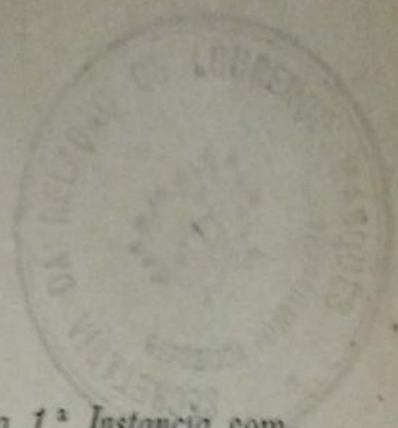
F. FRANÇA AMADO — EDITOR

1914

BIBLIOTECA DA RELAÇÃO  
DE  
LOURENÇO MARQUES

12. E. 1820





As *Adições ao Ministerio Publico na 1.ª Instancia* compreendem principalmente a doutrina a seguir conforme os diplomas publicados desde 5 de outubro de 1910.

Não faço nova edição, porque o Congresso ainda não reviu a maior parte daqueles diplomas.

Espero ainda fazel-a.

Creio que estas *Adições* servirão de guia aos que entram para a Magistratura do Ministerio Publico, a quem especialmente as dedico.

Afinal publico tambem um projecto de reforma da policia de investigação e dos juizos de instrucção criminal, que em setembro de 1910 apresentei ao ultimo governo monarchico com o respectivo relatorio, juntamente com a reforma do serviço da policia de segurança e da administrativa, porque me constou que ele foi publicado em um livro sem designação do auctor. Bom ou mau é meu.

Lisboa, janeiro 1914.

FRANCISCO M. VEIGA.

## ADIÇÕES

A

### O MINISTERIO PUBLICO NA PRIMEIRA INSTANCIA

A

#### ABANDONO

São considerados abandonados os filhos de paes que desapareceram, sem deixarem quem velasse por elles. — D. 21 agosto 1911, artigo 25.º, n.º 3.º.

V. *Expostos, Menores*.

#### ABUSO DE CONFIANÇA

As penas do artigo 454.º do Código Penal são applicaveis ao senhorio que anticipadamente receber mais do que lhe é permitido, ou aceitar qualquer caução nos arrendamentos em que se convencionar antecipação de renda. — D. 12 novembro 1910, artigo 5.º, § 4.º.

#### ACÇÃO POPULAR

V. Cod. Adm. de 1913, artigo 182.º.

#### ACTOS JUDICIAES

Nos respectivos autos, ou termos, não se fará menção da era, entendendo-se para os devidos efeitos que esta é a era vulgar. — P. 28 fevereiro 1911.



Os autos e termos podem ser escriptos e imprios. —  
D. 15 de Maio 1911, artigo 2º.

Todos os autos e termos em que intervir o juiz devem  
ser com as assignaturas dele e do escrivão. — Cit. loc.,  
artigo 1º.

V. Herrôia.

#### ARTIGO 191

O juiz de direito compoente os conjuges vivem em  
convívio. — D. 3 de Novembro 1911, artigo 1º.

O de direito tem a mesma gravidade e castigo que o de  
mulher. — Cit. artigo, § 1º.

O de direito não tem o poder de castigar a mulher  
pelo que elle commettere por elle.

Ficam substituidos os §§ 2º e 3º do artigo 191º do Código  
Penal. — Cit. artigo, § 1º.

A pena nunca pode exceder a maxima de prisão corre-  
cional. — Cit. artigo, § 1º.

O termo de accusação prescreve por seis meses. — Cit.  
artigo, § 1º.

Ficam substituidas as disposições do artigo 192º do  
Código Civil. — Cit. artigo, §§ 4º e 5º.

O conjuge offendido tem de optar pela acção criminal, ou  
pela de divórcio, ou pela de separação de bens. — Cit.  
artigo, § 1º.

#### ARTIGO 192

O de injuria pronunciada sobre sempre nos proprios  
autos, ainda que haja varios agravantes. — D. 15 de Feve-  
reiro 1911, artigo 1º; mas se, passados trinta dias depois  
da prisão ou fiança do primeiro agravante, não estiverem  
todas as coizas presas, sobre o recurso e ficará trasladado.  
— Cit. artigo, § 1º. Se mais tarde estes forem presos e  
aggravados, o recurso será julgado pelos mesmos juizes. —  
Loc. cit.

Ha agravo de petição da sentença proferida nos processos de presos em flagrante delicto, em casos de policia correccional, sem necessidade de termo. — D. 18 novembro 1910, artigo 7.º § 3.º.

Do despacho do juiz de investigação, que manda remeter os processos por crimes de policia correccional para os districtos criminaes, a fim de neles serem julgados, ha tambem agravo, e neste deve conhecer-se da constituição do corpo de delicto, e não somente da criminalidade do facto, porque aquella remessa só pode ter logar quando o corpo de delicto estiver completo. — D. 14 outubro 1910, artigo 6.º.

V. *Certidões*.

#### **AGUAS**

Aproveitamento da sua energia. — DD. 27 maio e 25 julho 1911.

#### **ALÇADA**

Não ha em materia criminal — D. 14 outubro 1910, artigo 6.º, § 3.º; mas não ficou revogado o § 2.º do artigo 125.º doCodigo Penal quanto a prescrição. — Ac. da Rel. do Porto, 14 outubro 1913.

#### **ALFANDEGAS**

V. D. 27 maio 1911.

#### **ALICIAÇÃO**

Destinada ao cometimento do crime de rebelião, previsto no artigo 1.º da lei de 30 de abril de 1912, apesar de nesta lei ser considerado um acto de execução do mesmo crime, é punivel somente com prisão correccional, não inferior a dezoito meses e multa correspondente. — L. cit., artigo 3.º.

Se é acto de execução estava comprehendido no artigo 1.º. A lei chama a este crime *aliciamento*.

V. *Tribunaes Militares*.

#### **ALIENADOS**

Criados manicomios criminaes destinados aos delinquentes. — D. 11 maio 1911.

BIBLIOTECA DA RELAÇÃO  
DE  
RODRIGO MARQUES



Para a contagem do tempo da pena é descontado o tempo passado nos manicômios. — L. 11 julho 1912, artigo 1.º.

Ninguém, ainda que privado das suas faculdades mentaes, póde ser privado da sua liberdade pessoal, sem que preceda auctorisação judicial, salvo caso de urgencia devidamente comprovada e requerendo-se immediatamente a confirmação judicial. — Const. da Republica, artigo 3.º, n.º 35.º.  
V. D. 22 fevereiro 1911.

#### AMNISTIA

V. DD. de 4 e 14 novembro 1910.

#### ANARQUISMO

Foi revogada a lei de 13 de fevereiro de 1896. — D. 10 outubro 1910.

V. *Armas, Explosivos, Provocação e Publicações.*

#### ANTIGUIDADE DOS JUIZES

Exercício de funções que não a prejudicam. — P. 6 janeiro 1912, LL. de 25 maio e de 10 julho do mesmo anno, artigo 4.º.

#### ANUNCIOS

A publicação no *Diario do Governo* e o seu pagamento é regulado por 2 portarias de 1 maio 1913.

V. *Delegados do Procurador da Republica.*

#### APOSENTAÇÃO

É obrigatoria a dos juizes logo que completem setenta annos de idade. — D. 20 dezembro 1910.

### APELAÇÃO

O reu apelante da sentença condenatoria tem de depositar a importancia das custas feitas e a provavel das do recurso, salvo tendo sido isento de custas pela sua pobreza. — D. 18 novembro 1910, artigo 13.º.

Por esta razão se entendeu no acordam da Rel. de Lisboa, de 6 agosto 1913 que o reu solto condenado e isento de custas por ser pobre podia recorrer para o Supr. Trib. de Justiça sem fazer preparo, apesar do disposto no artigo 76.º da Tab. dos Emol.

A exigencia do deposito da importancia provavel das custas do recurso é nova, violenta e desnecessaria, visto que na instancia superior o recurso seria julgado deserto, se o apelante não fizesse preparo. Assim póde haver juizes que arbitrem aquela importancia em quantia exagerada para prejudicar o recurso. *Não é provavel, mas é possivel.*

### ARMADA

Regul. disciplinar de 25 agosto 1913. O anterior era de 25 janeiro 1911.

### ARMAS

As licenças podem ser passadas aos maiores de catorze annos e menores de vinte e um, nos termos do decr. 25 outubro 1836. — P. 7 agosto 1913.

Mas não é permitido aos menores de 18 annos caçar com armas de fogo. — L. da caça, artigo 4.º § un.

A compra, detenção ou distribuição de armas proibidas, destinadas ao cometimento do crime de rebelião, previsto no artigo 1.º da lei de 30 abril 1912, apesar de serem nesta lei consideradas acto de execução do mesmo crime, são puniveis somente com prisão correccional não inferior a dezoito mezes e multa correspondente. — L. cit., artigo 3.º.

V. *Aliciação.*

Podem também usar de armas, sem licença, todos os empregados de finanças — D. 26 maio 1911, artigo 51.º, e os empregados de serviço interno das alfandegas. — D. 27 maio 1911, artigo 164.º.

V. *Explosivos, Tribunaes Militares.*



**ARRECADAÇÃO**

Quanto aos espólios das praças de préto dos corpos das guarnições colonias, v. decr. 3 novembro 1910.

V. *Assistencia Publica*.

**ARRENDAMENTO**

Regulado o dos prédios urbanos e dos estabelecimentos commerciaes, bem como as acções de despejo e penas. — DD. 12 e 18 novembro, 5 e 20 dezembro 1910.

V. *Abuso de confiança*.

**ARROLAMENTO**

O dos bens mobiliarios do casal póde ser requerido pela mulher, que tenha requerido o seu deposito judicial, como preparatorio de acção de divorcio. — D. 3 novembro 1910, artigo 20.º, § 2.º.

**ASSISTENCIA — judicial**

V. L. 21 julho 1899 e Regul. 1 agosto do mesmo anno, P. 1 maio 1913.

**— publica**

Foi regulada a sua organização e administração pelo decr. 25 maio 1911.

O Fundo Nacional da Assistencia é constituido, alem de outras importancias, por metade do valor dos espólios que reverterem para o Estado e de um por cento sobre as doações em favor dos ascendentes ou descendentes, e sobre a participação de uns e outros na quota disponivel da herança. — D. cit., artigo 9.º.

Constituem fundo da Commissão Central da Assistencia de Lisboa, alem de outras verbas, uma percentagem sobre as loterias nos termos do § un. do artigo 7.º do decr. 27 dezembro 1905. — D. cit., artigo 38.º.

A Provedoria Central da Assistencia de Lisboa é isenta de custas, multa e selos dos processos. — Cit. decr., artigo 14.º, § 3.º.

O chefe da repartição do Contencioso, o 1.º official e o solicitador representam a Provedoria, e os estabelecimentos dela dependentes, em juizo, e são equiparados ao Ministerio Publico, sendo dispensados de preparos e selos. Fóra de Lisboa e Porto é a Provedoria representada pelos respectivos delegados do procurador da Republica. — Cit. decr., artigo 38.º.

Sobre a organização da assistencia no Porto, nos distritos e nos concelhos, v. cit. decr., artigo 47.º e seg.

### **ASSOCIAÇÕES RELIGIOSAS**

V. *Companhia de Jesus*.

### **ATENTADO AO PUDOR**

O disposto no § un. do artigo 391.º do Codigo Penal é applicável sempre que a pessoa ofendida seja menor de dezasseis annos. — L. 20 julho 1912, artigo 27.º.

### **AUDIENCIAS GERAES**

Em Lisboa e Porto podem ter logar em todos os mezes, excepto em setembro. — D. 28 dezembro 1910, artigo 10.º.

### **AUTOMOVEIS**

Regulada a circulação e penas. — D. 27 maio 1911.

As transgressões do artigo 39.º deste regulamento será imposta a pena de um a quinze dias de prisão, *não remiveis*. — Cit. decr., artigo 57.º.

Quer dizer: a prisão não póde ser substituida por multa, porque não ha prisão remivel.



**B****BANDEIRA NACIONAL**

E' bipartida de côr verde escuro e escarlata. — L. 19 junho 1911.

A falta de respeito á bandeira nacional é punivel segundo o artigo 3.º do decr. de 28 dezembro 1910.

V. *Deportação, Jury.*

Não ha processo crime valido por este facto sem que por meio de exame se verifique que a bandeira tem os requisitos exigidos por aquella lei. Não representa a bandeira Nacional qualquer bandeira alojada num canto de uma taberna. — Ac. da Rel. do Porto de 3 dezembro 1912, confirmado pelo do Sup. Trib. de Just. de 11 fevereiro 1913.

V. *Districtos criminaes.*

**BENEPLACITO**

O n.º 13.º do artigo 3.º da Constituição não revogou o artigo 181.º do decr. de 20 abril 1911, porque aquele se refere á liberdade de expressão do pensamento e este á publicação de quaesquer determinações, ordens ou instruções que obriguem, dadas pela Curia Romana, pelos Prelados ou outras entidades que exerçam funcções dirigentes em qualquer religião, o que é muito diverso.

Foi esta a doutrina que ficou assente nos tribunaes superiores. — Ac. do Sup. Trib. de Just. de 8 e 29 outubro e 26 novembro 1912.

**BENS — das congregações e casas religiosas e dos jesuitas**

São considerados como pertencentes ao Estado os bens a que se refere o decr. 8 outubro 1910, e consideram-se possuidos em seu nome os que porventura ainda estejam



occupados. — D. cit., artigo 8.º e § un. e decr. 31 dezembro do mesmo anno, artigo 1.º § un.

E' permitido a terceiras pessoas reivindicarem os bens na posse do Estado, em virtude do decr. cit. de 8 outubro, e fazer valer quaesquer direitos que, quanto a elles, se arroguem. — Cit. decr. de 31 dezembro, artigo 3.º.

Mas nenhuma acção, ou execução, se póde intentar contra o Estado sem que preceda o processo de reclamação graciosamente apresentada ao delegado do Procurador da Republica nos termos dos artigos 8.º e seg. do cit. decr.

Prorogado o prazo para as reclamações pelo decr. de 30 setembro 1911; e ultimamente pela portaria de 20 fevereiro 1913 foi prorogado o prazo por sessenta dias a contar do dia em que terminarem os arrolamentos.

A acção sendo civil é decidida por um tribunal colectivo e quando commercial pelo jury. — D. cit., artigos 24.º a 27.º.

As acções e execuções contra os jesuitas e associações religiosas serão intentadas contra o Estado, representado pelo Ministerio Publico, depois de não ser atendida a reclamação. — Cit. decr., artigos 31.º e seg.

As questões levantadas por estrangeiros acerca da propriedade destes bens podem ser resolvidas por um tribunal arbitral internacional. — L. 13 julho 1913.

#### — das Igrejas

Os bens das catedraes, igrejas e capelas que eram destinados ao culto religioso pertencem ao Estado. — D. 20 abril 1911, artigo 62.º e seg.

#### — nacionaes

Regulada a sua venda pelo decr. de 25 janeiro 1911, artigo 2.º.



## BIGAMIA

As disposições dos artigos 337.º e 338.º do Código Penal são applicaveis aos casamentos previstos nos n.ºs 1.º, 2.º e 5.º do artigo 4.º do decr. de 25 dezembro 1910. — Cod. do Reg. Civ., artigo 239.º.

V. tambem os artigos 240.º e 241.º do mesmo Código.

## BINUBA

Foi considerado revogado o n.º 3.º do artigo 149.º do Código Civil. — L. 15 agosto 1913.

Esta lei não póde applicar-se ás viúvas que anteriormente tenham passado a segundas nupcias, porque os filhos já adquiriram o direito aos rendimentos dos seus bens durante a sua menoridade e entraram no uso pleno da propriedade, salva sómente a hypotese do artigo 164.º do Cod. civil. — Cod. cit., artigo 8.º.

Continuam em vigor as disposições dos artigos 162.º e 163.º do Código Civil quanto á administração dos bens dos filhos menores, porque nem foram expressamente revogadas, nem aquella lei importa a sua revogação, porque o direito de usufructo não comprehende essencialmente a administração dos bens. — Cod. Civ., artigos 2197.º, 2222.º e 2249.º.

Se a intenção do legislador foi egualar a situação da mãe á do pae, aquella egualdade desapareceria a favor da mãe, se se seguisse doutrina contraria. A mãe usufructuaria não seria obrigada a prestar caução, artigo 2221.º § 1.º, apesar de o verdadeiro administrador ser um extranho, o segundo marido; ao passo que o pae tem de prestar caução se passar a segundas nupcias, artigo 148.º § unico.

Não pode ser.

## BOATOS FALSOS

Quem *espalhar* boatos falsos tendentes a sobresaltar o espirito publico, e que possam causar prejuizo ao Estado, ou ao credito publico ou á segurança social, sem procurar verificar a sua origem ou fundamento, será punido com prisão até tres meses e multa de 10\$ a 100\$. — D. 28 dezembro 1910, artigo 4.º.



O processo preparatorio competente é o da policia correccional, embora a accusação siga como nos processos de querela, conforme o artigo 6.º do cit. decr.; e por isso não ha nulidade por nele se inquirirem menos de oito testemunhas. — Ac. da Rel. de Lisb. de 2 dezembro 1911.

#### V. Testemunhas.

É preciso no corpo de delicto, alem de todos os outros elementos do crime, averiguar se o boato é falso e se ele se espalhou, por diferentes partes e a pessoas diversas, não bastando a simples reprodução dele a uma pessoa só. — Cit. ac., e ac. da mesma Rel. de 27 janeiro e 10 fevereiro 1912, e do Sup. Trib. de Just. de 6 novembro 1912.

V. *Jury e casos analogos previstos no decr. de 22 outubro 1910 e no artigo 11.º do decr. de 28 do mesmo mez e ano.*

### BUSCAS

Suscitada a observancia das leis em vigor, que proíbem as buscas dadas por individuos não investidos de auctoridade publica. — P. 16 julho 1912.

Como taes não podem ser considerados os individuos que os governadores civis, ou os comissarios de policia, nomeiarem *agentes secretos*, que só podem porventura ser seus agentes de informação, e nunca podem por eles ser investidos de funções publicas, porque não ha lei que o permita. Taes *agentes* dando buscas em casas de habitação cometem o crime previsto no art. 236.º do Codice Penal, por se arrogarem a qualidade de agentes da auctoridade, e o previsto no art. 380.º do mesmo Codice, por se introduzirem em casa alheia, contra vontade do dono.

### CAÇA

Regulado o seu exercicio pela lei de 7 julho 1913; e, sobre bilhetes de identidade para licença, vid. a port. 11 julho do mesmo anno.

Aquella lei, pelo que diz respeito a disposições penaes, é extravagante, pela forma e pela doutrina, mas é lei. Das outras não nos cumpre conhecer.

A fiscalisação da execução desta lei compete, especialmente, a todas as auctoridades, e portanto aos juizes e Magistrados do Ministerio Publico, aos officiaes de diligen-



O processo preparatorio competente é o da policia correccional, embora a accusação siga como nos processos de querela, conforme o artigo 6.º do cit. decr.; e por isso não ha nulidade por nele se inquirirem menos de oito testemunhas. — Ac. da Rel. de Lisb. de 2 dezembro 1911.

#### V. Testemunhas.

É preciso no corpo de delicto, alem de todos os outros elementos do crime, averiguar se o boato é falso e se ele se espalhou, por diferentes partes e a pessoas diversas, não bastando a simples reprodução dele a uma pessoa só. — Cit. ac., e ac. da mesma Rel. de 27 janeiro e 10 fevereiro 1912, e do Sup. Trib. de Just. de 6 novembro 1912.

V. *Jury e casos analogos previstos no decr. de 22 outubro 1910 e no artigo 11.º do decr. de 28 do mesmo mez e ano.*

### BUSCAS

Suscitada a observancia das leis em vigor, que proíbem as buscas dadas por individuos não investidos de auctoridade publica. — P. 16 julho 1912.

Como taes não podem ser considerados os individuos que os governadores civis, ou os comissarios de policia, nomeiarem *agentes secretos*, que só podem porventura ser seus agentes de informação, e nunca podem por eles ser investidos de funções publicas, porque não ha lei que o permita. Taes *agentes* dando buscas em casas de habitação cometem o crime previsto no art. 236.º do Código Penal, por se arrogarem a qualidade de agentes da auctoridade, e o previsto no art. 380.º do mesmo Código, por se introduzirem em casa alheia, contra vontade do dono.

### CAÇA

Regulado o seu exercicio pela lei de 7 julho 1913; e, sobre bilhetes de identidade para licença, vid. a port. 11 julho do mesmo anno.

Aquella lei, pelo que diz respeito a disposições penaes, é extravagante, pela forma e pela doutrina, mas é lei. Das outras não nos cumpre conhecer.

A fiscalisação da execução desta lei compete, especialmente, a todas as auctoridades, e portanto aos juizes e Magistrados do Ministerio Publico, aos officiaes de diligen-

nas que são as agências das autoridades judiciais, das guardas nacionais, etc. — *Out. lei, artigo 34.º*

Não se trata de um artigo de lei, e não se trata de uma fiscalização e de uma lei, mas sim de uma lei de execução da lei.

Em quanto às autoridades não houve dúvida em equiparar juizes e delegados das chefias de diligências, guardas nacionais, etc.

As agências das autoridades podem nomear guardas nacionais, que prestarão declaração de honra perante o juiz de direito. As participações destas guardas serão só em juizo. — *Out. lei, artigo 34.º, § 1.º*

V. Investigação.

Os transgressores serão autuados e julgados em processo sumário. — *Out. lei, artigo 34.º*

Nas leis do processo não há a designação do processo sumário, nem crime, nem civil. Não se sabe por isso a que processo se refere a lei; poderá ser o que deve ser o do processo correccional, como até agora, e não o do crime, ou qualquer outro.

Tam se já querido encontrar contradição entre o artigo 35.º n.º 1.º e o artigo 37.º da lei. Parece porém que não ha. Aquella refere-se a quem cagar efectivamente pela primeira vez, sem licença e isto refere-se ao caçador, como o define o artigo 6.º, que apenas anda em procura ou perseguição da caça.

Não podemos estar a fazer a análise da lei, que precisa de ser substituída. Em muitos casos não se entende, como no do artigo 37.º § 2.º, por não se perceber em que os representantes legais dos menores possam transgredir o § 1.º do artigo 4.º.

V. Fogo posto.

Tambem a lei fala em prisão *reintegr* por multa, o que é contra todos os principios, porque é deixar ao arbitrio dos reus o cumprirem uma ou outra pena.

V. Armas.

### CADÉIAS

Foram declaradas cadeias civis o presidio militar da Trafaria — P. 9 outubro 1911, e o antigo edificio do Asilo Profissional do Terço, no Porto. — P. 7 agosto 1912.

Foi ordenado o rigoroso cumprimento do decr. de 21 setembro 1901, quanto ao sustento dos presos indigentes, e outras providencias, devendo o juiz assistir á arrematação. — P. 20 outubro 1910.



**CAIXA GERAL DE DEPOSITOS**

O regul. do Conselho de Administração é de 14 dezembro 1912.

Remodelados os serviços pela lei de 26 setembro 1903.

É representada em juízo pelo Ministério Público, e é isenta de selos e custas. — Regul. de 9 dezembro 1903, artigo 337.º.

**CAMARAS — municipaes**

Os representantes do Ministério Público podem assistir ás suas sessões, e serão ouvidos quando o pedirem. — Cod. Adm. de 1913, artigo 92.º.

O presidente da comissão executiva representa o município em juízo. — Cit. cod., artigo 100.º, n.º 9.º.

Os seus rendimentos e contribuições são cobrados pela mesma forma como os do Estado. — Cit. cod., artigo 117.º.  
V. L. 20 maio 1913.

As comissões executivas enviarão, dentro de oito dias, ao Ministério Público um resumo das deliberações que houverem tomado. — Cod. cit., artigo 103.º.

V. *Corpos administrativos*.

**— dos Pares**

Foi abolida por decr. 17 outubro 1910.

**CARCERE PRIVADO**

Toda a pessoa em carcere privado, ou o seu representante legal, ou qualquer seu parente ou amigo, pode, a todo o tempo, requerer ao juiz que o mande pôr em liberdade, procedendo ás investigações necessárias. — Const., artigo 3.º, n.º 36.º.

Como o carcere privado é um crime, é mais simples participar o caso ao juiz do crime, ou á auctoridade administrativa ou policial, para esta proceder, como deve, libertando o queixoso e prendendo logo os responsaveis.



**CARTAS — precatorias**

As expedidas pelos juizes de investigação, com a nota de urgentes, não precisam da chancela do Presidente da Relação, e serão logo cumpridas e devolvidas sem dilação. — D. 12 janeiro 1911, artigo 5.º.

Os mesmos juizes podem requisitar diligencias por telegramas, que são considerados cartas precatorias. — Cit. artigo, § unico.

**— rogatorias**

Acerca das dirigidas a Inglaterra para depoimento de testemunhas, vid. Of. do Ministerio da Justiça de 27 agosto 1909, publicado na *Coleção de Legislação*, pag. 530.

**CASAMENTO CIVIL**

É obrigatorio por decr. de 25 dezembro 1910.

O marido não póde requerer a entrega da mulher, mas esta póde requerer que o marido a receba, ficando assim revogado o artigo 665.º do Código de Proc. Civil. — Cit. decr., artigo 29.º.

Não se percebe a razão da diferença.

Sobre concessão de licença para o casamento dos menores e interdictos, vid. o artigo 6.º daquele decr.

O Ministerio Publico deve intentar a acção de anulação do casamento, nos casos do artigo 4.º do D. 25 dezembro 1910, logo que da nulidade tenha conhecimento — D. cit., artigo 12.º; e, quando não for parte principal, intervirá sempre nas acções de nulidade ou anulação de casamento. — D. cit., artigo 28.º.

**CASAS — de Bragança**

A Familia da Casa de Bragança foi proscripta para sempre. — D. 15 outubro 1910.



Se qualquer dos seus membros regressar a Portugal incorrerá na pena de expulsão; e, havendo reincidência, será detido e relegado aos tribunais ordinários. — Cit. decr.

Não diz o decreto para quê. Só se for para ser julgado como desobediente.

#### — **correcional de trabalho**

Criada para vadios e equiparados. — L. 20 julho 1912, artigo 14.º.

#### — **de Detenção e Correção**

A de Lisboa, em Caxias, é destinada a receber menores de catorze anos, postos á disposição do governo. — D. 1 janeiro 1911, artigo 9.º, § un.

A de Lisboa para o sexo feminino é destinada a receber as menores de dezasseis annos, postas á disposição do governo. — D. cit., artigo 10.º, § un.

A de Lisboa foi reformada com o titulo de *Escola Central de Reforma* e é destinada a receber os menores de nove a catorze anos, que forem julgados desamparados e delinquentes. — D. 27.º maio 1911, artigos 144.º e 145.º

#### — **de habitação**

O inquilino pode usar de todos os meios possessorios contra o senhorio que ilegalmente o perturbe ou esbulhe. — D. 12 novembro 1910, artigo 30.º.

E' garantida a inviolabilidade do domicilio. De dia só se poderá entrar, sem consentimento do dono, nos casos e pela forma que a lei determinar; e de noite só a reclamação feita de dentro ou para acudir a victimas de crimes ou de desastres. — Const., artigo 3.º, n.º 15.

V. *Buscas*.

#### — **religiosas**

V. *Companhia de Jesus*.

### CAUÇÃO CRIMINAL

Ninguém pode ser conduzido á prisão ou nela conservado, se prestar *caução idonea*, ou assignar *termo de residencia*, nos casos em que a lei o admitir. — Const., artigo 3.º, n.º 17.º, D. 14 outubro 1910, artigo 8.º.

O incidente da caução é processado em papel não selado, e sem selo. — D. 20 outubro 1910, artigo 5.º. Selos e custas são pagos a final, se o reu for condenado.

São isentos de selo previo os livros de registo dos termos de caução. — P. 30 novembro 1911.

Os termos de identidade, ou residencia, que podem prestar-se nos casos de policia correccional, são gratuitos e sem selo. — D. 14 outubro 1910, artigo 8.º.

As testemunhas abonatorias respondem solidariamente com o fiador pelas obrigações deste — D. 20 outubro 1910, artigo 5.º § un.; e todos respondem pelas custas e selos do incidente e do processo principal — D. 18 novembro 1910, artigo 11.º, salvo se o reu foi absolvido de custas por ser pobre, porque neste caso este não tem obrigação de as pagar e o fiador e testemunhas só respondem pelas obrigações dele. — Ac. da Rel. do Porto de 26 março 1912.

Não admitem caução os crimes previstos nos artigos 141.º a 150.º do Codigo Penal e na lei de 30 abril 1912. — L. de 8 junho 1912, artigo 1.º, § 1.º.

Aquella lei nos artigos 11.º e 12.º permitia a caução em certos casos, embora de um valor elevado; mas isto, que era liberal e em harmonia com as leis anteriores porque a pena em alguns casos é até de prisão correccional, foi revogado.

O incidente em que o fiador pede para ser desonerado da caução, deve ser processado em papel selado, e as custas devem ser pagas por ele, porque o artigo 11.º do decr. 14 outubro 1910 só se refere aos acusados e aos acusadores. — Ac. da Rel. de Lisboa de 17 abril 1912.

Os magistrados judiciaes e do Ministerio Publico não *podem* ser presos, nem obrigados a prestar caução nos



casos em que ela é admissível conforme a lei de 15 abril 1886. — Nov. Ref. Jud., artigos 769.<sup>o</sup>, 778.<sup>o</sup>, 822.<sup>o</sup>, 1239.<sup>o</sup> e 1231.<sup>o</sup> § un.

#### V. *Fôro especial.*

Estas disposições não foram revogadas porque são especiaes de organização judiciaria, e nada tem com a competencia do juiz. O artigo 1.<sup>o</sup> do decr. de 10 de outubro de 1910, apenas revogou as leis que estabeleciam juizes criminaes, excepcionaes, e nenhuma outras disposições.

### CELEIROS COMUNS

V. Cod. Adm. de 1913, artigo 146.<sup>o</sup> n.<sup>o</sup> 3.<sup>o</sup>, e decr. de 1 março 1911, artigo 70.<sup>o</sup>

### CEMITERIOS

Neles é livre a todos os cultos religiosos a pratica dos respectivos ritos, não offendendo a moral publica, nem a lei. — Const., artigo 3.<sup>o</sup>, n.<sup>o</sup> 3.<sup>o</sup>.

Dentro deles os funerais, quanto ao caracter civil ou religioso das honras funebres, serão livremente regulados nas suas solemnidades externas pelas declarações que o falecido tiver deixado ou, na falta delas, pelas declarações da sua familia. — Cod. do Reg. Civ., artigo 270.<sup>o</sup>.

Não haverá neles quaisquer divisões que tenham por fim separar os mortos por motivos de religião. — Cit. cod., artigo 258.<sup>o</sup>.

### CERTIDÕES

Os escrivães são obrigados a passar certidões dos processos crimes, findos ou pendentes, que não estejam em segredo de justiça, sem despacho do juiz. — D. 20 outubro 1910, artigo 6.<sup>o</sup>.

Devem ser pagas e serão sempre passadas em papel selado, excepto a requisição do Ministerio Publico, ainda que sejam precisas para instruir os agravos de injusta pronuncia, salvo se o juiz, por despacho fundamentado, determinar que sejam só pagas no final do agravo, se o agravante for condemnado. Da importancia destas certi-



casos em que ela é admissível conforme a lei de 15 abril 1891. — Nov. Ref. Jud., artigos 766.º, 773.º, 822.º, 1230.º e 1241.º § III.

V. *Alvo especial*.

Estas disposições não foram revogadas porque são especiais da organização judiciária, e nada tem com a competência do juiz. O artigo 1.º do decr. de 10 de outubro de 1910, apenas revogou as leis que estabeleciam juízos criminaes, excepcionaes, e nenhuma outra disposições.

### **CRIMINOS COMUNS**

V. Cod. Adm. de 1913, artigo 146.º n.º 3.º, e decr. de 1 março 1911, artigo 70.º

### **CRITÉRIOS**

Neles é livre a todos os cultos religiosos a pratica dos respectivos ritos, não ofendendo a moral publica, nem a lei. — Const., artigo 3.º, n.º 3.º.

Dentro deles os funerais, quanto ao caracter civil ou religioso das honras funebres, serão livremente regulados nas suas solemnidades externas pelas declarações que o falecido tiver deixado ou, na falta delas, pelas declarações da sua familia. — Cod. do Reg. Civ., artigo 270.º.

Não haverá neles quaisquer divisões que tenham por fim separar os mortos por motivos de religião. — Cit. cod., artigo 258.º.

### **CERTIDÕES**

Os escrivães são obrigados a passar certidões dos processos crimes, findos ou pendentes, que não estejam em segredo de justiça, sem despacho do juiz. — D. 20 outubro 1910, artigo 6.º.

Devem ser pagas e serão sempre passadas em papel selado, excepto a requisição do Ministerio Publico, ainda que sejam precisas para instruir os agravos de injusta pronuncia, salvo se o juiz, por despacho fundamentado, determinar que sejam só pagas no final do agravo, se o agravante for condemnado. Da importancia destas certi-



dões pertence um terço ao Estado e o restante a quem se passar. — D. 15 fevereiro 1911, artigo 5.º.

### **CODIGOS — administrativo**

Está em vigor o de 6 maio 1878, com certas restrições — DD. 13 e 28 outubro 1910; mas quanto a organização, funcionamento, atribuições e competência dos corpos administrativos, vigora o de 7 agosto 1913.

### **— da contribuição predial**

Foi aprovado pela lei de 5 junho 1913.

Os delegados devem remeter aos secretarios de finanças copias autenticas das declarações dos proprietarios feitas nos processos de expropriação de terrenos seus. — Cit. cod., artigo 148.º, n.º 1.º

### **— eleitoral**

É de 3 julho 1913.

Por telegrama de 29 agosto 1913 foi ordenado aos delegados que recorram sempre dos despachos que admitirem reclamações feitas por mais de um reclamante.

Esta doutrina é contraria á expressa disposição do artigo 21.º daqueleCodigo, como foi decidido por unanimidade em varios acordãos da Rel. de Lisboa.

O juizo competente para o julgamento de crimes electo-raes é o da comarca, sede de circulo mais proximo do circulo onde o delicto tiver sido cometido. — Cit. Cod., artigo 123.º.

V. artigos 124.º e seg. deste Codigo que regulam as especialidades destes processos, e os artigos 131.º e seg. que impõem penas; e tambem o decr. de 1 agosto 1913 que regulamentou o artigo 18.º e seus §§ daquele Codigo.

### **— das execuções fiscaes**

Aprovado pela lei de 23 agosto 1913.



— de justiça da armada

Continua em vigor o tit. 1.<sup>o</sup> do de 1 setembro 1899. — D. 16 maio 1911, artigo 1.<sup>o</sup>.

— de justiça militar

Continua em vigor o tit. 1.<sup>o</sup> do de 13 maio 1896. — D. 16 março 1911, artigo 1.<sup>o</sup>.

Foram alterados alguns artigos do de 1896 pela lei de 8 junho 1913.

— de processo criminal militar

Aprovado por decr. de 16 março 1911.

V. D. de 20 do mesmo mes, e LL. 6 e 8 maio 1913. — *Tribunaes Militares*.

— do registo civil

É de 18 fevereiro 1911.

V. *Registo civil*.

**COFRE DO JUIZO**

É administrado pelo Ministerio Publico.

Salvas as despesas de mero expêdiente, nenhuma outras se podem fazer sem previa autorisação do Procurador da Republica, a quem devem ser remetidas as contas trimestralmente, sendo as despesas documentadas. — D. 12 janeiro 1911, artigo 12.<sup>o</sup>.

Neste decr. fala-se, de certo por equivoco, em cofres dos emolumentos, que não ha na 1.<sup>a</sup> instancia.

**COLIGAÇÃO**

Foi revogado o artigo 277.<sup>o</sup> do Codigo Penal pelo decr. de 6 dezembro 1910, que a permite em certos casos e com certas restrições.



Não podem coligar-se os funcionarios, empregados e salarizados do Estado e dos corpos administrativos para a cessação do trabalho, sob pena de demissão ou de serem despedidos do serviço. — D. cit., artigo 10.º.

Para conhecer destes crimes e dos mais previstos naquele decreto são competentes os tribunaes comuns. — D. cit., artigo 12.º.

#### COIMAS

V. *Posturas*.

#### COLONIAS AGRICOLAS

Foi auctorizado o governo a criar uma, ou mais, para menores de idade superior a 12 annos a cargo da Casa Pia e do Asylo Maria Pia e outros. — D. 25 maio 1911, artigos 24.º e 25.º.

Foi creada uma *Colonia Penal Agricola* para vadios e equiparados — L. 20 julho 1912, artigo 14.º, e foi regulada a sua criação pela lei 31 maio 1913.

V. *Alienados*.

#### COMARCAS

Na de Lisboa ha dois *districtos criminaes* para julgamento e termos de processo posteriores ao processo preparatorio — D. 20 outubro 1910, e tres *juizes de investigação* para o processo preparatorio — D. 18 novembro 1910; e no Porto ha dois *districtos criminaes* e dois *juizes de investigação criminal*. — DD. 26 outubro e 18 novembro 1910.

É improprio o nome de *juizes de investigação*. A investigação é uma função policial. A organização do corpo de delicto é a *instrução do processo*, o que é diverso. A tais juizes sempre se lhes chamou: *de instrução criminal*.

Por decr. de 25 novembro 1910 foram distribuidos os delegados e os officiaes de justiça pelos districtos criminaes e juizes de investigação.

Foi creada mais uma vara comercial na comarca do Porto. — D. 26 maio 1911.

V. *Districtos criminaes* — *Juizes de investigação*.

**COMISSÕES — Central de Execução  
da lei da separação do Estado das Igrejas**

Creada pelo decr. 20 abril 1911, artigos 111.<sup>o</sup>, 191.<sup>o</sup> e 192.<sup>o</sup>, e nomeada pelo decr. 18 maio 1911.

O regulamento desta comissão e das locaes é de 22 agosto 1911.

As deliberações das comissões concelhias sobre materia administrativa não serão executadas sem parecer favoravel do Ministerio Publico, que assistirá ás sessões. Em Lisboa e Porto o Ministerio Publico será representado pelos delegados das varas, por escala. — Regul. cit., artigo 11.<sup>o</sup> e seu § 2.<sup>o</sup>.

**— jurisdiccional dos bens das extinctas •  
congregações religiosas**

Foi nomeada pela port. 27 dezembro 1910, e tem as atribuições designadas nesta port. e no decr. 31 dezembro 1910, artigos 37.<sup>o</sup> e 38.<sup>o</sup>, na port. de 28 março 1911 e no decr. 6 abril deste mesmo anno.

No Porto foi creada uma sub-comissão. — Cit. decr. de 1911, artigo 2.<sup>o</sup>.

Intervenção e atribuições dos delegados do Procurador da Republica nas comarcas, fora de Lisboa e Porto. — D. cit. de 1911, artigo 1.<sup>o</sup> n.<sup>os</sup> 4.<sup>o</sup> e 8.<sup>o</sup>.

**— Nacional de Pensões ecclesiasticas**

Funciona no Supremo Tribunal de Justiça, e perante ela representa o Estado o Procurador Geral da Republica. — D. 20 abril 1911, artigo 129.<sup>o</sup>.

**— de pensões ecclesiasticas districtaes**

Creadas pelo decr. 20 abril 1911, artigo 114.<sup>o</sup> e seg. que regulam a competencia e atribuições do Ministerio Publico.



Das decisões destas comissões ha recurso para a Comissão Nacional de pensões ecclesiasticas. — Cit. decr., artigo 1.º,

O seu regulamento é de 3 maio 1911.

**— de protecção aos menores em perigo moral,  
pervertidos ou delinquentes**

Creada uma em Lisboa junto do Ministerio de Justiça,  
— D. 1 janeiro 1911, e outra identica junto do governador civil do Porto. — P. 4 fevereiro 1911.

**— de Reforma Penal e Prisional**

Creada pela lei de 29 janeiro 1913, que indica as suas attribuições no artigo 2.º.

**COMPANHIAS — Geral de Credito Predial Portuguez**

Aprovados os seus estatutos pelo alvará de 17 agosto 1911.

**— de Jesus**

Continuam em vigor as leis de 3 setembro 1759 e de 28 agosto 1767, que obrigam a sair do país e seus domínios todos os jesuitas, e a lei de 28 maio 1834, que extingue todos os conventos, mosteiros, collegios, hospícios e quaesquer casas religiosas de todas as ordens regulares; e foi declarado nulo o decr. de 18 abril 1901. — D. 8 outubro 1910, artigos 1.º a 4.º.

Foram expulsos os filiados nesta companhia, quer estrangeiros, quer portuguezes. — D. cit., artigo 5.º.

Os filiados noutras companhias, congregações e mais casas religiosas a que se refere o cit. decr., artigo 1.º, sendo estrangeiros ou naturalizados são expulsos, e os portuguezes serão obrigados a viver vida secular, ou pelo menos a não viver em comunidade religiosa. — D. cit., artigo 6.º.

V. *Deportação*.

Considera-se viverem em comunidade religiosa os que possidem ou se ajuntam em qualquer casa, em numero excedente a tres. — D. cit., artigo 6.º, § 1.º.

Os individuos, comprehendidos no cit. decr., que infringirem qualquer das suas disposições serão punidos pelo crime de desobediencia qualificada, sem prejuizo das penas do artigo 282.º (*associações ilícitas*), e do artigo 263.º (*associações de malféitores*) do Código Penal. — D. cit., artigo 7.º.

Parece que se podem acumular as penas, o que importa a revogação, neste caso, do artigo 102.º do Código Penal.

O decr. de 31 dezembro 1910, artigo 44.º, manda aplicar as penas do citado artigo 263.º do Código Penal a todos os membros desta companhia que forem expulsos e forem encontrados em territorio portuguez, ou nele pretenderem entrar, e aos que de novo nele se introduzirem, salvo quanto áqueles que forem autorisados a demorar-se em Portugal.

#### V. Districtos criminaes.

Este decr. modifica o artigo 7.º do de 8 outubro só quanto aos jesuitas.

Os membros das associações religiosas a que se refere o artigo 6.º, e seus §§, do cit. decr. de 8 outubro, que forem autorisados a viver em Portugal, não poderão exercer o ensino, nem ser directores ou administradores de quaesquer estabelecimentos de ensino, nem usar habitos talares, sob pena de desobediencia qualificada. — D. de 31 dezembro, artigos 40.º e 43.º.

#### V. Prisão.

### COMPETENCIA

Para as causas criminaes em que sejam partes os juizes criminaes, os Magistrados do Ministerio Publico, os juizes municipaes e os juizes de paz, são competentes os juizes designados no decr. de 12 janeiro 1911.

Das sentenças nestes processos o Ministerio Publico apellará sempre. — Cit. decr., artigo 3.º.

Não pode o juiz ofendido proceder ao corpo de delicto, e menos ao julgamento dos que o ofenderam. — Cit. decr., artigo 1.º, Ac. da Rel. de Lisboa de 25 janeiro 1913.

Fica assim alterada a doutrina que sustentámos a pag. 346, *in fine*, de O Ministerio Publico na 1.ª Instancia.



V. *Amulatio*.

V. *Hens* = *Companhia de Jesus*.

Exerce o poder legislativo, formado por duas camaras: a dos deputados e o senado. — Const., art. 1.<sup>o</sup>.

Os senadores e os deputados não tem foro especial; e durante o periodo das sessões não podem ser presos, nem sater presos, sem previa licença da sua camara, excepto em flagrante delicto e que seja applicavel pena maior, ou equivalente na escala penal. — Const., artigo 16.<sup>o</sup>.

Quer dizer: crime a que corresponda a pena mais elevada na escala penal.

Se algum deputado ou senador for processado criminalmente, levado o processo até á pronuncia, o juiz o comunicará á respectiva camara para os efeitos do artigo 17.<sup>o</sup> da Const.

Subsidio aos membros do Congresso. — LL. de 23 junho 1912 e 2 abril 1913.

V. *Ministros*.

#### CONGRUAS

Foram extintas e substituidas por pensões. — D. 20 abril 1911, artigo 5.<sup>o</sup> e 113.<sup>o</sup>.

As em divida aos ministros da religião a eles pertencem, ou a seus herdeiros, e devem ser cobradas pelos funcionarios do Estado, com o maior zelo. — D. cit., artigo 132.<sup>o</sup>.

V. *Comissões*.

#### CONJURAÇÃO

É punivel pelo artigo 5.<sup>o</sup> da lei de 30 abril 1912.

V. *Tribunaes Militares*.

**CONSELHOS**

Foram dissolvidos: o Conselho Superior Judiciario, o Supremo Conselho da Magistratura do Ministerio Publico, o Conselho Disciplinar dos Officiaes de Justiça e o Conselho Superior do Notariado. — D. 20 outubro 1910, artigo 8.º.

**— de Estado**

Foi abolido por decr. de 17 novembro 1910.

**— Superior da Magistratura Judicial**

Creado pela lei de 12 julho 1912.

O seu regulamento é de 26 outubro 1912.

Regulada a situação dos juizes que dele fazem parte. — D. 29 julho 1913.

Este decr. revogou a ultima parte do artigo 2.º daquela lei. Não podia ser.

**— de tutela**

Fora de Lisboa e Porto é constituido pelo juiz, pelo substituto nomeado e pelo presidente da camara municipal da sede da comarca. Faltando o juiz, ou o substituto, servirá o conservador da comarca; e, sendo preciso, recorre-se aos substitutos dos anos anteriores. — D. 4 novembro 1910 e P. 10 do mesmo mes e anno.

O presidente da Camara, faltando, será substituido pelo vice-presidente, ou por quem suas vezes fizer. — P. 9 junho 1913.

**CONSERVADORES — do registo civil**

V. *Registo civil*.



### — do registo predial

São obrigados a passar, gratuitamente e sem selo, em papel da marca da lei, as certidões que as Caixas de Crédito Agrícola lhes pedirem. — D. 1 março 1911, artigo 27.º, § 1.º.

Foi suscitada a observancia desta disposição, e impoz-se-lhes a obrigação de preencher os boletins ou notas de rendimento colectavel e de registo predial, aprovados pelos despachos ministeriaes de 22 julho e 22 setembro 1911. — P. 8 maio 1912.

### CONSERVATORIAS

Obrigações das camaras municipaes quanto á instalação das novas conservatorias. — P. 22 dezembro 1912.

O Código Administrativo de 1913, artigo 122.º § 1.º, não menciona estas despesas como obrigatorias.

A portaria de 24 maio 1913 determina que as certidões exigidas para a realização dos registos nas conservatorias desanexadas são gratuitas só quando pedidas oficialmente pelos conservadores das novas conservatorias aos das antigas.

### CONTENCIOSO FISCAL

Continua a ser regulado pelo decr. n.º 2 de 27 setembro 1894 — D. n.º 1 de 27 maio 1911, com as modificações feitas na base IX do decr. desta mesma data.

*V. Delictos fiscaes.*

### CONTRABANDO

*V. Delictos fiscaes.*

### CONTRASTARIAS

Reorganizados os serviços. — L. 26 julho 1913.

**CONTRIBUIÇÕES**

Regulado o relaxe. — P. 4 janeiro 1913.

**— industrial**

V. DD. 5 janeiro e 25 maio 1913.

Quanto a automoveis vid. os decrs. de 9 fevereiro e 27 maio 1911.

**— de juros**

V. D. 26 maio 1911.

**— predial**

V. DD. 30 janeiro, 4 maio e 25 julho 1911.

Modificados os serviços de lançamento e cobrança. — L. de 15 fevereiro e 25 março 1913 e o respectivo código.

Reguladas as reclamações pelo decr. de 29 março 1913.

**— de registo**

É devida por título oneroso pelo excesso que os herdeiros tiverem além do valor da sua quota nos bens imobiliários. — DD. 24 maio 1911, artigo 7.º, e de 10 fevereiro 1912.

V. P. 26 junho 1912.

Foi assim alterada a doutrina que seguíamos quanto a *tornas*.

Quanto a avaliações dos bens, na qual intervem o Ministerio Publico, vid. decrs. de 16 novembro e 19 dezembro 1910 e de 25 janeiro 1911.

Alterados alguns artigos do regul. de 23 dezembro 1899. — D. 16 novembro 1910.



Revogado o artigo 100.º daquele regul. quanto á pena por sonegação de bens, ficando em vigor o artigo 18.º da lei de 12 dezembro 1844. — L. 14 setembro 1911.

Sobre penalidades a aplicar por falta das declarações a que se referem os artigos 30.º e seg. daquele regul. vid. decr. 19 abril 1913.

Abolida a isenção de que a Casa de Bragança gosava na venda e remissão de foros. — D. 6 dezembro 1910.

#### — de renda de casas

É permitido pagar em prestações as contribuições em divida, — L. 13 maio 1913.

Quanto a isenções vid. decr. 30 janeiro 1911.  
V. D. 4 maio 1911.

### CONSTITUIÇÃO POLITICA DA REPUBLICA PORTUGUEZA

É de 21 agosto 1911.

No artigo 63.º dá ao poder judicial competencia para apreciar a legalidade dos diplomas contrarios aos principios nela estabelecidos, *quando qualquer das partes impugnar a sua validade.*

O poder judicial não póde *nunca* dar execução a diplomas contrarios á lei fundamental do paiz.

No artigo 80.º considera em vigor só as leis e decretos anteriores que não forem contrarios aos principios nela estabelecidos.

V. *Congresso.*

### CORPOS ADMINISTRATIVOS

Os seus secretarios continuam a gozar de fé publica nos mesmos termos em que a tinham pelo Codigo Administrativo de 1896, artigo 34.º. — P. 14 dezembro 1912, Cod. Adm. de 1913, artigo 84.º n.º 5.º.

Os presidentes dos corpos administrativos municipais, dentro de oito dias, aos Magistrados do Ministério Público um resumo das deliberações que tiverem tomado, sob pena de 1/20 a 40%. — Cod. Adm. de 1913, artigos 171.<sup>o</sup> e 172.<sup>o</sup>, n.<sup>o</sup> 2.<sup>o</sup>.

O Ministério Público é competente para promover a cobrança judicial dos impostos districtaes, municipaes, parochiaes e de quaesquer outros rendimentos a cuja arrecadação seja applicavel o processo de cobrança das contribuições do Estado. — Cod. Adm. de 1913, artigo 173.<sup>o</sup>.

Tambem o Ministerio tem competência: I para em acção civil competente fazer valer quaesquer direitos do districto, do municipio, da parochia e de quaesquer outras corporações administrativas, nos casos em que todos, ou a maior parte, dos membros dos corpos administrativos, devam ser demandados; II para fazer entrar nos cofres destas corporações as quantias em que os gerentes forem condenados; III para promover criminalmente a imposição das multas cominadas nos artigos 171.<sup>o</sup>, 172.<sup>o</sup> e 173.<sup>o</sup> do Cod. Adm. de 1913. — Cit. cod., artigo 179.<sup>o</sup>.

V. *Custas, Espropriações.*

### **CORREIÇÃO**

Regulada por decr. 23 janeiro 1909.

### **CORREIOS E TELEGRAFOS**

O novo regulamento é de 24 maio 1911.

V. especialmente artigos 34.<sup>o</sup>, 35.<sup>o</sup> e 271.<sup>o</sup>.

Penalidades. — Cit. regul., artigo 204.<sup>o</sup> e seg.

### **CREDITO AGRICOLA**

V. D. 1 março 1911, *Conservadores.*

### **CRIMES**

Nas leis e decretos anteriores a 5 de outubro de 1910 consideram-se substituidas as referencias ao Rei e á



Monumento pelas correspondentes referencias ao Presidente da Republica e a Republica. — D. 23 dezembro 1910, artigo 14.º

## — **MILITARES**

V. *Código Militar*

## — **MILITARES**

V. *Tribunais Militares*

## — **POLITICOS**

Tam-se entendido que são os que dizem respeito á forma do governo, organização e exercicio dos poderes politicos e contra as direções politicas dos cidadãos. — Ac. do Supr. Trib. de Just. de 13 fev. 1913.

Os crimes communs tomam esta natureza, sendo cometidos como accessorios de um crime politico, ou como meio de preparar ou facilitar um crime politico. — P. 29 setembro 1947.

V. *Religião*

## — **CUSTAS**

Sem condenação final não são obrigados, nem o accusador, nem o accusado, a pagalas antecipadamente — D. 14 outubro 1910, artigo 11.º, excepto nos recursos. — D. 15 fev. 1911, artigo 5.º.

Não ha lugar a prisão por custas. — Cit. decr. de 1910, artigo 11.º.

Não ha custas nos processos de policia correccional dos presos em flagrante delicto, que pagam apenas uma multa, a titulo de custas, se forem condenados. — D. 18 outubro 1910, artigo 9.º.

O fiador e os abonadores são responsaveis por elas. — D. 18 novembro 1910, artigo 11.º.

V. *Caução*.

Como se conta a rase nas folhas escriptas á maquina. — D. 12 janeiro 1911, artigo 8.º, § 3.º.

Os corpos administrativos são isentos de custas e selos nos processos em que forem parte. — Cod. adm. de 1913, artigo 181.º.

A pobreza isenta de custas os acusados e os acusadores que decaírem, e prova-se por atestado das Camaras Municipaes, sobre proposta das juntas de parochia. Estes atestados pódem apresentar-se no acto do julgamento ou vinte dias depois. Este prazo póde ser prorogado pelo juiz. — D. 14 outubro 1910, artigo 11.º.

Todos estes documentos são escriptos em papel não selado, com reconhecimento gratuito e sem selo. — D. cit., artigo 11.º, § 4.º.

A pobreza tambem póde provar-se no acto do julgamento por meio de testemunhas; mas quem usar de um meio de prova, não póde usar do outro. — D. 18 novembro 1910, artigo 15.º.

Não se sabe por quê. Era justo que se as testemunhas não provassem a pobreza, se podesse depois juntar atestado.

V. *Emolumentos*.

A condenação em custas abrange as das investigações policiaes, quando teem força de corpo de delicto, e pertencem ao Estado. — L. 29 novembro 1911, artigo 8.º.

V. PP. de 1 e 21 novembro de 1913.

## **CUSTODIA**

V. *Prisão*.

## **DEGREDO**

Os reus condenados em Timor cumprirão esta pena na provincia de Macau — D. 30 junho 1911, artigo 1.º, e os condenados em Macau cumprirão a pena em Timor. — D. 31 agosto 1912, artigo 1.º.



### DELEGADOS DO PROCURADOR DA REPUBLICA

São assim denominados os antigos delegados do procurador regio. — D. 8 outubro 1910.

Devem os delegados e os sub-delegados participar directamente ao Ministerio da Justiça :

1.º a detenção ou prisão de qualquer individuo, com indicação da hora e local e da entidade que a ordenou ou effectou ;

2.º a entrega de qualquer capturado á auctoridade judicial, indicando o dia e hora, a entidade que a ordenou, ou effectou, e o motivo da captura ;

3.º a ordem de incomunicabilidade relativa a quaesquer detidos ou presos, indicando as circumstancias em que essa ordem foi dada e aquelas em que foi executada ;

4.º a ordem de soltura de quaesquer detidos ou presos, indicando a razão dessa ordem e a auctoridade que a deu ;

5.º todas as decisões relativas a cada detido, preso ou afiançado, que importem alteração dessa situação. — D. 20 outubro 1910, artigo 7.º.

Quando remeterem á Imprensa Nacional vales do correio com a importancia de anuncios e dos respectivos Diarios do Governo devem indicar os numeros destes. Tambem devem satisfazer as requisições que lhes forem feitas pela Imprensa Nacional. — P. 14 maio 1912.

No auto da posse é que fazem a declaração que substitue o juramento, a que se refere o D. 18 outubro 1910, artigo 3.º — P. 31 outubro 1910.

Quanto aos processos de falencia devem cumprir o artigo 124.º do seu regulamento. — P. 23 junho 1913.

*V. Competencia, Corpos administrativos, Execuções Fiscaes, Fazenda Nacional.*

### DELICTOS FISCAES

Foi abolida a pena de prisão, quando applicavel juntamente com a de multa — D. 27 janeiro 1911, base 3.ª, n.º 12; mas a multa pode ser substituida, na falta de

bens, por prisão. — Ao, da Rel. do Porto 19 abril 1912 e da Rel. de Lisboa de 1 fevereiro 1911.

### DEPORTAÇÃO

Pelo D. 10 outubro 1910, artigo 1.º, foram revogadas as leis 21 abril 1892 e 3 abril 1896 que mandavam deportar por tempo ilimitado certos delinquentes. Agora a deportação de qualquer reu, posto á disposição do governo, durará só dois ou tres annos pelo primeira vez e pelas seguintes tres ou cinco annos. — D. 18 novembro 1910, artigo 6.º.

Podem ser deportados ou internados na Casa Correccional de Trabalho, ou na Colonia Penal Agricola, com previo julgamento, os estrangeiros ou nacionaes que tenham sido expulsos por sentença, ou por ordem do governo e que voltarem ao paiz, antes de findo o prazo da expulsão. — L. 20 julho 1912, artigo 26.º.

Esta disposição alterou a do artigo 3.º § unico do D. 28 dezembro 1910.

V. *Companhia de Jesus*.

### DEPOSITO PENAL

Foi auctorisado o governo a crear um na Figueira da Foz, para onde podem ser transferidos os condenados de 16 a 30 annos postos á disposição do governo. — L. 26 julho 1913.

### DESAMORTISAÇÃO

V. D. 25 janeiro 1911.

### DESCANÇO SEMANAL

Regulado pelo D. 8 março 1911, que alterou o de 9 janeiro do mesmo anno.

A lei, cit. D. de 8 março 1911, artigo 1.º, só garante é direito ao descanso aos assalariados; e por isso não o



pauido o patrão ou dono de qualquer estabelecimento, que estiver servindo os seus freguezes, não tendo lá nenhum assalariado. — Ac. da Rel. de Lisb. de 23 novembro e de 18 dezembro de 1912.

Este ultimo acordam decidiu tambem que os regulamentos municipaes não podem alterar a lei, que é o citado D. de 8 março.

As multas devem entrar na Caixa Geral de Depositos á ordem do Director Geral da Assistencia. — P. 14 fevereiro 1912.

### **DESPACHOS**

Devem ser escriptos, datados e assignados pelo juiz. — Cod. de proc. civ., artigo 95.º.

### **DETENÇÃO**

V. *Prisão*.

### **DIREITOS DE ENCARTE**

São assim denominados os antigos *direitos de mercê*, e regulados pela L. 5 julho 1913 e Regul. de 31 dezembro 1913.

V. L. 11 maio 1912.

### **DISTRICTOS — administrativos**

São administrados pelas juntas geraes. — Cod. Adm. de 1913, artigo 2.º.

São representados em juízo pelo presidente da comissão executiva. — Cod. cit., artigo 49.º, n.º 7.º.

V. *Corpos administrativos*.

### **— criminaes**

E' da exclusiva competencia dos juizes de Lisboa e Porto a accusação e o julgamento dos crimes :



- 1.º de atentado e ofensa contra o Presidente da República. — D. 31 dezembro 1910, artigo 5.º;
- 2.º de falta de respeito à bandeira nacional, *Lac.* cit.;
- 3.º de boatos falsos, — *Lac.* cit.;
- 4.º de sedição, — *Lac.* cit.;
- 5.º os previstos no artigo 44.º do D. 31 dezembro 1910, que manda aplicar o artigo 203.º do Cod. Pen. aos jesuitas no caso que especifica, — *Cit.* D. de 31 dezembro, artigo 44.º, § 2.º.

A área da jurisdição dos districtos criminaes, nestes casos, é a dos districtos das respectivas Relações, como se deduz do cit. artigo 5.º.

Entende-se por districto criminal, ou juizo de investigação mais proximo, o que se segue na ordem da numeração. — D. 12 janeiro 1911, artigo 1.º, § 2.º.

V. *Jury, Rebelião.*

## DIVORCIO

Auctorizado por D. 3 novembro 1910.

As respectivas acções são processadas em papel selado, e quaes os emolumentos. — P. 2 março 1911.

Como deve proceder o juiz no caso do n.º 7 do artigo 4.º d'aquelle decr. — D. 21 dezembro 1910.

O Ministerio Publico só intervem nestas acções quando represente o reu. — D. cit., artigos 16.º e 4.º, n.ºs 3.º, 5.º, 6.º e 7.º.

Tem-se decidido que o artigo 1050.º do cod. de proc. civil é applicavel ás apelações nas causas de divorcio, mas não é, porque as alegações escriptas são admissiveis na 1.ª instancia. — D. cit., artigo 8.º, § 5.º.

V. *Registo civil.*

## DOCUMENTOS

Os papeis de interesse publico ou particular expedidos no continente e das ilhas adjacentes para o Ultramar, ou vice-versa, produzem todos os seus efeitos nos tribunaes, independentemente de qualquer formalidade ou legalisação,



sendo reconhecidos, por notario, as assignaturas. — D. 18 maio 1911.

V. *Selo*.

Regulado o serviço de reconhecimento das assignaturas dos funcionarios consulares. — P. 30 janeiro 1913.

Sobre junção de documentos nas causas commerciaes vid. D. 26 maio 1911, artigo 5.º.

### DUELO

V. *Tribunaes de honra*.

### ELEIÇÕES

V. *Cod. Eleitoral*.

### EMOLUMENTOS

Os contados aos escrivães, contadores, peritos e officiaes de diligencias dos juizes de direito, que não sejam os de investigação, ou dos districtos criminaes, pertencem aos respectivos funcionarios. — L. 29 novembro 1911, artigo 8.º, § unico.

Pelo D. 18 novembro 1911, artigo 12.º, eram pertença do Estado, o que representava um grande prejuizo para estes funcionarios, por não terem ordenado; e não pode duvidar-se de que aquella disposição era generica pela sua redacção e por estar collocada depois dos artigos 10.º e 11.º que a todas as comarcas se refere, bem como a todas se referem os artigos que se seguem. Tambem não tenho duvida de que o artigo 8.º § un. da lei citada revogou aquella disposição do decreto, porque tambem é generico, pelas considerações que fazemos quanto a *Juramento*. A disposição do decreto está por isso restricta aos districtos criminaes e juizos de investigação. Nestes juizos os delegados anotarão em um livro especial os tramites principaes das execuções por custas devidas ao Estado. — D. cit., artigo 12.º § 3.º.

Contados os processos, os escrivães, dentro de dez dias, mandarão o processo com vista ao delegado, o qual promoverá a execução em 48 horas, — Loc. cit., § 1.º; e sempre nos primeiros cinco dias dos mezes de janeiro, abril, junho e outubro serão continuados com vista as execuções pendentes ao mesmo Magistrado. — Loc. cit., § 2.º.

Estas disposições parece que foram alteradas pelo D. 16 novembro 1912; mas este decreto não está assignado pelo Ministro de Jus



sendo reconhecidos, por notario, as assignaturas. — D. 18 maio 1911,  
V. *Solo*.

Regulando o serviço de reconhecimento das assignaturas dos funcionarios consulares. — P. 30 janeiro 1913.

Sobre junção de documentos nas causas commerciaes vid. D. 26 maio 1911, artigo 5.º.

### DUELO

V. *Tribunaes de honra*.

### ELEIÇÕES

V. *Cod. Eleitoral*.

### EMOLUMENTOS

Os contados aos escrivães, contadores, peritos e officiaes de diligencias dos juizes de direito, que não sejam os de investigação, ou dos districtos criminaes, pertencem aos respectivos funcionarios. — L. 29 novembro 1911, artigo 8.º, § unico.

Pelo D. 18 novembro 1911, artigo 12.º, eram pertença do Estado, o que representava um grande prejuizo para estes funcionarios, por não terem ordenado; e não pode duvidar-se de que aquella disposição era generica pela sua redacção e por estar collocada depois dos artigos 10.º e 11.º que a todas as comarcas se refere, bem como a todas se referem os artigos que se seguem. Tambem não tenho duvida de que o artigo 8.º § un. da lei citada revogou aquella disposição do decreto, porque tambem é generico, pelas considerações que fazemos quanto a *Juramenta*. A disposição do decreto está por isso restricta aos districtos criminaes e juizos de investigação. Nestes juizos os delegados anotarão em um livro especial os tramites principaes das execuções por custas devidas ao Estado. — D. cit., artigo 12.º § 3.º.

Contados os processos, os escrivães, dentro de dez dias, mandarão o processo com vista ao delegado, o qual promoverá a execução em 48 horas, — Loc. cit., § 1.º; e sempre nos primeiros cinco dias dos mezes de janeiro, abril, junho e outubro serão continuados com vista as execuções pendentes ao mesmo Magistrado. — Loc. cit., § 2.º.

Estas disposições parece que foram alteradas pelo D. 16 novembro 1912; mas este decreto não está assignado pelo Ministro da Jus-



deu. Este decreto manda no caso de falta de pagamento de emolumentos e salarios devidos ao Estado e de contribuições industrial devidas por elles, seguir os termos da cobrança coercitiva de contribuições industrial por meio da escaupilha, administrativamente e não.

### ENSINO — primario

E' obrigatório dos 7 aos 14 annos, que é a *idade escolar*.  
D. 26 julho 1911, art. 1.º.

V. artigos 15.º e 31.º deste decreto.

### — religioso

E' considerado culto publico, e as casas de instrução e educação, ou de assistência ou beneficência, onde elle se ministre, são sempre consideradas accessíveis ao publico.  
— D. 20 abril 1911, artigo 10.º.

Foi extinto nas escolas primarias e normaes o ensino da doutrina christã — D. 22 outubro 1910, mas a infracção desta disposição não é punivel, porque aquelle decreto nenhuma pena impõe. — Ac. da Rel. do Porto de 25 abril 1913.

V. *Companhia de Jesus*.

### ENTERRO RELIGIOSO

E' punivel a sua *realização* pelos artigos 313.º e 315.º do Cod. do Reg. Civ., antes de effectuado o registo, e sem se apresentar o competente boletim.

Não comete este crime o paroco, quando o regedor, por motivos de saude publica, manda enterrar o cadaver, como lhe permite o artigo 57.º, § 4.º da lei 24 dezembro 1901. — Ac. da Rel. de Lisboa de 15 fevereiro 1912.

Da mesma forma decidiu que não havia crime, quando apesar das diligencias feitas para effectuar o registo este se demorou, e o cadaver não podia deixar de ser enterrado pelo seu estado de decomposição, o acordam do Sup. Trib. de Just. de 31 maio 1912, que negou a revista interposta do da Rel. do Porto 22 março do mesmo anno.

tiça. Este decreto manda no caso de falta de pagamento de emolumentos e salarios devidos ao Estado e da contribuição industrial devida por eles, seguir os termos da cobrança coerciva de contribuição industrial por meio de estampilha, administrativamente é claro.

### **ENSINO — primario**

E' obrigatório dos 7 aos 14 annos, que é a *idade escolar*.  
D. 26 julho 1911, art. 1.º.

V. artigos 15.º e 31.º deste decreto.

### **— religioso**

E' considerado culto publico, e as casas de instrução e educação, ou de assistencia ou beneficencia, onde elle se ministre, são sempre consideradas accessiveis ao publico.  
— D. 20 abril 1911, artigo 10.º.

Foi extincto nas escolas primarias e normaes o ensino da doutrina christã — D. 22 outubro 1910, mas a infracção desta disposição não é punivel, porque aquelle decreto nenhuma pena impõe. — Ac. da Rel. do Porto de 25 abril 1913.

V. *Companhia de Jesus*.

### **ENTERRO RELIGIOSO**

E' punivel a sua *realização* pelos artigos 313.º e 315.º do Cod. do Reg. Civ., antes de efectuado o registo, e sem se apresentar o competente boletim.

Não comete este crime o paroco, quando o regedor, por motivos de saude publica, manda enterrar o cadaver, como lhe permite o artigo 57.º, § 4.º da lei 24 dezembro 1901. — Ac. da Rel. de Lisboa de 15 fevereiro 1912.

Da mesma forma decidiu que não havia crime, quando apesar das diligencias feitas para efectuar o registo este se demorou, e o cadaver não podia deixar de ser enterrado pelo seu estado de decomposição, o acordam do Sup. Trib. de Just. de 31 maio 1912, que negou a revista interposta do da Rel. do Porto 22 março do mesmo anno.



Tambem assim julgou o acordam da Rel. de Lisboa de 16 julho 1913, no qual alem disso se decidiu que o enterro deixa de ser religioso se o paroco abandona o acompanhamento no meio do caminho para o cemiterio.

Este acordam foi confirmado pelo do Sup. Trib. de Just. de 21 outubro 1913.

V. D. 10 novembro 1910 acerca de enterramento em igrejas.

### **ESCOLA CENTRAL DE REFUGIO**

V. *Casas de detenção e correcção.*

### **ESCRIVÃES**

Devem saber escrever á maquina, e só os que souberem podem ir aos concursos. — D. 12 janeiro 1911, art. 8.<sup>o</sup>, § 4.<sup>o</sup>

Os actuaes, não sabendo, podem ser obrigados a tirar copias á sua custa, escrevendo mal. — D. cit., art. 8.<sup>o</sup>, § 5.<sup>o</sup>

Em serviço com o juiz não podem substituir-se. — D. 18 novembro 1910, artigo 17.<sup>o</sup>.

Os dos juizos de investigação e os dos districtos criminaes teem ordenado e gratificação. — D. cit. de 18 novembro, artigo 5.<sup>o</sup>.

V. D. 18 março 1913, *Certidões, Emolumentos.*

### **ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAES**

Quanto a trabalho de menores e mulheres. — Vid. D. 24 junho 1911.

### **ESTAMPILHAS FISCAES**

V. D. 6 maio 1911.

### **EXAMES**

Só podem ter logar, bem como as vistorias, sendo requeridas no processo commercial até tres dias antes do desi-

guado para o julgamento da causa, e no processo civil tres dias antes de continuados os autos com vista ao advogado dos auctores. — D. 26 maio 1911, art. 6.º.

Neste caso fica ao arbitrio do escrivão facultar, ou não, os exames às partes.

### EXECUÇÕES FISCAES

Reguladas pelo respectivo código.

V. DD. 19 novembro 1910 e 4 fevereiro, 3 e 10 abril e 18 maio 1911.

Para evitar conluio por parte dos arrematantes é auctorisado o Ministerio Publico a licitar nas arrematações por parte da Fazenda Nacional nos termos da portaria de 12 maio 1913.

### EXERCITO

Reorganizado pelo D. 25 maio 1911.

O regulamento disciplinar foi aprovado por D. 22 maio 1911. O anterior era de 19 janeiro 1911.

Alteradas algumas disposições do cit. decr. de 25 maio pela lei de 17 julho 1913.

### EXPLOSIVOS

O crime previsto no art. 253.º, *principio*, do Cod. Pen. é da competencia dos tribunaes communs. — L. 15 março 1912.

A lei 3 fevereiro 1912 tinha dado aos tribunaes militares competencia para conhecer deste crime, mas a de 15 março revogou-a, e a actual de 8 julho 1912 não lh'a dá.

Aquele que fabricar ou importar, ou vender, ou subministrar, ou guardar qualquer involucro, ou outros materiaes com o fim criminoso do fabrico de qualquer mecanismo tendente a determinar a explosão ou a explodir, que possa servir á destruição de pessoas ou de edificios, será punido



com prisão correccional não inferior a dezoito mezes e multa correspondente. — L. 30 abril 1912, artigo 4.º.

Como se vê esta lei refere-se aos involucros ou materiaes para fabrico dos mecanismos, e o artigo 253.º do cod. penal refere-se ao fabrico, venda deles, etc.

V. D. 28 outubro 1911, *Tribunaes Militares*.

### EXPOSTOS

Consideram-se como taes as creanças de paes desconhecidos que forem encontradas abandonadas em qualquer logar. — Cod. do Reg. Civ., artigo 147.º.

Aquele que encontrar um exposto é obrigado, dentro de 24 horas, a apresental-o ao encarregado do registo civil, e, effectuado o registo, a apresental-o á auctoridade administrativa mais proxima, nos termos e com as penalidades do artigo 346.º do Cod. Pen. e Cod. do Reg. Civ., artigo 148.º.

### EXPROPRIAÇÕES

Nos respectivos processos os corpos administrativos são isentos de custas, e representados pelo Ministerio Publico, quando o Estado não é parte. — L. 12 fevereiro 1912.

Nestes casos o Ministerio Publico tem competencia para receber a primeira citação. — Regul. 15 fevereiro 1913, artigo 28.º.

São reguladas pela lei 26 julho 1912 e por aquele regulamento.

Os precatorios e mandados de levantamento serão passados sem selo, nem custas. — Regul. cit., artigo 10.º § un.

Se o predio expropriado for dotal, a subrogação, nos termos do artigo 27.º § 16.º da lei 23 julho 1850, effectua-se no mesmo processo, sem pagamento de selos, nem preparos, nem custas. — Regul. cit., artigo 17.º § 3.º.

### EXPULSÃO

V. *Deportação*.



com prisão correccional não inferior a dezoito mezes e multa correspondente. — L. 30 abril 1912, artigo 4.º.

Como se vê esta lei refere-se aos involucros ou materiaes para fabrico dos mecanismos, e o artigo 253.º do cod. penal refere-se ao fabrico, venda deles, etc.

V. D. 28 outubro 1911, *Tribunaes Militares*.

### EXPOSTOS

Consideram-se como taes as creanças de paes desconhecidos que forem encontradas abandonadas em qualquer lugar. — Cod. do Reg. Civ., artigo 147.º.

Aquele que encontrar um exposto é obrigado, dentro de 24 horas, a apresental-o ao encarregado do registo civil, e, effectuado o registo, a apresental-o á auctoridade admistrativa mais proxima, nos termos e com as penalidades do artigo 346.º do Cod. Pen. e Cod. do Reg. Civ., artigo 148.º.

### EXPROPRIAÇÕES

Nos respectivos processos os corpos administrativos são isentos de custas, e representados pelo Ministerio Publico, quando o Estado não é parte. — L. 12 fevereiro 1912.

Nestes casos o Ministerio Publico tem competencia para receber a primeira citação. — Regul. 15 fevereiro 1913, artigo 28.º.

São reguladas pela lei 26 julho 1912 e por aquele regulamento.

Os precatorios e mandados de levantamento serão passados sem selo, nem custas. — Regul. cit., artigo 10.º § un.

Se o predio expropriado for dotal, a subrogação, nos termos do artigo 27.º § 16.º da lei 23 julho 1850, effectua-se no mesmo processo, sem pagamento de selos, nem preparos, nem custas. — Regul. cit., artigo 17.º § 3.º.

### EXPULSÃO

V. *Deportação*.



\*\*\*\*\*

Os encarregados do registo civil são obrigados a enviar certidão de óbito delas ao respectivo conservador para ser remetida pelo Ministerio da Justiça á respectiva Legação — *Uti. D. Reg. Civ.*, artigo 262.<sup>o</sup>; mas sendo espanhoes devem enviar directamente ao respectivo agente consular. — P. 2 janeiro 1912.

### **FAZENDA NACIONAL**

Nas falencias não se pôde passar precatório a favor de qualquer credor, sem estar paga a Fazenda Nacional — *Cod. das Exec. Fiscaes*, artigo 108.<sup>o</sup>, § 3.<sup>o</sup>; mas só pelas contribuições e mais dividas com privilegio ou preferencia. — *Ac. da Rel. de Lisboa*, de 3 dezembro 1913.

Nos concursos de preferencias e nas falencias tem de usar dos seus direitos como qualquer outro credor, deduzindo artigos e reclamando os seus creditos nos prazos legais, porque as leis de processo nenhuma excepção estabelecem a seu favor. — *Ac. da Rel. de Lisboa* de 7 e 11 março 1914.

*V. Execuçãoes Fiscaes.*

### **FEDERAÇÃO NACIONAL DOS AMIGOS E DEFENSORES DAS CREANÇAS**

*V. D.* 27 maio 1911, artigo 112.<sup>o</sup>.

### **FERIADOS**

São os dias: 1 e 31 de janeiro, 5 de outubro, 1 e 25 de dezembro — *D.* 12 outubro 1910; os domingos — *D.* 26 do mesmo mez e anno, e o dia 3 de maio. — *L.* 1 maio 1912.

Os dias feriados correspondem para todos os efeitos aos dias santificados guardados anteriormente. — P. 28 janeiro 1911.

Quando qualquer dia feriado for domingo, é o dia seguinte, para o efeito de suspender o movimento nos

tribunaes, repartições, escolas, estabelecimentos, *considerado de descanso.* — D. 30 dezembro 1910.

As municipalidades poderão, dentro da area dos *respectivos* concelhos, considerar fériado um dia por anno, *escolhendo-o* entre os que representam as festas municipais; — D. cit. de 12 outubro, artigo 2.º.

Em Lisboa é o dia 10 de junho.

Nos juizos de investigação podem praticar-se, *nos dias* feriados e nos domingos, todos os actos urgentes, *ou destinados* á protecção e respeito pela liberdade individual; — D. cit. de 26 outubro, artigo 2.º, § 2.º.

#### RECHAMAS

São : de 24 de dezembro a 7 de janeiro inclusivé; *segunda* e terça feira de entrudo; do domingo de Ramos a *segunda* feira de Paschoa, inclusivé, e de 16 de agosto a 30 de setembro. — D. 26 outubro 1910.

Estas disposições são applicaveis aos processos orfanologicos e commerciaes; mas devem praticar-se os actos de necessidade urgente para as partes e para o Estado. Para este efeito o *escrivão* de semana estará sempre no seu cartorio, e os juizes regularão o serviço, submetendo as providencias adoptados á aprovação do Ministério da Justiça. — D. 2 agosto 1911.

Não ha ferias para o julgamento dos reus presos, *nem* dos soltos, quando pela afluencia de serviço o juiz *reconheça* que isso é necessario. — D. cit.

Nos juizos de investigação criminal não ha ferias. — D. cit. de 1910, artigo 2.º, § 2.º.

Subsiste a legislação anterior nas outras comarcas.

Nas execuções fiscaes tambem não ha ferias. — D. de 10 abril 1911, Cod. das Exec. Fiscaes, artigo 101.º.



**FILHOS**

V. D. D. 31 outubro e 25 dezembro 1910 e L. de 20 fevereiro 1913.

**FLAGRANTE DELICTO**

V. *Prisão, Processo.*

**FOGO POSTO**

Se se provar que o *incendio obedeceu a intuitos filiados em qualquer objectivo de caça*, o individuo que for encontrado a caçar a dentro dos fogos postos ou nos terrenos onde houve incendio, pelo menos durante os primeiros quatro dias após estes, e com os aludidos terrenos á vista numa area de 200 metros aproximadamente, será considerado *conivente* no crime de fogo posto, e como tal sujeito ás sanções penaes estabelecidas para tal fim. — L. da caça, artigo 43.º.

E' um exemplo da extravagancia da lei, pela linguagem e pela doutrina. Bem pôde ser encontrado alguém na orla e no proprio local onde houve o incendio, que nem do incendio soubesse, quanto mais ser considerado *conivente*.

**FORMULARIO**

O dos diplomas e mais papeis officiaes era o estabelecido pelo D. 8 outubro 1910, e agora é o estabelecido no D. 9 setembro 1911.

**FORO ESPECIAL**

Não ha. Todos foram extinctos, excepto o militar. — DD. 10 outubro 1910 e 12 janeiro 1911.

V. *Caução, Tribunaes Militares.*

Disposições analogas, pelo menos, e, com mais razão, ás applicáveis ao exercito, deviam ser applicadas ás Magistraturas Judicial e do Ministerio Publico, respeitando-se a posição especial destes magistrados e a hierarquia, a que se refere o artigo 840.º da Nov. Ref. Jud. e os artigos 3.º e 6.º do Regul. do Ministerio Publico.

Assim poderia dar-se o caso de um delegado acusar um superior e de um juiz de 1.ª instancia julgar um de 2.ª instancia ou do Supr. Trib.



de Justiça, se a cordura, a honradez e o espirito de ordem não fossem predicados da nossa Magistratura.

O exercito tem, alem do seu muito prestigio, a força das armas, e a Magistratura só tem a força da sua dignidade; mas esta é tanta, que a falta de regalias e outros ataques, que porventura soffra, não modificam a sua independencia, nem lhe tiram a serenidade de que precisa, e de que tem dado provas, para exercer as suas elevadas funcções.

Não ha duvida que o dechr. 10 outubro 1910 acabou com a competencia do Sup. Trib. de Justiça e da Rel. para o julgamento e pronuncia dos magistrados judiciais. O dechr. de 12 janeiro 1911 acabou com as duvidas que porventura houvesse a esse respeito. E' verdade que ele se refere apenas aos magistrados *que exercem funcções criminaes*; mas a estes se limitou, porque só para estes era preciso fixar a competencia do juizo e não para os que exercem sómente funcções civis ou commerciaes; e até seria absurdo admitir que só aos juizes criminaes fosse tirado o foro especial.

Foi abolido o foro academico. — D. 23 outubro 1910.

### FÓROS

Sobre remissão, vid. D. 23 maio 1911.

Sobre fóros da Fazenda Nacional, vid. D. 25 janeiro 1911.

O direito de opção a que se refere o n.º 5.º do artigo 1.º daquele D. só pode ser exercido no acto da praça. — L. 30 junho 1913, artigo 17.º.

### FUNCIONARIOS CIVIS

Lei 11 julho 1912.

Regul. disciplinar de 22 fevereiro 1913.

Estes diplomas não se referem aos juizes. — Regul. cit., art. 1.º.

V. artigos 18.º e 19.º da L. 23 outubro 1911 e P. 2 janeiro 1913.

### GRÉVES

V. *Coligação*.

### GRITOS SUBVERSIVOS

São agora assim considerados os gritos de *viva a monarchia*, levantados em qualquer logar publico; mas não é



possível dizer estas palavras em voz natural ou pouco mais do natural. É preciso gritar, como já tem sido decidido nos tribunaes superiores.

O conhecimento destes crimes não é da competência dos tribunaes militares, porque a lei 30 abril 1912 não os compreende, nem podem considerar-se como um acto de rebelião.

V. *Jury*.

#### **GUARDAS — fiscal**

É subordinada ao "Ministerio das Finanças. — D. 27 maio 1911, artigo 390.º

#### **— municipal**

Extincta. — D. 12 outubro 1910.

#### **— Nacional Republicana**

Foi creado para todo o paiz este corpo especial de tropas para velar pela segurança e ordem publica, e para proteger as propriedades publicas e particulares. — D. 2 maio 1911, L. 30 junho 1913.

Para esta guarda passaram as atribuições policiaes dos corpos de policia dos districtos. — D. cit., artigo 81.º § un., L. cit., artigo 87.º, § un.

O regulamento é de 3 junho 1911.

#### **— republicana**

Foi creada em Lisboa e Porto para substituir as guardas municipaes. — D. 12 outubro 1910, artigo 1.º

O regulamento é de 29 outubro 1910.

#### **HABEAS CORPUS**

A esta garantia se refere a Const., artigo 3.º, n.º 31, mas depende da lei especial, que ainda não ha.

**HABITOS TALARES**

Os membros das associações religiosas que forem autorisados a viver em Portugal em vida secular, e os usarem, serão punidos com as penas de desobediencia qualificada — D. 31 dezembro 1910, artigo 42.º.

Este artigo dispõe que podem ser presos em flagrante delicto por qualquer pessoa do povo os transgressores. Já pela Nov. Ref. Jud., artigo 1019.º assim era.

É proibido, sob pena de desobediencia, o uso de habitos talaes, fóra dos templos e das ceremonias cultuaes. — D. 20 abril 1911, artigo 176.º.

A P. 1 julho 1911 entendeu, e bem, que este decreto proíbe o uso civil, e não o uso de habitos talaes e de quaesquer paramentos, ordenados pela liturgia, em todas as funções do culto externo ou ceremonias cultuaes, como diz o decreto.

Assim não é punivel o facto de um paroco ir com os seus habitos e mais paramentos, indispensaveis, a casa dos enfermos levar o Sagrado Viatico, se tiver auctorisação para este acto, nos termos do artigo 55.º.

Não tendo esta auctorisação é o facto punivel pelo artigo 55.º sómente, porque o uso dos habitos talaes é um elemento daquela transgressão. — Ac. da Rel. de Lisboa 18 janeiro 1913.

Se um paroco vai de sua casa para a igreja a fim de dizer missa e voltar com os habitos talaes, o facto é punivel, porque não ha necessidade nenhuma, nem preceito religioso, que a isso o obrigue. — Ac. da Rel. do Porto 2 fevereiro 1912.

*V. Companhia de Jesus.*

**HORA LEGAL**

É a designada no D. 24 maio 1911.

**HIMNO NACIONAL**

É a Portuguesa. — D. 19 junho 1911.



Os que faltarem ao respeito que lhe é devido serão punidos nos termos do artigo 3.º do D. 28 dezembro 1910. — L. 23 outubro 1911, artigo 20.º.

Para estes processos não são exclusivamente competentes os districtos criminaes de Lisboa e Porto, porque aquella lei manda aplicar sómente o artigo 3.º do decreto e não o seu artigo 5.º, e as disposições de excepção não podem ampliar-se sem lei expressa.

### IGREJAS

Separação do Estado das Igrejas. — D. 20 abril 1911.

Regulado o artigo 114.º daquele decreto pelo de 4 maio 1911, e o artigo 154.º pelo de 13 julho 1912.

Modificações pela lei de 10 julho 1912.

V. PP. 29 setembro e 6 dezembro 1911 e 29 março 1912.  
— *Religiões.*

### IMPrensa

O D. 10 outubro 1910 revogou a lei 11 abril 1907.  
Foi regulada pelo D. 28 outubro 1910.

De todas as publicações periodicas se deve enviar um exemplar ao delegado do Procurador da Republica da comarca ou do juizo de investigação, sob pena de 1\$ por cada transgressão. — DD. 28 outubro 1910, artigo 8.º, e 12 novembro 1908.

Nos crimes de abuso de liberdade de imprensa só se pode exigir termo de identidade, e nunca póde haver detenção provisoria. — D. 14 outubro 1910, artigo 8.º § 2.º.

O julgamento destes crimes e das contravenções é da competencia do jury. — D. cit., artigo 28.º.

O arguido não é obrigado a comparecer na audiencia do julgamento. — D. cit., artigo 30.º.

O preceito do artigo 16.º deste decreto não é applicavel ao crime de difamação. — Ac. do Sup. Trib. de Just. 26 abril 1912.

Sobre apreensões vid. L. 9 julho 1912.  
V. *Provisões*.

### INCINERAÇÃO

Permitida. — Cod. de Reg. Civ., artigo 2251.

### INCOMUNICABILIDADE

V. *Presos*.

### INDEMNISAÇÃO

O juiz condenará sempre, quando a accusação *propria*, na indemnisação de perdas e danos à parte *ofendida*, se a requerer, ainda que não accuse; e deve fixar a. — D. 12 novembro 1910, artigo 10.<sup>o</sup>.

Nos processos em que intervem o jury, este é que deve fixar a. E *gratuito* o arbitrio do juiz. Deixa a lei fixar um *máximo* e um *mínimo*, conforme a natureza e consequências do crime, e as *circunstâncias* do ofendido e do *rep.*

Quando a responsabilidade civil é conexa com a responsabilidade criminal podem os dois pedidos *cumular-se*, quando se pedir a indemnisação *separadamente*, e é *isso* permitido depois de julgada *procedente* a *acção penal*. — Código Civil, artigo 2373.<sup>o</sup>.

Só a verificação do facto na sentença final é definitiva, e não a *fixação* do corpo de delicto. Em harmonia com esta doutrina está a *jurisprudência* militar — L. 8 maio 1913, artigo 1.<sup>o</sup>, segundo a qual a *acção* de perdas e danos é da competência exclusiva dos tribunais civis, mas não pôde ela decidir-se enquanto não for decidida a *acção criminal* de competência dos tribunais militares.

V. a doutrina da *Nov. Rel. Jud.*, artigo 859.<sup>o</sup>.

### INDULTOS

V. *Amnistia*.

### INSTALAÇÕES ELÉCTRICAS

Regul. de 30 novembro 1912.

Os crimes e contravenções cometidos em *relação* às linhas electricas serão punidos como se fossem em *relação* às linhas telegraficas. — Regul. cit., artigo 119.<sup>o</sup>.



## INSTRUÇÃO CRIMINAL

E' a organização do corpo de delicto: Em Lisboa e Porto pertence aos juizes de investigação — D. 14 outubro 1910; e nas outras comarcas aos juizes competentes para o corpo de delicto.

Os arguidos, ainda antes de serem interrogados, podem ser assistidos por advogado da sua escolha, dar testemunhas, requerer exames e outras diligencias, e juntar documentos para mostrar a sua innocencia. Nisto consiste a instrução contradictoria permitida no n.º 2.º do artigo 7.º da Const., sem restricções, antes e depois de formada a culpa. — Ac. da Rel. de Lisboa de 27 março e 8 novembro de 1912.

Era aquella a doutrina do artigo 7.º do decr. de 14 outubro 1910, que teve em vista, como deve ser, evitar não só a pronuncia, mas também, e principalmente, o vexame da prisão de um innocente. E' este o fim da salutar garantia da instrução contradictoria.

O legislador porem não quiz evitar este vexame, e por isso no § unico do artigo 14.º do decr. de 18 de novembro de 1910 se estabeleceu, que o direito de dar testemunhas e de requerer exames só compete ao arguido depois de interrogado, isto é, depois de preso.

Esqueceu-se porem de prohibir a junção de documentos, e não vejo a razão da distincção.

Mais liberaes eram os diplomas que organisaram o juizo de instrução criminal, que impunham ao juiz a obrigação de ouvir os *presumidos delinquentes* sem restricção, e por isso antes de serem presos.

V. o que a este respeito dissemos a p. 288, em nota, d'O Ministerio Publico na 1.ª instancia, 3.ª edição, e só temos a acrescentar que assim se evitou tambem a prisão de centos de cidadãos.

A este respeito o grande publicista liberal, Trindade Coelho, escreveu a pp. 428 e 429 do seu notavel *Manual Político do Cidadão Portuguez*, 1.ª edição :

*De proposito não incluimos entre as leis chamadas de excepção os diplomas que regulam as outras attribuições do juiz de instrução criminal de Lisboa, pois esses diplomas ( contra a lenda corrente ) são mais liberaes do que o decreto que anteriormente regulava a competencia dos commissarios de policia, decreto que ainda continua em vigor fóra de Lisboa e Porto...*

.....  
 Outro exemplo : ao passo que nem pela Novissima Reforma Judiciaria, nem pelo regulamento de 1876 os *presumidos delinquentes* são interrogados durante a investigação, salvo no caso de haverem sido presos em flagrante, pelo artigo 20.º n.º 2.º do citado decreto de 20 de janeiro de 1898 o interrogatorio dos *presumidos delinquentes* é, em todos os casos, obrigação do juiz de instrução criminal, — o que certamente é mais liberal, do que instruir um corpo de delicto sem conhecimento nem audiencia do arguido. E isto porque aquele e os outros diplomas anteriores desde o decreto



Sobre apreensões vid. L. 9 julho 1912.  
V. *Publicações*.

### INCINERAÇÃO

Permitida. — Cod. de Reg. Cív., artigo 265.º.

### INCOMUNICABILIDADE

V. *Presos*.

### INDEMNISAÇÃO

O juiz condemnará *sempre*, quando a acusação proceda, na indemnisação de perdas e danos á parte ofendida, se a requerer, ainda que não accuse; e deve fixal-a. — D. 18 novembro 1910, artigo 10.º.

Nos processos em que intervem o jury, este é que devia fixal-a. E' grante o arbitrio do juiz. Devia a lei fixar um maximo e um minimo, conforme a natureza e consequencias do crime, e as circunstancias do ofendido e do reu.

Quando a responsabilidade civil é conexa com a responsabilidade criminal podem os dois pedidos cumular-se; mas, quando se pedir a indemnisação separadamente, só é isso permitido depois de julgada procedente a acção penal. — Código Civil, artigo 2373.º.

Só a verificação do facto na sentença final é definitiva, e não a feita no corpo de delicto. Em harmonia com esta doutrina está a legislação militar — L. 8 maio 1913, artigo 1.º, segundo a qual a acção de perdas e danos é da competencia exclusiva dos tribunaes civis, mas não póde ela decidir-se enquanto não for decidida a acção criminal da competencia dos tribunaes militares.

Era a doutrina da Nov. Ref. Jud., artigo 859.º.

### INDULTOS

V. *Amnistia*.

### INSTALAÇÕES ELECTRICAS

Regul. de 30 novembro 1912.

Os crimes e contravenções cometidos em relação ás linhas electricas serão punidos como se fossem em relação ás linhas telegraficas. — Regul. cit., artigo 100.º.



Sobre apreensões vid. L. 9 julho 1912.  
V. *Publicações*.

### INCINERAÇÃO

Permitida. — Cod. de Reg. Civ., artigo 265.º.

### INCOMUNICABILIDADE

V. *Presos*.

### INDEMNISAÇÃO

O juiz condemnará *sempre*, quando a acusação proceda, na indemnisação de perdas e danos á parte ofendida, se a requerer, ainda que não accuse; e deve fixal-a. — D. 18 novembro 1910, artigo 10.º.

Nos processos em que intervem o jury, este é que devia fixal-a. E' grande o arbitrio do juiz. Devia a lei fixar um maximo e um minino, conforme a natureza e consequencias do crime, e as circunstancias do ofendido e do reu.

Quando a responsabilidade civil é conexa com a responsabilidade criminal podem os dois pedidos cumular-se; mas, quando se pedir a indemnisação separadamente, só é isso permitido depois de julgada procedente a acção penal. — Codigo Civil, artigo 2373.º.

Só a verificação do facto na sentença final é definitiva, e não a feita no corpo de delicto. Em harmonia com esta doutrina está a legislação militar — L. 8 maio 1913, artigo 1.º, segundo a qual a acção de perdas e danos é da competencia exclusiva dos tribunaes civis, mas não póde ela decidir-se emquanto não for decidida a acção criminal da competencia dos tribunaes militares.

Era a doutrina da Nov. Ref. Jud., artigo 859.º.

### INDULTOS

V. *Amnistia*.

### INSTALAÇÕES ELECTRICAS

Regul. de 30 novembro 1912.

Os crimes e contravenções cometidos em relação ás linhas electricas serão punidos como se fossem em relação ás linhas telegraficas. — Regul. cit., artigo 100.º.



## INSTRUÇÃO CRIMINAL

É a organização do corpo de delicto. Em Lisboa e Porto pertence aos juizes de investigação — D. 14 outubro 1910; e nas outras comarcas aos juizes competentes para o corpo de delicto.

Os arguidos, ainda antes de serem interrogados, podem ser assistidos por advogado da sua escolha, dar testemunhas, requerer exames e outras diligencias, e juntar documentos para mostrar a sua innocencia. Nisto consiste a *instrucção contradictoria* permitida no n.º 2.º do artigo 8.º da Const., sem restricções, antes e depois de formada a culpa. — Ac. da Rel. de Lisboa de 27 março e 8 novembro de 1912.

Era aquella a doutrina do artigo 7.º do decr. de 14 outubro 1910, que teve em vista, como deve ser, evitar não só a promiscuação, mas também, e principalmente, o vexame da prisão de um innocente. É este o fim da salutar garantia da *instrucção contradictoria*.

O legislador porem não quiz evitar este vexame, e por isso no § único do artigo 14.º do decr. de 18 de novembro de 1910 se estabeleceu, que o direito de dar testemunhas e de requerer exames só compete ao arguido depois de interrogado, isto é, depois de preso.

Esqueceu-se porem de prohibir a junção de documentos, e não vejo a razão da distincção.

Mais liberaes eram os diplomas que organisaram o juizo de *instrucção criminal*, que impunham ao juiz a obrigação de ouvir os *presumidos delinquentes* sem restricção, e por isso antes de serem presos.

V. o que a este respeito dissemos a p. 288, em nota, d'O *Ministerio Publico* na 1.ª instancia, 3.ª edição, e só temos a acrescentar que assim se evitou também a prisão de centos de cidadãos.

A este respeito o grande publicista liberal, Trindade Coelho, escreveu a pp. 428 e 429 do seu notavel *Manual Politico do Cidadão Portuguez*, 1.ª edição :

*De proposito não incluimos entre as leis chamadas de excepção os diplomas que regulam as outras attribuições do juiz de instrucção criminal de Lisboa, pois esses diplomas (contra a lenda corrente) são mais liberaes do que o decreto que anteriormente regulava a competencia dos commissarios de policia, decreto que ainda continua em vigor fóra de Lisboa e Porto...*

.....  
Outro exemplo : ao passo que nem pela *Novissima Reforma Judiciaria*, nem pelo regulamento de 1876 os *presumidos delinquentes* são interrogados durante a investigação, salvo no caso de haverem sido presos em flagrante, pelo artigo 20.º n.º 2.º do citado decreto de 20 de janeiro de 1898 o interrogatorio dos *presumidos delinquentes* é, em todos os casos, obrigação do juiz de *instrucção criminal*, — o que certamente é mais liberal, do que *instruir um corpo de delicto* sem conhecimento nem audiencia do arguido. E isto porque aquele e os outros diplomas anteriores desde o decreto



dictatorial de 28 agosto 1893 mandavam *ouvir* sempre os presumidos delinquentes.

Com a publicação da Constituição prevaleceu a boa doutrina, devendo considerar-se revogado aquelle § un. do artigo 14.<sup>o</sup> do decr. de 18 de novembro de 1910, como decidiu a Relação de Lisboa nos acordãos citados.

Devo porem notar que a jurisprudencia do Supremo Tribunal de Justiça tem sido contraria. — Ac. de 20 março, 9 a 30 abril, 21 a 31 maio e 21 dezembro 1912. Salvo porem o devido respeito, nós seguimos a doutrina que expozemos.

Os arguidos tambem podem solicitar do Ministério Publico qualquer diligencia, que ele possa requerer a bem da justiça. — Cit. decr. 18 novembro, artigo 14.<sup>o</sup>.

A defesa concedida aos arguidos nos termos expostos pode ter lugar ainda depois de pronunciados — Const. artigo 3.<sup>o</sup>, n.<sup>o</sup> 2.<sup>o</sup>, Ac. do Sup. Trib. de Justiça, 7 novembro 1911, mas não depois de a pronuncia passar em julgado, porque então terminou o processo preparatorio, e por isso não mais ha instrucção. — Ac. da Rel. do Porto 6 dezembro 1912.

A instrucção contraditoria depois da pronuncia tem a vantagem de, havendo recurso, habilitar o Tribunal Superior a apreciar melhor os factos, e o juiz da 1.<sup>a</sup> instancia poderá revogar o despacho anterior ou reparar o agravo. E não obsta o dizer-se que os termos do agravo não permitem tal delonga. E' a lei que a permite, e por isso alteram-se e prorogam-se os prazos estabelecidos.

Já a p. 295 d'O *Ministerio Publico* na 1.<sup>a</sup> instancia sustentava que o juiz pode revogar o despacho de pronuncia anterior, quando pela continuação do processo preparatorio se convença de que ele é injusto. Quando se encerra o processo preparatorio não deve o juiz confirmar o despacho de pronuncia estando provado que nele houve erro. Agora com a instrucção contraditoria com mais razão, porque exactamente para evitar incomodos e vexames aos inocentes é que ela se permite. A Rel. de Lisb. em ac. de 29 outubro 1913 assim resolveu, confirmando o despacho de não pronuncia, revogatorio do de pronuncia, depois de se ter procedido ás diligencias requeridas pelo indiciado.

A lei não impõe a obrigação de declarar os factos a que as testemunhas devem depor. — Ac. do Sup. Trib. de Just. 7 novembro 1911.

Se estas diligencias forem requeridas antes da pronuncia, ainda que o processo esteja na devida altura, o juiz não pôde lançar o respectivo despacho sem a elas previamente proceder — Ac. do Sup. Trib. de Just. 15 dezembro 1911; e não pode o juiz negar-se a isso com o fundamento de



dictatorial de 28 agosto 1893 mandavam *ouvir* sempre os presumidos delinquentes.

Com a publicação da Constituição prevaleceu a boa doutrina, devendo considerar-se revogado aquele § un. do artigo 14.º do decr. de 18 de novembro de 1910, como decidiu a Relação de Lisboa nos acordãos citados.

Devo porem notar que a jurisprudencia do Supremo Tribunal de Justiça tem sido contraria. — Ac. de 20 março, 9 a 30 abril, 21 a 31 maio e 21 dezembro 1912. Salvo porem o devido respeito, nós seguimos a doutrina que expozemos.

Os arguidos tambem podem solicitar do Ministério Publico qualquer diligencia, que ele possa requerer a bem da justiça. — Cit. decr. 18 novembro, artigo 14.º.

A defesa concedida aos arguidos nos termos expostos pode ter logar ainda depois de pronunciados — Const. artigo 3.º, n.º 2.º, Ac. do Sup. Trib. de Justiça, 7 novembro 1911, mas não depois de a pronuncia passar em julgado, porque então terminou o processo preparatorio, e por isso não mais ha instrucção. — Ac. da Rel. do Porto 6 dezembro 1912.

A instrucção contraditoria depois da pronuncia tem a vantagem de, havendo recurso, habilitar o Tribunal Superior a apreciar melhor os factos, e o juiz da 1.ª instancia poderá revogar o despacho anterior ou reparar o agravo. E não obsta o dizer-se que os termos do agravo não permitem tal delonga. E' a lei que a permite, e por isso alteram-se e prorogam-se os prazos estabelecidos.

Já a p. 295 d'O *Ministerio Publico* na 1.ª instancia sustentava que o juiz pode revogar o despacho de pronuncia anterior, quando pela continuação do processo preparatorio se convença de que ele é injusto. Quando se encerra o processo preparatorio não deve o juiz confirmar o despacho de pronuncia estando provado que nele houve erro. Agora com a instrucção contraditoria com mais razão, porque exactamente para evitar incomodos e vexames aos inocentes é que ela se permite. A Rel. de Lisb. em ac. de 29 outubro 1913 assim resolveu, confirmando o despacho de não pronuncia, revogatorio do de pronuncia, depois de se ter procedido ás diligencias requeridas pelo indiciado.

A lei não impõe a obrigação de declarar os factos a que as testemunhas devem depor. — Ac. do Sup. Trib. de Just. 7 novembro 1911.

Se estas diligencias forem requeridas antes da pronuncia, ainda que o processo esteja na devida altura, o juiz não pôde lançar o respectivo despacho sem a elas previamente proceder — Ac. do Sup. Trib. de Just. 15 dezembro 1911; não pode o juiz negar-se a isso com o fundamento de



que só no julgamento se podem apreciar os elementos do crime, o que é contrariar a doutrina daquelles decretos. — Ac. do Sup. Trib. de Just. 6 dezembro 1912.

A assistência de advogado aos interrogatórios só é obrigatória quando o arguido o tenha escolhido. — D. cit. 14 outubro, artigo 7.º, Ac. do Sup. Trib. Just. 22 março 1912.

Este acordam decidiu também que não é nulidade insuprível, por não estar compreendida no artigo 13.º da lei 18 julho 1866, a falta de assistência de advogado. Assim é quando os arguidos não o tiverem escolhido, mas, se o escolherem, entendo que a nulidade é insuprível, em vista do n.º 14.º do artigo 13.º da cit. lei.

A instrução contradictoria deve fazer-se com a assistência da parte contraria. — Ac. do Sup. Trib. de Just. 22 novembro 1912.

As leis de 23 outubro e de 29 novembro 1911 dispõem que não ha instrução contradictoria nos crimes de rebelião; mas estas disposições são manifestamente contrarias á Constituição, que em todos os casos a admite, e não teem por isso força legal.

V. *Districtos Criminaes, Tribunaes Militares.*

### INVESTIGAÇÃO — criminal

Os autos da policia de investigação de Lisboa teem fê em juizo até prova plena em contrario — D. 27 maio 1911, artigo 2.º, e os da policia do Porto valem como diligencias de *corpo de delicto*, que podem ser completadas em juizo. — L. 27 julho 1912.

O acc. da Rel. de Lisboa de 4 junho 1913 decidiu, e bem, que aquelles autos não teem força de *corpo de delicto*, porque para este só a auctoridade judicial tem competencia, e nenhuma lei a dá áquella policia. Mais avisadamente andou o legislador quanto á policia do Porto e em outros diplomas. V. *Policia*.

Em todo o caso o que nunca poderia ter força de *corpo de delicto* seriam os autos lavrados pelos agentes de policia, como sucedia no processo em que aquelle acordam foi proferido, sem intervenção nenhuma do chefe de repartição ou do seu ajudante. Pelo regulamento de 12 abril 1894 tinham taes agentes competencia para lavrar autos das diligencias que praticavam, agora não, porque todos os diplomas foram revogados. — V. *Juizo de instrução criminal*. Seguir-se doutrina contraria era o mesmo que sancionar que os officiaes de diligencias e os escrivães das administrações de concelho lavrassem autos, sem a presidencia do respectivo administrador.

Só teem força de corpo de delicto os autos pelos crimes previstos na lei 3 fevbreiro 1912, agora substituída em parte pela lei 30 abril 1912. — L. 15 março 1912, art. 3.º.

Aquelles crimes são os dos artigos 256.º, 263.º e § unico, 483.º e § unico do Código Penal, os do artigo 2.º do decr. 28 dezembro 1910, agora lei cit. de 30 abril, e os do artigo 3.º do mesmo decreto.

Para a investigação pelos crimes previstos nos artigos 1.º a 5.º do decr. de 28 dezembro de 1910, hoje na L. 30 abril 1912, teem competencia as auctoridades administrativas e policiaes de Lisboa e Porto; e para este efeito pode o Ministro do Interior ordenar a remoção dos presos, *ainda que já estejam entregues ao poder judicial*. — D. 15 fevbreiro 1911, artigo 1.º.

Aquelles crimes são: atentados e ofensas contra o Presidente da Republica, rebelião, hoje previsto na lei de 30 abril 1912, boatos falsos, sedição e o do artigo 187.º do Código Penal, substituído pelo artigo 48.º do D. 20 abril 1911.

A remoção de presos entregues ao poder judicial é atentatoria da independencia deste poder, e contraria a todos os preceitos que regulam os processos penaes.

V. *Presos*.

#### — de paternidade ou maternidade legítima

O Ministerio Publico intervem sempre nestas causas. — D. 25 dezembro 1910, artigo 45.º.

Quando são permitidas. — D. cit., artigos 34.º e seg.

### JESUITAS

V. *Companhia de Jesus*.

### JUIZES

A lei de 14 junho 1913 regula a passagem dos do Ultramar para a Metropole.

Regulada a situação e vencimentos dos que em 30 junho 1913 se encontravam no quadro com vencimento. — L. 19 julho 1913.

V. *Antiguidade, Aposentação, Competencia*.



### — de investigação criminal

Teem competencia para a formação dos corpos de delicto e para todos os mais actos do processo preparatorio até á pronuncia inclusivá, e para os processos por crimes ou contravenções que caibam na anterior alçada dos juizes de direito. — D. 14 outubro 1910, artigo 6.º, § 2.º.

Teem tambem competencia para julgar os presos em flagrante delicto por crimes ou contravenções de policia correccional, e que não tenham de ser verificados por exame directo. — D. 18 novembro 1910, artigo 7.º.

Quando ao delicto não corresponda o processo de policia correccional, ou quando seja indispensavel o exame directo, o processo não é julgado pelo juiz e correrá os termos regulares do corpo de delicto e os subsequentes, mas ainda assim o juiz deve no acto da apresentação interrogar o accusado, ouvir as testemunhas da accusação, e as de defeza se comparecerem e o acusado o requerer. — Cit. artigo, § 2.º.

E' uma inovação que nada justifica, e é inconveniente.

V. *Agravos, Comarcas, Instrucção criminal, Investigação, Processo.*

### JUIZOS — especiaes

Revogadas as leis que os estabeleciam. — D. 10 outubro 1910.

V. *Fôro especial.*

### — de instrucção criminal

Revogados todos os diplomas sobre criação e competencia do que havia em Lisboa. — D. 10 outubro 1910.

### JUNTAS — geraes de districto

Restabelecidas pelo Cod. Adm. de 1913.



### — de paróquia

Os representantes do Ministerio Publico podem assistir ás suas sessões, e serão ouvidos quando o pedirem. — Cod. cit., artigo 145.º.

V. *Custas, Corpos administrativos.*

### JURAMENTO

Foi abolido o religioso, e substituido pela afirmação seguinte: *Declaro pela minha honra que desempenharei fielmente as funções que me são confiadas.* — D. 18 outubro 1910, artigo 3.º.

As testemunhas farão a mesma declaração, que as obriga a dizer a verdade e as sujeita, em caso de falta, ás penas de testemunho falso. — Cit. decr., artigo 4.º.

V. *Jury criminal.*

A simples promessa de dizer a verdade equivale áquella declaração — L. 28 novembro 1911, artigo 5.º, que é uma disposição generica. — Ac. do Sup. Trib. de Just., 6 de agosto 1912.

Esta disposição é generica e não applicavel só nos processos pelo crime de rebelião, porque nenhuma referencia a ele faz. Diz-se em contrario que esta lei só a estes processos diz respeito, porque foi promulgada para completar e esclarecer a de 23 outubro 1911, chamada *lei dos conspiradores*. Creio que actualmente não se póde argumentar assim, porque são muitos os decretos e as leis em que se accumulam disposições manifestamente diversas, e até na propria *lei dos conspiradores* se manda aplicar ao *hymno nacional* o disposto no artigo 3.º do decr. de 28 dezembro 1910, que não se refere a conspiradores, e na lei dos vadios de 20 julho 1912 se introduziu o artigo 27.º sobre atentado ao pudor. Demais a mais não é natural satisfazer-se a lei com uma formula mais simples em crimes mais graves, como o de rebelião. Em sentido contrario decidiu o Ac. do Sup. Trib. de Just., 9 abril 1912.

### JURY CRIMINAL

Tem competencia para conhecer de todos os crimes a que seja applicavel pena mais grave do que prisão correcional — Const., artigo 59.º, e dos de origem ou caracter



— de paróquia

Os representantes do Ministerio Publico podem assistir ás suas sessões, e serão ouvidos quando o pedirem. — Cod. cit., artigo 145.º.

V. *Custas, Corpos administrativos.*

### JURAMENTO

Foi abolido o religioso, e substituido pela afirmação seguinte: *Declaro pela minha honra que desempenharei fielmente as funções que me são confiadas.* — D. 18 outubro 1910, artigo 3.º.

As testemunhas farão a mesma declaração, que as obriga a dizer a verdade e as sujeita, em caso de falta, ás penas de testemunho falso. — Cit. decr., artigo 4.º.

V. *Jury criminal.*

A simples promessa de dizer a verdade equivale áquella declaração — L. 28 novembro 1911, artigo 5.º, que é uma disposição generica. — Ac. do Sup. Trib. de Just., 6 de agosto 1912.

Esta disposição é generica e não applicavel só nos processos pelo crime de rebelião, porque nenhuma referencia a ele faz. Diz-se em contrario que esta lei só a estes processos diz respeito, porque foi promulgada para completar e esclarecer a de 23 outubro 1911, chamada *lei dos conspiradores*. Creio que actualmente não se póde argumentar assim, porque são muitos os decretos e as leis em que se accumulam disposições manifestamente diversas, e até na propria *lei dos conspiradores* se manda aplicar ao *hymno nacional* o disposto no artigo 3.º do decr. de 28 dezembro 1910, que não se refere a conspiradores, e na lei dos vadios de 20 julho 1912 se introduziu o artigo 27.º sobre atentado ao pudor. Demais a mais não é natural satisfazer-se a lei com uma formula mais simples em crimes mais graves, como o de rebelião. Em sentido contrario decidiu o Ac. do Sup. Trib. de Just., 9 abril 1912.

### JURY CRIMINAL

Tem competencia para conhecer de todos os crimes a que seja applicavel pena mais grave do que prisão correcional — Const., artigo 59.º, e dos de origem ou character



politico. — Loc. cit., Ac. do Sup. Trib. de Just., 21 maio 1912.

Em processo correccional, conhecendo-se pela junção do certificado do registo criminal, que, em virtude da reincidência, a pena applicavel é maior e não correccional, como no caso de furto, deve anular-se o processo desde a queixa, para se seguirem os termos do processo ordinario. — Ac. da Rel. do Porto, 29 abril 1913. É isto o que me parece mais legal e está em harmonia com o que dissemos em nota a pag. 90 da 3.<sup>a</sup> edição d'O Ministerio Publico na 1.<sup>a</sup> instancia.

*V. Crimes politicos.*

O jury intervem tambem nos casos do D. 28 dezembro 1910 e no crime de sedição. — D. cit., artigo 6.<sup>o</sup>.

Este não foi revogado pelo artigo 57.<sup>o</sup> da Const., porque todos estes crimes se devem considerar politicos.

Restabelecida a sua competencia para conhecer dos crimes previstos nos artigos 206.<sup>o</sup> a 212.<sup>o</sup> do Cod. Pen. — D. 10 outubro 1910, artigo 1.<sup>o</sup>.

Para cada um dos districtos criminaes, haverá trez pautas. — P. 30 dezembro 1910.

O jury, em lugar de juramento, presta a declaração mencionada no artigo 5.<sup>o</sup> do decr. 18 outubro 1910.

A lei de 13 julho 1913 não alterou o artigo 1154.<sup>o</sup> da Nov. Ref. Jud., que para a decisão do jury exige a maioria de dois terços, porque apenas se refere aos casos em que a lei exige *maioria absoluta*. — L. cit., artigo 1.<sup>o</sup>, § unico.

## LEIS

Revogadas todas as de excepção. — D. 10 outubro 1910.

Terão a data da sua publicação. — L. 30 junho 1913, artigo 1.<sup>o</sup>.

Parecia mais regular que tivessem a data, como até aqui, em que são assignadas, visto que o devem ser antes de serem publicadas.

Entram em vigor, em todo o continente, salvo declaração expressa em contrario, no terceiro dia depois de publicadas;



e, nas ilhas adjacentes, no décimo dia depois da *partida* do vapor que levar a participação oficial. — Loc. cit.

Muito mais razoavel é a lei de 9 outubro 1841, porque faz diferença entre Lisboa e entre as outras terras do continente, e porque nas ilhas conta-se o prazo desde a *chegada* da participação oficial e não desde a partida, para evitar prejuizos e abusos, visto que o dia da chegada é incerto.

Creio que é esta a lei que ficou ainda em vigor, porque aquella é nula por não ter sido referendada por todos os ministros, visto que as leis a todos os ministerios dizem respeito. — Const., artigos 3.º, n.º 2.º, 48.º e 49.º.

Já o decreto 28 agosto 1913 marca o prazo para o concurso de escolas das ilhas adjacentes a contar da *chegada* do vapor que levar o *Diário do Governo* á capital do respectivo districto.

### LICENÇAS

Devem ser pedidas por intermedio da procuradoria da republica, e não directamente ao Ministerio da Justiça; e só em casos muito extraordinarios se pode conceder mais de trinta dias. — P. 13 outubro 1913.

A auctorisação para gosar as anteriores está sujeita, como verdadeira licença, ao pagamento de selos e emolumentos. — Despacho do Ministerio de Finanças, 10 abril 1913.

### LOTERIAS

V. *Assistencia Publica*.

### MAQUINAS DE ESCRIVER

Podem usar-se nos tribunaes, menos pelos juizes. — D. 12 janeiro 1911, artigo 8.º, Cod. de proc. civ., artigo 95.º.

### MANICOMIOS

As pessoas internadas em qualquer estabelecimento de alienados, ou o seu representante legal ou qualquer parente ou amigo, podem, a todo o tempo, requerer ao juiz que,

mente em liberdade, se fôr caso disso. — Const., artigo 3.º, n.º 36.

V. D. 11 maio 1911.

### MANUSCRIPTOS

V. *Publicações*.

### MATERNIDADE

Creada uma em Coimbra, anexa á Faculdade de Medicina. — D. 22 fevereiro 1911. E' regulada pelo D. 21 agosto do mesmo anno.

É destinada a prestar auxilio a mulheres grávidas e a creanças pobres. — D. cit. de 21 agosto, artigo 1.º.

### MEDICOS

O que tem o seu domicilio fóra da circunscripção do registo civil em que teve logar o parto a que assistiu e de que nasceu uma creança morta não é obrigado a passar a certidão de obito; e porisso não incorre na penalidade do artigo 347.º com referencia ao artigo 249.º do Cod. de Reg. Civ. — Cod. cit., artigos 152.º, 183.º e 324.º, Ac. da Rel. do Porto 19 novembro 1912.

V. D. 13 dezembro 1910.

### MEDIDAS

Falsas. — D. 16 dezembro 1910.

Sobre medidas de vidro. — L. 15 março 1913.

V. *Pesos e medidas*.

### MENDICIDADE

O que for encontrado a mendigar, sendo apto para o trabalho, será condemnado em prisão correccional até 10 dias. — L. 20 julho 1912, artigo 2.º.



A primeira reincidência é punível com prisão até trinta dias; a segunda com prisão correcional por sessenta dias; e a terceira será considerada crime de vadiagem para todos os efeitos. — L. cit., artigo 7.º.

### MENORES

Regulado o trabalho nos estabelecimentos industriaes. — PP. 26 outubro 1910 e 20 novembro 1911, D. 24 junho 1911, artigo 5.º.

Quando podem ser inhibidos do poder paternal os paes e os tutores dos menores de 16 annos. — D. 27 maio 1911, artigos 18.º e seg., 41.º e seg.

V. *Conselhos, Maternidade, Padrinhos, Tutoria da infancia.*

Quanto a menores de 14 annos, sendo do sexo masculino, e de 16 annos, sendo do sexo feminino, filhos das praças e sargentos do quadro permanente e reformados, e dos officiaes do quadro permanente, da reserva provenientes deste quadro, e reformados, vid. *Regulamento Provisorio do Conselho Tutelar e Pedagogico do Exercito de Terra e Mar* de 19 agosto 1911, artigos 3.º e 41.º e seg.

### MILITARES

V. *Tribunaes militares.*

### MINISTERIOS

Foi alterada a sua denominação. — D. 10 outubro 1910.

### MINISTROS

Não teem foro especial. Se algum for processado criminalmente, levado o processo até á pronuncia, passada em julgado, deve o juiz communicar-o á Camara dos Deputados a qual decidirá se o ministro deve ser suspenso, e se o

processo deve seguir nos intervallos das sessões ou depois de findas as suas funções: = *Const.*, artigo 59.<sup>o</sup>;

A Câmara só tem competência para estas deliberações;

A *Const.* não fala em pronuncia passada em julgado, mas entende-se que assim deve ser, não só nesta como, mas também quando for passada qualquer Decretada ou Senado ou a Presidência da República. Sem isso não pode a Câmara, nem o Senado, nem o Congresso decidir quando o processo deve seguir os termos, porque estes não podem seguir sem a pronuncia passar em julgado.

V. Congresso;

Pelos crimes que a Constituição chama de *responsabilidade*, a que se refere no artigo 59.<sup>o</sup>, respondem os ministros, também no foro comum. = *Const.*, artigo 49.<sup>o</sup>;

Serão definidos estes crimes em lei especial, = *Const.*, artigo 70.<sup>o</sup>; mas a não existência desta lei não obsta ao processo criminal competente, quando os factos estiverem previstos no Código Penal, ou em qualquer outra lei penal.

É esta a verdadeira doutrina, que ficou assente nos tribunaes superiores, quando se tratou dos processos contra os ministros de 1911.

## MOEDA

Remodelado o sistema monetario por D. 22 maio 1911 e L. 21 junho 1913.

O arredondamento, a que se refere o artigo 3.<sup>o</sup> da lei citada é taxativamente aplicado ás repartições liquidadoras das receitas e despesas. — Despacho do Ministro das Finanças de 8 julho 1913.

— falsa

V. *Jury criminal*.

## MONARQUIA

Foi abolida para sempre e banida a dynastia de Bragança. — L. 19 junho 1911.

## MULHERES

Trabalho nos estabelecimentos fabris. — D. 24 julho 1911, P. 20 novembro do mesmo anno.



## NATURALISAÇÃO

Regulada pelo D. 2 dezembro 1910.

## NOTARIOS

Restabelecida a nota publica da Misericórdia do Porto para os seus actos e contractos. — D. 13 março 1911.

V. *Corpos administrativos*.

Devem participar aos secretarios de finanças todas as escripturas de compra e venda de cortiça. — Cod. da Contrib. Predial, artigo 143.<sup>o</sup>, n.<sup>o</sup> 7.<sup>o</sup>.

## OBLATAS

Acabaram. — D. 20 abril 1911, artigo 156.<sup>o</sup>.

## OBRAS DE ARTE

Não podem ser exportadas sem auctorisação do Ministro do Interior, e outras disposições penaes. — D. 19 novembro 1911, artigo 4.<sup>o</sup>.

## OFENDIDO

O que accusa nos processos de policia correccional contra os presos em flagrante delicto pode ser condemnado, se o reu for absolvido, a titulo de custas para o Estado, na indemnisação de 5\$ a 20\$. No acto de declarar querer ser parte depositará na mão do contador a quantia de 5\$, que receberá se o reu for condemnado. — D. 18 novembro 1910, artigo 7.<sup>o</sup>, §§ 5.<sup>o</sup> e 6.<sup>o</sup>.

Seu o reu absolvido, não diz o decreto se este deposito será levado em conta ao auctor na indemnisação para o Estado; mas deve ser assim.

V. *Indemnisação*.

## OFENSAS CORPORAES

A pena do artigo 359.<sup>o</sup> doCodigo Penal só pode ser imposta accusando o ofendido, excepto sendo menor de 18 annos ou incapaz. — D. 15 fevereiro 1911, artigo 7.<sup>o</sup>.

**NATURALISAÇÃO**

Regulada pelo D. 2 dezembro 1910.

**NOTARIOS**

Restabelecida a nota publica da Misericordia do Porto para os seus actos e contractos. — D. 13 março 1911.

V. *Corpos administrativos*.

Devem participar aos secretarios de finanças todas as escripturas de compra e venda de cortiça. — Cod. da Contrib. Predial, artigo 148.º, n.º 7.º.

**OBLATAS**

Acabaram. — D. 20 abril 1911, artigo 156.º.

**OBRAS DE ARTE**

Não podem ser exportadas sem auctorisação do Ministro do Interior, e outras disposições penaes. — D. 19 novembro 1911, artigo 4.º.

**OFENDIDO**

O que accusa nos processos de policia correccional contra os presos em flagrante delicto pode ser condemnado, se o reu for absolvido, a titulo de custas para o Estado, na indemnisação de 5\$ a 20\$. No acto de declarar querer ser parte depositará na mão do contador a quantia de 5\$, que receberá se o reu for condenado. — D. 18 novembro 1910, artigo 7.º, §§ 5.º e 6.º.

Sendo o reu absolvido, não diz o decreto se este deposito será levado em conta ao auctor na indemnisação para o Estado; mas deve ser assim.

V. *Indemnisação*.

**OFENSAS CORPORAES**

A pena do artigo 359.º doCodigo Penal só pode ser imposta accusando o ofendido, excepto sendo menor de 18 annos ou incapaz. — D. 15 fevereiro 1911, artigo 7.º.



## **OFFICIAES DE DILIGENCIAS**

Os dos juizes de investigação e os dos districtos criminaes tem ordenado, e não recebem emolumentos, — D. 18 novembro 1911, artigo 3.º.

## **PADARIAS E PÃO**

É livre o fabrico e a venda de pão — D. 27 maio 1911, mas são regulados pelo D. 24 junho do mesmo anno e pela L. 3 julho 1913.

As transgressões, conforme a sua natureza, podem ser punidas nos termos dos artigos 188.º e 456.º do Código Penal. — Regul. cit., artigos 63.º e 66.º.

Os autos de transgressão tem fô em juizo até prova em contrario. — Regul. cit., artigo 64.º, § 2.º.

## **PADRINHOS**

Devem protecção e assistencia aos menores, seus afilhados, na falta dos paes. — Cod. do Reg. Civ., artigo 138.º.

## **PASSAES**

São pertença do Estado. — D. 20 abril 1911, artigo 62.º.

## **PATRIMONIOS**

Ficam livres e desembaraçados os bens, em que se haja constituido patrimonio eclesiastico. — D. 20 abril 1911, artigo 165.º.

## **PATRIO PODER**

*V. Menores.*

## **PENSÕES**

Aos ministros da religião catolica. — D. 20 abril 1911, artigos 113.º e seg., L. 17 agosto 1911.

Os pensionistas não podem ausentar-se do país ~~sem~~ licença do governo, sob pena de perderem a pensão. — L. 7 maio 1913. A mesma disposição é applicavel aos funcionários aposentados, adidos ou na inactividade e reformados, sob pena de perderem o ordenado ou vencimento.

V. Regul. de 24 maio de 1913.

### **PERDÃO**

V. *Amnistia*.

### **PERDAS E DAMNOS**

V. *Indemnisação*.

### **PERFILHAÇÃO**

Direitos dos filhos perfilhados, e quaes o podem ser. — DD. 31 outubro e 25 dezembro 1911.

### **PERITOS**

Creadas duas camaras de peritos contabilistas. — D. 27 maio 1911.

### **PESCA**

V. D. 8 novembro 1910.

### **PESOS E MEDIDAS**

Estabelecido o quadro dos pesos e medidas legaes. — D. 19 abril 1911.

Regulados os serviços de aferição. — D. 11 julho 1911.

### **POLICIA**

Reorganizada em Lisboa, passando a chamar-se: *cívica* — D. 17 outubro 1910, e no Porto, continuando a chamar-se: *civil*. — L. 27 julho 1912.



Na de Lisboa foi creado o lugar de chefe da repartição de investigação criminal = D. 27 maio 1911, com um ajudante, = L. 24 julho 1912.

A do Porto continua a regular-se pela lei de 2 julho 1867 e regul. 31 dezembro 1876, = L. cit. de 27 julho.  
V. *Investigação*.

Creado um corpo de policia rural e florestal na Madeira = D. 8 março 1913; e os autos levantados pelos seus agentes tem força de corpo de delicto, = D. cit.

Pelo § 1.º do artigo 25.º do decreto de 28 janeiro 1896 o juiz de instrução criminal podia conceder aos presos, por crimes correcçãoaes, liberdade provisoria até serem remetidos aos districtos criminaes, lavrando-se um auto, ainda que não houvesse lugar a investigação. Assim se evitava que muitos presos passassem uma noite nas calabouças até, no dia seguinte, irem para Boa-Hora. Esta salutar e liberal providencia foi revogada, e não foi substituida por outra mais liberal, como era de esperar.

V. *Presos*.

#### POSESSE

No acto da posse é que os funcionarios dependentes do Ministerio da Justiça fazem a declaração que substitue o juramento, = P. 31 outubro 1910.

#### POSTULAN

As suas disposições e as dos regulamentos locais tem-se como não escriptas quando contrariem as leis geraes e especialmente as constitucionaes. = Cod. Adm. de 1913, artigo 196.º.

#### PRESCRIÇÃO

Contra a Fazenda Nacional só se completa desde que, alem dos prazos actualmente em vigor, tenha decorrido mais da metade dos mesmos prazos; mas esta disposição não é applicavel á prescrição de dividas por contribuições, nem ás já completas. = L. 16 julho 1913.

Quanto a prescrição de crimes. = Vid. *Alçada*.



## PRESIDENTE DA REPUBLICA

O atentado e ofensas contra ele são puníveis pelos artigos 163.º a 165.º e 167.º a 169.º do Código Penal. — D. 28 dezembro 1910, artigo 1.º.

Não tem fôro especial. O juiz depois de a pronuncia passar em julgado communicar-a-ha ao Congresso para os efeitos do artigo 64.º, § un., da Const.

Quanto a crimes de responsabilidade vid. Const., artigo 55.º, § 2.º.

V. *Districtos criminaes, Jury, Ministros.*

## PRESOS

### I — entrega dos presos a juizo

Os das auctoridades administrativas e policiaes devem ser entregues ao juiz logo, ou dentro do maximo prazo de doze horas. — D. 14 outubro 1910, artigo 8.º, Ac. da Rel. de Lisboa, 30 outubro 1910 e de 2 novembro 1912.

O prazo de 12 horas não será sufficiente, na maior parte dos casos, para lavrar o auto de captura, verificar a identidade do preso, etc. Os presos á tarde terão de ser entregues pela meia noite ou pela madrugada, o que parece extraordinario, mas é lei.

Tratando-se dos crimes de rebelião, atentado ou offensa ao Presidente da Republica, falta de respeito á bandeira nacional, boatos falsos e sedição aquele prazo prolonga-se até que se apurem as responsabilidades dos presos, se as auctoridades administrativas e policiaes de Lisboa e Porto forem encarregadas da investigação, sendo os presos removidos para qualquer destas cidades — D. 15 fevereiro 1911, artigos 2.º, e 3.º, e só neste caso. É uma excepção, prevalecendo em todos os outros casos aquella regra geral. — Ac. da Rel. de Lisboa, 15 julho e 28 outubro 1911.

V. *Investigação criminal.*

A unica excepção portanto é relativa aos presos por crimes cometidos em outras localidades, e não em qualquer daquelas cidades, e explica-se pela demora que ha-de haver nesta investigação por factos passados fóra de Lisboa e Porto. As auctoridades policiaes de Lisboa e Porto só podem demorar a entrega d'aqueles presos, alem de doze horas nestes casos. Nos outros não; e cometem o crime de



caução. — D. 14 outubro 1910, artigo 8.º, § 1.º. O mesmo preceito se encontra na Const., artigo 3.º, n.º 17.º.

Depois daquele D. estabeleceu-se no D. 18 novembro 1910, artigo 8.º § 1.º, que os presos em flagrante delicto por crimes de policia correcional ficarão em custódia até ao julgamento, e só poderão ser soltos, ainda que assignem termo de residencia ou identidade, se depositarem em mão do contador a quantia de 10\$000 reis. Como se vê este preceito é contrario á citada disposição da Const., que declara que ninguém será conduzido á prisão, se se oferecer a prestar caução ou assignar termo de resistencia, quando permitido, e por isso não pode cumprir-se, sendo ilegal a exigencia daquele deposito, e a custódia até ao julgamento — Const., artigo 80.º. O procedimento contrario é abuso de auctoridade. O juiz deve resolver estes casos conforme os autos ou participação, que lhe forem enviados com o preso.

V. Juizes de investigação.

#### IV — incomunicabilidade

A incomunicabilidade dos presos só pode ter logar antes da pronuncia, e quando ao crime corresponda pena maior fixa. Não pode exceder o prazo de 48 horas, desde que é ordenada, e durante ella deve ser permitido aos presos communicarem, durante uma hora, pelo menos, por dia, com seus paes, filhos, mulher, marido e irmãos, na presença de um agente da auctoridade. — D. 14 outubro 1910, artigo 9.º.

Estas disposições são absolutas, e não ha nas leis excepção nenhuma. Comete pois o crime de abuso de auctoridade, previsto no artigo 291.º n.º 4.º do Cod. Pen., o juiz ou qualquer outra auctoridade que prolongar a incomunicabilidade, ou não consentir que os presos comuniquem com as pessoas indicadas.

Tambem devia ser permitido aos presos comunicar com o seu advogado.

V. Remoção.

#### PRISÃO

Para todos os efeitos *detenção* e *custódia* são consideradas *prisão*, como se vê dos artigos 8.º e 10.º do D. 14 outubro 1910 e já era a disposição do § 1.º do artigo 291.º do Codigo Penal.

Não havendo culpa formada, só póde ter logar nos casos: de *flagrante delicto*, *alta traição*, *falsificação de moeda* e de *notas dos bancos nacionaes*, bem como de *titulos de divida publica portuguesa*, *homicidio voluntario*, *furto domestico*, *roubo*, *falencia fraudulenta* e *fogo posto*. — Const., artigo 3.º, n.º 16.

Tenho como certo que esta disposição se refere aos casos puramente criminaes, e não revogou as leis que actualmente determinam a prisão de qualquer pessoa que desobedeça aos mandados da justiça,



ou não cumpria alguma obrigação civil dentro de determinado prazo. Fica a doutrina corrente no vigor da Carta Constitucional; e assim julga a Rel. de Lisboa em acordam de 5 fevereiro 1918, que passou em julgado, entendendo que um rei que fora intimado para responder em polícia correccional e faltara, sem motivo justificado, devia ir responder sob custódia; e a Rel. do Porto, em acordam 8 janeiro 1918 destitui que está em vigor o artigo 573.º do cod. do proc. civil, o qual foi confirmado pelo do Sup. Trib. de Justiça de 11 março 1918.

A Const. mantém as expressões: *alta traição e furto domestico*, empregadas no artigo 1028.º da Nov. Ref. Jud., que se deviam substituir pelas empregadas no Código Penal.

Fôra de flagrante delicto, a prisão não pôde ter lugar, sem ordem escripta da auctoridade competente. — Const., artigo 3.º, n.º 18, Ac. da Rel. de Lisboa, 2 novembro 1912.

Tambem esta regra não tem excepção nenhuma; e por isso cometem as auctoridades publicas o crime de abuso de auctoridade, punido pelo artigo 291.º n.º 2.º do Código Pen., e qualquer pessoa do povo o previsto no artigo 334.º do mesmo código, prendendo alguém fôra de flagrante delicto sem ordem escripta da auctoridade.

Podem ser presos por qualquer pessoa do povo, em flagrante delicto, os membros das associações religiosas nos casos dos artigos 40.º a 43.º do D. 31 dezembro 1910, e os membros da Companhia de Jesus no caso do artigo 44.º do mesmo decreto.

Esta disposição não era necessaria, porque estava já na Nov. Ref. Jud., artigo 1019.º.

Suscitada a observancia das leis em vigor que proíbem as prisões por individuos não investidos de auctoridade publica. — P. 16 junho 1912.

V. Caução.

### **PROCESSO PENAL — preparatorio**

Foi suprimido o despacho que julgava subsistente o corpo de delicto. — D. 14 outubro 1910, artigo 6.º § 1.º.

V. *Boatos falsos, Instrucção criminal, Investigação, Juizes de investigação criminal, Policia, Presos, Prisão.*

O § 1.º do artigo 1.º da L. de 14 fevereiro de 1907, não está revogado pelos decretos de 10 outubro 1910 e 12 janeiro 1911, porque é uma disposição que nada tem com a competencia do fôro para julgar os magistrados a que se refere; e por isso ainda hoje a pronuncia de magistrados



judiciaes ou administrativos não produz nenhum dos seus efeitos sem ter passado em julgado.

V. *O Ministerio Publico na 1.ª Instancia*, 3.ª edição, p. 214.

Deve ser concluído e encerrado dentro de 30 dias, a contar da querela sob pena de o juiz ser suspenso até seis meses e responder por perdas e danos, conforme o § 3.º do artigo 10.º da lei 18 julho 1855, que está em pleno vigor.

V. *O Ministerio Publico na 1.ª Instancia*, 3.ª edição, p. 26, nota.

### — julgamento

Os presos em flagrante delicto por crimes de policia correccional são julgados no acto da apresentação, se não for preciso proceder a algum exame, nos termos dos §§ 3.º e 4.º do artigo 7.º do D. 18 novembro 1910, em Lisboa e Porto.

Nas outras comarcas regula ainda o D. 15 setembro 1892, artigo 16.º.

Nestes casos o julgamento não aguardará pela junção do certificado do registo criminal, e como deve proceder-se. — D. 12 janeiro 1911, artigo 7.º.

V. *Juizés de investigação, Ofendido*.

Em processos de querela, na audiencia de julgamento, o escrivão lerá as peças essenciaes do processo, excluindo o corpo de delicto indirecto.

Em seguida as partes poderão ler os articulados e dar breves explicações. Depois segue-se o interrogatorio dos reus, e procede-se em seguida á inquirição das testemunhas. — D. 28 dezembro 1910, artigo 7.º.

O reu só é obrigado a responder ás perguntas sobre a sua identidade, e disso o juiz o informará. — D. cit., artigo 8.º.

Foram suprimidos o relatorio do juiz e a advertencia aos advogados. — D. cit., artigo 9.º.

O juiz só póde declarar iniqua a decisão do jury, quando esta importa a condemnação do reu em pena maior. — D. 12 janeiro 1911, artigo 6.º.

Nada justifica tirar esta faculdade ao juiz quando as decisões são absolutorias, pois que as condemnatorias poucas vezes serão iniquas, e quando as penas applicaveis são correccionaes.

V. *Jury, Presos, Prisão, Testemunhas*.

### PROCURADOR GERAL DA REPUBLICA

Assim denominado o antigo Procurador Geral da Corôa e Fazenda. — D. 8 outubro 1910.

Foram suprimidos quatro logares de ajudante, ficando reduzidos a dois. — D. 24 outubro 1910 e L. 30 julho 1913, artigo 2.º.

### PROCURADORES DA REPUBLICA

Assim denominados os antigos Procuradores Regios — D. cit., e foi suprimido este logar nos Açores. — D. cit., artigo 2.º.

### PROSTITUTAS

Os que viverem a expensas de mulheres prostituídas serão condemnados a prisão correccional de seis meses a dois annos. A primeira reincidencia será considerada crime de radiagem. — L. 20 julho 1912, artigos 4.º e 8.º.

Ficou assim modificado o artigo 5.º da lei de 3 abril 1896.  
V. *Verdes*.

### PROVOCAÇÃO PUBLICA AO CRIME

A propaganda para não cumprimento dos deveres militares, e para actos atentatorios da *integridade e independência da pátria*, é crime punivel pela lei 12 julho 1912.

A estes crimes não é applicavel a lei de imprensa, e podem applicar-se os artigos 1.º a 3.º do D. 15 fevereiro 1912. — L. cit.

V. *Presos*.

O conhecimento deste crime é da competencia dos tribunaes comuns, porque aquella lei não dispõe o contrario, e é posterior á de 30 abril e 8 julho do mesmo anno.

### PUBLICAÇÕES

É prohibido, sob pena de desobediencia qualificada, expôr á venda, ou vender, ou por qualquer forma espalhar pelo



publico quaesquer publicações pornograficas, ou redigidas em linguagem despejada ou provocadora. — DD. 22 e 24 outubro 1910, artigo 11.º, § unico.

São estas expressões tão vagas, que o arbitrio da auctoridade é que ha-de regular o assumpto.

A publicação e distribuição de escriptos de *incitamento ao cometimento do crime de rebelião* consideram-se actos de execução desse crime, e, apesar disso, são punidos com prisão correccional, não inferior a dezoito mezes e multa correspondente. — L. 30 abril 1912, artigo 3.º.

V. *Tribunaes Militares*.

A publicação dos casos de vadiagem, mendicidade, libertinagem, contravenções ou crimes cometidos por menores de dezesseis annos, ou o suicidio destes, ou a simples noticia destes casos, ou ainda a publicação do extracto do julgamento, é prohibida, sob pena de multa de 20\$ a 100\$ ou de prisão correccional. — D. 27 maio 1911, artigo 103.º.

A publicação das peças dos processos de nulidade, ou anulação, de casamentos, com excepção da sentença, é punivel nos termos dos artigos 407.º e 410.º do Código Penal e do D. 28 outubro 1910, sobre imprensa. — D. 25 dezembro 1910, artigo 29.º.

A publicação de qualquer das peças dos processos de investigação de paternidade ou maternidade illegitimas, com excepção da sentença, é prohibida e punivel nos termos dos artigos 407.º e 410.º do Cod. Pen., e do decr. de 28 outubro 1910, sobre liberdade de imprensa, conforme no caso couber. — D. de 25 dezembro 1910, artigo 56.º.

Sobre apreensão vid. LL. 9 e 12 julho 1912.

V. *Imprensa*.

## REBELIÃO

É punivel este crime pela lei 30 abril 1912, que substituiu as correspondentes disposições do Código Penal e do D. 28 dezembro 1910.

O conhecimento deste crime era de competencia dos tribunaes comuns pelas lei de 11 e 15 março 1912, e agora é da competencia dos tribunaes militares — L. 8 julho 1912, como anteriormente pela

D. 2 fevereiro 1891, que ainda vigorava ao tempo da proclamação da Republica. A forma de processo é a do Código de Processo Criminal Militar. Na vigencia daquelas leis a forma do processo era a designada nas leis de 23 outubro e 29 novembro 1911.

V. *Tribunaes Militares*.

O funcionario publico de qualquer ordem, ou categoria, fica suspenso logo que contra ele se instaure processo pelos crimes dos n.ºs 1.º a 3.º do decr. de 28 dezembro 1910, previstos hoje no artigo 1.º, n.ºs 1.º a 3.º, da lei de 30 abril 1912. — L. 23 outubro 1911, artigo 18.º.

Até agora era a pronuncia, passada em julgado, que tinha como efeito a suspensão; mas dar o mesmo efeito á simples instauração do processo talvez esteja mais em harmonia com as actuaes garantias individuaes.

### **RECENSEAMENTO — eleitoral**

V. L. 3 julho 1913, e *Códigos*.

#### **— dos jurados commerciaes**

V. D. 14 novembro 1910.

#### **— jurados criminaes**

Deve haver tres pautas para cada uma das comarcas de Lisboa e Porto. — P. 30 dezembro 1910.

V. P. 18 junho 1912.

#### **— militar**

Era regulado pelos DD. 2 março e 26 maio 1911, e agora é regulado pelo D. 23 agosto do mesmo anno e pela L. 11 julho 1913, que substituiu o cap. 3.º daquele D. de 2 março.

Os juizes teem competencia: para resolver, sem recurso, as reclamações acerca da nomeação dos vogaes da Comissão de recrutamento — D. cit. de 23 agosto, artigo 31.º § unico; para decidir os recursos das decisões das camaras municipaes acerca de legitimidade das faltas ou impedimentos daqueles vogaes — D. cit., artigo 35.º, § 1.º; para



conhecer do indeferimento das petições de amparo proferido pelas camaras municipaes, com recurso para a Relação — D. cit., artigos 178.º a 180.º, e para impor as penas e multas mencionadas no cap. 17.º do mesmo decreto. — D. cit., artigo 270.º.

V. D. 31 março 1913.

#### — da população

Foi ordenado por D. 17 junho 1911.

#### RECURSOS

V. *Apelação, Agravos, Competencia.*

#### REFRACTARIOS

Tem o juiz de direito competencia para impor, em processo de policia correccional, as penas do artigo 253.º do D. 23 agosto 1911 aos que os acoutarem ou encobrirem; aos que facilitarem a sua evasão ou para ela contribuirem, e aos que os tomarem para o seu serviço, sabendo que o são.

#### REFUGIO

É um estabelecimento de detenção preventiva, junto de cada Tutoria Central ou comarcã, para os menores a que se refere o D. 27 maio 1911, artigo 108.º.

Creado tambem um junto ás Casas de Trabalho. — D. 24 agosto 1911.

#### REGISTO — civil

É obrigatorio especialmente o dos nascimentos, casamentos e obitos. — Cod. de Reg. Civ., artigo 2.º.

Os conservadores, officiaes e ajudantes tomam posse perante o juiz de direito. — P. 2 março 1911.



Os funcionarios do registo civil devem remeter aos curadores dos orphãos certidão de obito dos que deixaram herdeiros sujeitos á jurisdicção orphanologica, até ao dia 10 do mez seguinte. — Cod. cit., artigo 261.º.

Os conservadores e officiaes não são considerados auctoridade publica, e porisso a eles não se refere o artigo 137.º do Codigo Penal. — Ac. da Rel. de Lisboa, 15 agosto 1911, P. 2 janeiro 1912.

As mulheres e os estrangeiros podem ser testemunhas nos actos de registo civil. — L. 10 julho 1912, artigo 42.º.

O delegado de Procurador da Republica pode dispensar, por causas graves, a publicação previa e o prazo, a que se referem os artigos 191.º e seg. do Codigo, e auctorisar o registo provisorio do casamento. — Cod. cit., artigos 199.º e 200.º, L. cit., artigo 27.º. V. mais artigo 204.º do Codigo.

Mas não podem dispensar o prazo, designado no artigo 55.º do decreto de 3 novembro 1910, para o novo casamento dos divorciados. — P. 11 julho 1913.

A todas as pessoas é licito requerer certidão dos livros do registo civil ou paroquial, não sendo os registos secretos por lei, ficando assim modificados os artigos 297.º e 298.º do Codigo. — L. cit., artigo 39.º.

A inspecção das repartições está a cargo do Procurador da Republica e dos seus delegados e sub-delegados — Cod. cit., artigos 328.º e 333.º; e pela P. 1 março 1913 foi recomendado este serviço.

Quando o funcionario se recusar a fazer qualquer registo, ha recurso para o juiz de direito, que resolverá, ouvindo o Ministerio Publico. Da decisão do juiz só ha recurso para a Relação. — Cod. cit., artigos 336.º e seg.

Foram, e com razão, expressamente revogados os artigos 144.º e 244.º do Codigo. — L. cit., artigo 51.º.

V. *Extrangeiros e PP.* 31 março, 1 abril, 7 dezembro, duas de 8 dezembro, 9 dezembro 1911, 3 janeiro, 16 fevereiro, 28 março, 26 junho, 5 agosto, 4 setembro, 12 outubro 1912, de



*1 e 18 março e 2 abril 1913, e as Circ. de 15 abril e 21 agosto 1911 e 9 julho 1913, e os decretos 20 março, 1 abril e 11 setembro 1911.*

Quanto a penas vid. Cod., artigos 342.º e seg.

A ordem para a remoção de um arquivo paroquial para a conservatoria do registo civil não é legitima, em vista dos artigos 8.º, 12.º e 13.º do Código respectivo. — Ac. do Sup. Trib. de Just., 8 novembro 1912.

### — criminal

Na comarca de Lisboa foi suprimido quanto a menores de 16 annos, devendo o respectivo boletim ser enviado ás respectivas Tutorias e ficarem sem efeito todos os registos feitos; e nas outras comarcas devem omitir-se nos certificados do registo criminal todas as decisões proferidas contra menores de desasseis annos de idade. — D. 27 maio 1911, artigos 94.º e 181.º.

### REINCIDENTES

V. *Vadios*.

### RELAÇÕES

Extincta a dos Açores. — D. 24 outubro 1910, artigo 1.º.

### RELIGIÕES

Acerca das associações cultuaes e dos direitos das juntas de parquia vid. P. 30 dezembro 1912.

V. *Igrejas*.

### I — crimes contra as religiões

Foram revogados os artigos 130.º e 135.º do Código Penal. — D. 15 fevereiro 1911, artigo 4.º.

Os artigos 131.º a 134.º do Código Penal foram substituidos pelos artigos 11.º a 15.º do D. 20 abril 1911.



## II — crimes por abuso de funções religiosas

Foi declarada sem efeito a P. 2 março 1853 pela de 31 agosto 1910.

A pratica de actos de culto fóra dos templos ou recintos fechados, não havendo licença da auctoridade administrativa, é punida como desobediencia. — D. cit., artigo 55.º.

Esta licença póde ser dada pelo governador civil, ou pelo administrador de concelho, ou pelo regedor. — P. 6 dezembro 1911.

Com as penas do artigo 137.º do Código Penal é punido o ministro da religião que atacar a lei da separação ou os direitos do Estado. — D. cit., artigo 48.º.

Este artigo substitue aquele artigo do Código Penal. Pela P. 22 outubro 1910 tinha sido suscitada a rigorosa observancia do art. 137.º, e por isso ela agora tem de cumprir-se relativamente ao cit. art. 48.º. A lei não proíbe, de certo, a critica das leis da Republica, nem a exposição das doutrinas das religiões, mas sim que se ataquem por forma que se incite ao não cumprimento delas, por serem contrarias á religião ou com qualquer outro pretexto.

Por este crime os autos administrativos teem fé em juízo até prova em contrario. — D. cit., artigo 49.º.

Não comete agora o crime previsto no artigo 139.º n.º 2.º do Código Penal, o paroco que se recusar a dizer a missa conventual, ou a administrar qualquer sacramento, ainda que para isso tenha sido intimado pela auctoridade administrativa, porque aquele artigo se deve considerar revogado. Por este motivo tambem não comete crime o paroco que se recusar a absolver, na confissão, qualquer pessoa que pertença ás cultuaes. — Ac. do Supr. Trib. de Just., 12 março e 1 novembro 1912, da Rel. do Porto 2 dezembro 1911, da Rel. de Lisboa, 27 maio 1911, 3 agosto 1912 e 22 janeiro 1913.

Não comete o crime previsto no artigo 48.º do D. cit. o paroco que em pratica aos seus paroquianos, por occasião da missa conventual, os adverte de ficarem excomungados se pertencerem ás associações cultuaes, ou assistirem ao arrolamento dos bens das igrejas, porque assim o paroco usa de um direito, expondo a doutrina da Igreja Catholica.



— Ac. do Supr. Trib. de Just., 6 agosto e 29 novembro 1912, Ac. da Rel. de Lisboa, 6 fevereiro 1913.

Em sentido contrario decidiu o Supr. Trib. de Just. em acordam de 17 maio 1912; mas parece-nos mais legal a decisão dos outros acordãos, pois o paroco não faz mais do que prevenir os seus paroquianos, deixando-lhes liberdade completa para procederem como entenderem.

Qualquer acto de culto ántes do nascimento e depois do occaso do sol, prohibido no artigo 43.º do D. cit., não é punível, porque o decreto não impõe pena — Ac. da Rel. do Porto, 26 novembro 1912 e da Rel. de Lisboa de 21 maio 1913; mas comete o crime de desobediência o paroco que celebrar qualquer acto de culto, de noite, depois de a autoridade administrativa, embora telegraphicamente, lh'o prohibir, revogando a licença que lhe havia dado. — Ac. da Rel. de Lisboa, 9 outubro 1912.

O Supr. Trib. de Just. por acordam de 29 janeiro 1913 decidiu, que a transgressão do citado artigo 43.º é punível pelos artigos 177.º ou 282.º do Cod. Pen., em vista de artigo 61.º do mesmo decreto, mas parece-nos melhor a doutrina daqueles acordãos. O artigo 61.º refere-se só aos casos não previstos nos artigos anteriores, e esta está prevista no artigo 43.º. Para ser legal a doutrina contraria era preciso que a lei fuisse generica e dissesse, que nos casos previstos em que não houvesse comminação especial se applicariam os artigos 177.º e 282.º do Código Penal, como fez no artigo 347.º do Cod. do Reg. Civ. O artigo 61.º porem exclue o caso previsto no artigo 43.º.

Desde que o Estado não tem religião não pode a Republica considerar-se offendida por se chamar ás suas leis: *leis do dia do dos judeus*; e por isso não comete o crime do artigo 48.º do decr. de 20 de abril de 1911 o paroco que se servir de taes expressões. — Ac. da Rel. do Porto, de 21 de outubro 1913.

Não comete o crime do artigo 48.º cit. o paroco que se recusar a admitir como madrinha em um baptisado uma mulher casada civilmente, dizendo que sem o casamento catolico não é casada e sim amancebada, porque não põe em duvida os effeitos civis daquele casamento e apenas o aprecia á face das leis da Igreja. — Ac. da Rel. de Lisboa de 28 junho 1913 e Ac. do Sup. Trib. de Just. de 12 agosto do mesmo anno.

V. *Enterro religioso, Residência.*

## REMOÇÃO

Não podem ser removidos de cadeia em cadeia, como muitas vezes se fazia, nem os presos administrativos nem os judiciais; e as despesas, quando eles não possam pagá-las, são pagas como anteriormente. — DD. 12 janeiro 1911, artigo 11.º e 27 março do mesmo anno.

*V. Presos.*

## REPUBLICA PORTUGUEZA

Foi proclamada em 5 outubro 1910, e declarada democratica pela lei 19 julho 1911.

## RESIDENCIA

O governo pode, como medida disciplinar, inhibir os ministros da religião de residir por determinado tempo em certo lugar. — D. 20 abril 1911, artigo 146.º.

A aplicação d'esta pena não impede que se instaure processo criminal pelas faltas cometidas, se forem puniveis, como se tem decidido nos tribunaes superiores.

O governo tambem póde obrigar qualquer individuo desempregado a regressar á terra da sua naturalidade, ou transferil-o para local onde possa trabalhar. — L. 20 julho 1912, artigo 34.º.

## RESISTENCIA

Todos podem resistir a qualquer ordem da auctoridade, que infrinja as garantias individuaes, quando estas não estão suspensas — Const. artigo 3.º, n.º 37.º, como se tem decidido em tribunaes superiores.

## REVISÃO DE SENTENÇA

Compete ao Sup. Trib. de Just. conceder a revisão de sentenças condemnatorias, conforme a lei de 3 abril 1896,



em todos os casos sujeitos pelas leis actualmente em vigor aos tribunaes comuns, — L. 18 janeiro 1913, artigo 1.º.

Se a sentença houver sido proferido nos tribunaes militares no dominio da lei anterior, ou no regimen provisorio dos decretos de 16 e 20 março 1911, poderá o novo julgamento effectuar-se no mesmo ou em diverso tribunal conforme parecer conveniente ao Sup. Trib. de Just., sobre requerimento do interessado, — L. cit., artigo 2.º.

### **SEDIÇÃO**

V. *Districtos Criminaes, Jury*.

### **SEGREDO DE JUSTIÇA**

Estão em vigor as disposições que o estabelecem, como se deduz do artigo 6.º do D. 20 outubro 1910. — Ac. do Sup. Trib. de Just., 31 maio 1912.

### **SELO**

Processo das transgressões quando a pena applicavel é só multa, — D. 26 maio 1911.

V. D. 16 junho 1911.

V. decr. 25 abril 1911 sobre selo nos bilhetes de entrada nos espectaculos publicos.

Em todas as repartições do Estado deve haver um selo branco para autenticar os documentos por elas expedidos. — D. 16 fevereiro 1912.

Ha quem sustente que este selo supre o reconhecimento das assignaturas, quando a lei o exige, porque os tribunaes tambem são repartições do Estado, é certo porem que as nossas leis distinguem sempre repartições do Estado dos tribunaes.

V. *Documento*.

### **SEPARAÇÃO DO ESTADO DAS IGREJAS**

V. *Igrejas*.

## SEPARAÇÃO DE PESSOA E BENS

Reguladas estas acções pelos artigos 43.º e seg. do D. 3 novembro 1910.

O Ministerio Publico só intervem, quando represente o reu nos casos do § 2.º do artigo 4.º daquele decreto. — D. cit., artigo 49.º.

## SOCIEDADES ANONYMAS E COOPERATIVAS

A fiscalisação regulada pelo decr. 13 abril 1913 passou para o Ministerio do Fomento, a cargo da Direcção Geral do Comercio e Industria. — L. 30 junho 1913, artigo 19.º e D. 17 julho do mesmo anno.

## SUBDELEGADOS DO PROCURADOR DA REPUBLICA

Assim denominados os antigos Subdelegados do Procurador Regio. — D. 8 outubro 1910.

V. *Delegados*.

## SUBSTITUIÇÃO DOS JUIZES

Teem, fóra de Lisboa e Porto, um só substituto nomeado pelo governo. — D. 20 outubro 1910. Na falta do juiz e do substituto nomeado é o presidente da camara municipal da sede da comarca o substituto legal — D. 4 novembro 1910; ou na falta deste o vice-presidente ou quem suas vezes fizer. — P. 9 junho 1913.

Os juizes de investigação substituem-se nos termos do § un. do artigo 6.º do D. 18 novembro 1910.

V. *Conselho de tutela*.

## SUCCESSÃO

Esclarecido o artigo 54.º do decreto de 25 dezembro 1910. — L. 20 fevereiro 1913.



## SUFRAGIOS

V. D. 20 abril 1911, artigos 157.º e seg.

## TAXA MILITAR

Acerca de reclamações para o juiz de direito sobre o seu lançamento vid. D. 23 agosto 1911, artigos 243.º e seg.

## TESTEMUNHAS

Podem em audiencia ser inquiridas as de fóra da comarca, se o Ministerio Publico ou a parte se obrigar a apresental-as. — D. 12 janeiro 1911, artigo 4.º.

Quanto aos processos de policia correcional já era permitido aos reus apresentar testemunhas em audiencia. — D. 18 novembro 1910, artigo 7.º, § 1.º.

A testemunha que faltar á chamada pode ser inquirida se comparecer antes de findar a inquirição.

Era esta a pratica dos tribunaes, e agora foi estabelecido na L. 23 outubro 1911, artigo 15, § un.

V. Juramento, *nota*.

Nos processos de querela por crime a que caiba pena maior só podem inquirir-se até vinte testemunhas por parte da accusação e até vinte por parte da defesa.

Se ao crime corresponder prisão correcional por mais de seis mezes o numero maximo de testemunhas é reduzido a oito e se corresponder prisão correcional até seis mezes será reduzido o maximo a cinco. Tudo sem prejuizo de outros limites estabelecidos.

Havendo divergencia entre os accusadores ou entre os reus, cada um poderá dar aquele numero de testemunhas. — D. 12 janeiro 1911, artigo 4.º, §§ 2.º e 3.º.

Se houver mais de um crime, para cada um se póde inquirir aquele numero de testemunhas, pois que o numero de testemunhas indicado é para os crimes e não para cada processo.

Tem sido esta a pratica dos Tribunaes, e agora se vê estabelecido na lei 3 fevereiro 1912 artigo 5.º, que referindo-se a testemunhas nos casos a que se refere, permitia a inquirição de cinco em relação a cada reu e a cada crime.



Nos julgamentos da policia correccional, nos casos de prisão em flagrante delicto só podem inquirir-se tres testemunhas por cada parte. — D. 18 novembro 1910, artigo 7.º § 1.º.

V. *Juramento*.

Quanto a testemunhas no processo civil dispõe o artigo 8.º do D. 26 maio 1911 que o aditamento do respectivo rol não pode ter lugar depois de inquirida alguma nos termos do artigo 270.º do Cod. de proc. civil.

Esta disposição não póda cumprir-se por iniqua e contraria a todos os preceitos juridicos, quando a testemunha for inquirida antes de começar a causa, ou ainda antes de haver articuladas a rel da testemunhas. Só por equívoco se poderia proibir o aditamento de rel depois de uma testemunha ser inquirida antes do começo da causa.

#### **TESTEMUNHO FALSO**

V. *Juramento*.

#### **TRIBUNAES — colectivos**

São por elles julgadas as acções civeis intentadas contra o Estado por causa dos bens das congregações religiosas. — D. 31 dezembro 1910, artigo 24.º.

#### **— commerciaes**

Extincta a contadoria privativa do de Lisboa. — D. 24 outubro 1910.

V. *Recenseamento dos jurados*.

#### **— de contas**

Extincto e substituido pelo Conselho Superior da Administração Financeira do Estado. — D. 11 e 12 abril 1911.

#### **— de honra**

Creados por D. 31 dezembro 1910. Regulamento de 21 março 1911.



## — militares

Teem competencia para conhecer de todos os crimes previstos no Código de Justiça Militar ou da Armada, cometidos por militares, seja qual for a sua situação. — Cod. de Proc. Crim. Militar, artigo 123.º, substituído pela L. 6 maio 1913.

São também competentes para conhecer de todos os crimes de qualquer natureza, excepto descaminho e contrabando, cometidos por militares do exército ou da armada nos casos designados no artigo 2.º da lei de 8 maio 1913.

Conhecem dos crimes previstos no Código Penal comum, praticados por militares quando estiverem no exercício das suas funções, ou em cumprimento de deveres militares. — L. cit., artigo 1.º.

Pelos crimes previstos no Código de Just. Militar ou da Armada cometidos por militares conjuntamente com individuos sujeitos aos tribunaes comuns, respondem aqueles nos tribunaes militares e estes nos comuns. — Cod. de Proc. Crim. Militar, artigo 147.º.

Quando os militares forem accusados de crimes militares e de crimes da competencia dos tribunaes comuns, respondem primeiro nestes tribunaes e depois nos tribunaes militares. — Cod. cit., artigo 124.º.

Nos crimes comuns, cometidos por militares, da competencia dos tribunaes comuns, tem applicação a doutrina do n.º 16.º do artigo 3.º da Const., e quanto aos outros crimes tem applicação os regulamentos militares. — Circ. 20 outubro 1911.

É da exclusiva competencia dos tribunaes militares o *juizamento* dos crimes previstos nos artigos 141.º a 150.º do Código Penal e na lei 30 abril 1912. — L. 8 julho 1912.

As investigações policiaes não são portanto da sua competencia exclusiva. Também o preparatorio devia correr nos tribunaes comuns, mas já pela lei 3 fevereiro 1912, artigo 2.º se havia declarado que não havia preparatorio.

Para este efeito foram constituídos tres tribunaes, um em Lisboa, outro em Coimbra e outro no Porto pelo D. 19



julho 1912, que também dispõe a quem devem ser dirigidos os recursos.

V. Circ. de 10 julho, 1 e 8 agosto 1912.

Os tribunaes militares teem competencia para mandar restituir a seus donos os objectos que estejam em juizo para prova do crime. — L. 8 maio 1913, artigo 1.º § unico.

### TRIGOS

Se no manifesto se transgredir o n.º 3.º do artigo 2.º das Instrucções de 13 julho 1911, a pena applicavel é a do artigo 219.º doCodigo Penal. — Instr. cit., artigo 11.º, n.º 3.º.

### TUTORIA DA INFANCIA

É um tribunal colectivo para guardar, defender e proteger os menores, de ambos os sexos, com menos de 16 annos completos, em perigo moral, desamparados e delinquentes, creado pelo D. 27 maio 1911.

Ha *tutorias centraes* em Lisboa, Porto e Coimbra, e *comarcãs* em cada uma das outras comarcas.

Aquelas são presididas por um juiz de 2.ª ou 3.ª classe, e estas pelos da comarca.

Em Lisboa e Porto exerce as funcções do Ministerio Publico o delegado da vara civil nomeado pelo Procurador da Republica, e nas outras o respectivo delegado. Suas atribuições. — D. cit., artigo 10.º.

Forma de processo e recursos. — D. cit., artigos 91.º e seg.

Funciona por emquanto provisoriamente só em Lisboa, segundo o cit. decr., artigo 179.º, e no Porto em virtude da L. 24 abril 1912.

Julgam os menores maltratados, desamparados e delinquentes e os individuos comprehendidos no n.º 11.º do artigo 10.º daquele decr. — D. cit., artigo 179.º, § 2.º, L. cit., artigo 1.º, § unico.

Entre estes estão os transgressores do artigo 103.º do mesmo decr., a que fizemos referencia a p. 76.



**ULTRAMAR***V. Documentos, Juizes.***VACINA**

É obrigatoria para as creanças dentro do primeiro anno de idade, e a revacinação dos 8 aos 9 annos e dos 14 aos 15. — Regul. de 23 agosto 1911, que impõe penas aos transgressores.

**VADIOS**

Quem fôr maior de 16 anos, não tendo meios de subsistencia, nem exercendo habitualmente alguma profissão ou officio, ou outro qualquer meio em que possa ganhar a sua vida, não provando caso de força maior que justifique estas circumstancias, será condemnado como vadio e posto á disposição do governo para ser internado durante tres mezes a seis annos na Colonia Correccional de trabalho, ou numa Colonia Penal Agricola. — L. 20 julho 1912, artigo 1.º.

São considerados vadios, e assim declarados na *ultima* sentença condemnatoria, os que incorrerem por crimes nas condições seguintes, salvas as excepções mencionadas no § 3.º:

- 1.ª duas condemnações em penas maiores;
- 2.ª uma condemnação em pena maior e duas condemnações em penas correccionaes;
- 3.ª cinco condemnações em penas correccionaes. — L. cit., artigo 5.º.

São julgados nos termos dos artigos 7.º e 8.º do D. 18 novembro 1910 os presos em flagrante delicto por crimes previstos na lei cit., e não serão soltos antes do julgamento. — L. cit., artigo 28.º.

*V. Mendicidade, p. 72, nota, Prostitutas, Residencia, Tutoria da infancia.*

**VENCIMENTOS**

Todos os magistrados que estiverem no quadro mais de dois mezes perdem um terço do ordenado; e perdem todo

e vencimento se exercerem funções remuneradas, ou pro  
fissão ou empregos lucrativos, sem auctorisação legal, ou  
sem ser por incumbencia do Ministerio da Justiça. A gra-  
tificação de exercício pertence a quem por eles servir. —  
D. 18 outubro 1910.

#### **VISTORIAS**

V. *Exames.*

#### **VIUVAS**

V. *Binuba.*



RECEIVED

## APENDICE

Publicamos em seguida, como prometemos no principio destas *Adições* o projecto de reforma da policia de investigação criminal, com a parte do relatorio que lhe diz respeito, e que em setembro de 1910 apresentámos ao ultimo governo monarchico.

### RELATORIO

Senhores. — A proposta que temos a honra de vos apresentar tem principalmente em vista: organizar os serviços de policia, em Lisboa e Porto, com as mesmas bases; dar á policia, em todo o país, as mesmas attribuições, corrigindo defeitos que, sem vantagem para a ordem publica, podem dar logar a abusos; substituir o actual juizo de instrucção criminal, dependente do Ministerio do Reino, por outros juizos da mesma natureza, mas que façam parte da organização judiciaria, e portanto independentes, e finalmente regular as investigações policiaes e a instrucção dos processos crimes de maneira que sejam garantidos os direitos individuaes, sem prejuizo da boa e prudente administração da justiça.

.....

A organização e a competencia da policia judiciaria e a do juizo de instrucção criminal é que soffrem, como é mister, alterações importantes.

Separou-se completamente o pessoal de investigação do da policia civil, porque a sua missão é diversa e precisa de aptidões especiaes, embora todos mutuamente se auxiliem.

E' extincto o actual juizo de instrucção criminal como instituição de policia, e é substituido pela inspecção de policia de investigação.

Deve haver juizes de instrucção, é certo, mas juizes que façam parte da organização judicial, e por isso independentes, e não da organização da policia, dependente do



Governo. A policia é auxiliar da instrucção criminal, mas a organização do processo preparatorio, ou instrucção criminal, só pode pertencer ao poder judicial; e não é regular que o mesmo magistrado accumule as funcções judiciais com as policiaes, que são puramente administrativas.

Actualmente é ponto assente que as funcções de julgamento dos processos crimes devem ser exercidas por magistrados que não tivessem organizado o processo preparatorio.

O julgador deve apreciar os elementos de prova alcançados no processo preparatorio com toda a imparcialidade, e nem sempre é de presumir que a haja em quem tiver de apreciar a sua propria obra. Não deve haver a mais leve suspeita contra a justiça; e só assim ella terá o prestigio de que precisa.

E' por isso que o Governo, tratando da reforma do juizo de instrucção criminal, não podia deixar de separar as suas funcções das de julgamento. São as disposições dos artigos 62.º e 64.º

Extingue-se, em Lisboa, um districto criminal, e cria-se em cada um dos tres districtos, que ficam subsistindo, um juizo de instrucção criminal.

No Porto, a organização dos juizos criminaes, fica sendo identica, artigo 57.º

Seria para desejar que em todas as comarcas do reino se criassem juizos de instrucção criminal, mas as circunstancias do Thesouro não o permitem por emquanto.

Ao menos, as disposições que regulam as attribuições e competencia dos juizos de instrucção criminal, são applicaveis a todo o paiz, artigo 82.º

Não ha excepção, como não a ha quanto a competencia da policia de investigação, artigos 36.º e seguintes, que fica sendo a designada na legislação de 1876, com uma pequena modificação que facilmente se justifica, e nada influe nas garantias individuaes, artigo 43.º

Era odiosa a excepção para Lisboa.

Tambem no Porto a policia de investigação fica sendo dirigida por um inspector; mas nem por isso se aumenta a despesa, porque a despesa com a policia de investigação do Porto é compensada com a extincção do juizo de instrucção criminal, onde servem tres juizes, que agora são substituidos por um inspector e um ajudante com menores vencimentos, o que dá logar a grande economia.



Nos outros districtos continuam a ser magistrados de investigação os commissarios de policia e os administradores de concelho, enquanto o Governo não decretar a respectiva organização com as bases d'esta proposta.

Cremos que devem merecer o vosso applauso as disposições que dizem respeito á investigação e á instrução criminal, que serão feitas, sem prejudicar a acção da justiça, com a assistência dos arguidos.

Estes podem ser assistidos por advogados, quando soltos, e devem ter sempre um defensor, quando presos; e tanto num como no outro caso podem juntar documentos e requerer todas as diligencias necessarias a bem da sua defesa, artigos 43.<sup>a</sup> e 66.<sup>a</sup>

Pela Novissima Reforma Judicial e mais legislação de processo penal em vigor, os presumidos delinquentes só são ouvidos depois da pronuncia ou quando presos, e por isso muitas vezes se sujeitam a um julgamento pessoas que facilmente destruiriam as presunções que as compromettem.

Para obstar a este inconveniente já as leis que regulam o juizo de instrução e a policia judicial do Porto, como dissemos, mandam ouvir os presumidos delinquentes.

Mas nas outras terras do reino estas disposições não estão em vigor; e tão vagas ellas são, que nem os arguidos podiam ter advogado, e era duvidoso se poderiam defender-se desde logo, usando de todos os meios de prova, como agora se lhes garante.

A proposta é clara e terminante quanto ás investigações policiaes e quanto ao processo preparatorio: em todo o reino os arguidos podem ser chamados pelo respectivo magistrado para serem ouvidos, e, quando não sejam chamados, podem elles espontaneamente comparecer a defender-se, tendo sempre a seu lado um advogado, que até pode examinar o processo.

Cremos que facultando, nestes termos, a defesa aos suspeitos de terem commettido qualquer crime, desde que a autoridade publica contra elles procede, nada mais se pode exigir.

Ha porem quem sustente que a investigação policial e a instrução dos processos devem ser publicas, porque só a publicidade é garantia segura para os accusados.



Não entendemos que a publicidade para os interessados é o bastante para a boa administração da justiça.

Mais publicidade, ainda, apenas serviria para alimentar a curiosidade publica, com prejuizo das investigações, da instrucção e da reputação de quem muitas vezes, sem motivo, se vê na necessidade de se defender.

O interesse dos arguidos é que todos estes actos sejam secretos, visto que se lhes garantem todos os direitos de defesa.

\*

Não é menos importante a maneira como a proposta, artigo 46.º, regula a detenção, ou prisão, pela mesma forma, em todo o país, sem poder dar lugar a reclamações ou queixas contra arbitrariedades e abusos, que prontamente podem ser remediados e punidos.

Voltamos á Carta Constitucional, artigo 145.º §§ 7.º, 8.º e 9.º: ninguém, sem culpa formada, pode ser preso senão quando ao crime, ou contravenção, seja applicavel pena de prisão superior a seis mezes, e nos casos em que a lei geral o permite; e fora de flagrante delicto a prisão só pode ter lugar havendo ordem escrita da autoridade competente, artigo 46.º, § 3.º, da proposta.

Estas disposições acabam com um dos mais graves abusos a que a legislação actual pode dar lugar.

Para averiguações, entende-se que por todos os crimes se pode deter, ou prender, por mais insignificantes que elles sejam, e assim se tem feito, porque as leis especiaes acêrca dos serviços de policia não fazem distincção.

Pela proposta não. A prisão ou detenção, seja qual for o pretexto, só pode ter lugar nos termos do citado artigo 46.º e seus paragraphos.

Assim como a detenção pode agora ter lugar por qualquer crime insignificante, como já dissemos, tambem a incommunicabilidade dos presos pode ordenar-se em todos os casos.

Com isto acabam os artigos 51.º e 70.º da proposta, que não admittem a incommunicabilidade senão quando o crime é grave, por lhe ser applicavel pena maior de prisão ou de degredo; e nunca é tão rigorosa como actualmente, porque os presos podem communicar com o seu advogado e com a sua familia.

E, pouco mais ou menos, a disposição do artigo 973.º da Novissima Reforma Judiciaria, que as leis organicas do Juizo de Instrucção Criminal não reproduziram.



Não é inconveniente exigencia a de ordem escrita da autoridade competente para a prisão fora de flagrante delicto, e, em todo o caso, é a Carta Constitucional que a estabelece.

Assim se evitam muitas arbitrariedades e abusos.

Tem succedido muitas vezes pedir-se verbalmente a um policia que prenda qualquer individuo, porque ha uma queixa contra elle no juizo de instrucção, ou por ter commettido um crime, etc., e verificar-se depois não existir queixa, ou estar archivada, não se ter commettido o crime denunciado, etc.

E' esta infelizmente a verdade; mas a policia prende nestes casos, só em virtude de denuncia, porque pode ella ser verdadeira, e mau seria que se livrasse da acção da justiça um criminoso.

Ha porem maneira de evitar este inconveniente cumprindo-se a lei; e para isso basta que a autoridade competente requisiite, sempre, a todas as outras a prisão dos culpados que se evadiram, e que estas deem ordem por escripto a todos os seus subordinados para os prenderem. D'esta forma o agente de policia deve ter, ao menos, uma nota de todos os culpados contra os quaes ha ordem de prisão da autoridade competente, e assim não satisfará os pedidos de falsos denunciantes.

Nos regulamentos e instrucções que se expedirem em virtude das disposições d'esta proposta, se for convertida em lei, melhor se podem tomar as providencias necessarias para não haver prisões arbitrias, nem deixar de prender, nos termos da lei, os verdadeiros culpados.

\*

São constantes as reclamações e queixas contra a policia e contra as outras autoridades por demorarem, muitas vezes a seu arbitrio, a entrega dos presos ao poder judicial. Se esta proposta for convertida em lei, não mais se poderão dar estes abusos.

A policia e quaesquer outros funcionarios só podem conservar os presos durante quarenta e oito horas; e, se transgredirem esta disposição, os presos, passado aquelle prazo, serão requisitados pelo juiz, e á sua disposição se consideram, não sendo satisfeita a requisição, em vinte e quatro horas, artigo 51.º, e § unico.

BIBLIOTECA DA RELAÇÃO  
DE  
LOURENÇO MARQUES



Para execução d'este artigo impõe-se no artigo 52.º a todos os encarregados da guarda de presos a obrigação de participar ao juiz todas as prisões; e isto, que parecerá um pesado onus, não é mais do que generalizar a obrigação que actualmente teem os carcereiros das cadeias civis.

Não depende portanto da autoridade administrativa o destino dos presos; a lei, prevenindo abusos, considera-os á disposição do juiz, findo o prazo legal.

Cremos que esta innovação é uma das mais efficazes garantias das liberdades publicas, e as autoridades serão, em todo o caso, punidas conforme o artigo 111.º, § 2.º

Poderá parecer demasiadamente curto o prazo de quarenta e oito horas para a entrega dos presos, mas assim a policia não deterá impensadamente, e só quando já tenha descoberto elementos sufficientes que justifiquem o seu procedimento; e alem d'isso, passado aquelle prazo, ficam os presos á disposição dos juizes de instrucção, como agora são desde logo entregues ao actual juiz; e nós entendemos que a liberdade dos cidadãos deve estar salvaguardada antes por um poder independente, do que por um funcionario em commissão do Governo, de cujos despachos nem ao menos se pode recorrer.

Tambem pareceu ao Governo conveniente modificar e esclarecer em alguns pontos a lei de 21 de abril de 1886, sobre cauções.

Ha casos em que por esta lei não é admissivel a caução, como nos de homicidio voluntario e outros, e a jurisprudencia geralmente seguida é não a conceder, ainda que do processo constem circumstancias especiaes que façam descer a pena de prisão maior, ou, em alternativa, a fixa de degredo, até á prisão correccional, como na hypothese prevista no artigo 370.º doCodigo Penal.

A proposta no artigo 68.º, § 3.º, manda conceder a caução nestes casos; e isto não é senão um verdadeiro acto de justiça em beneficio dos culpados, cuja situação os tribunaes não devem agravar mais do que é exigido pela natureza do crime que realmente commetteram.

Não são menos beneficas, dentro dos limites da justiça, as disposições do mesmo artigo 68.º e dos seus §§ 1.º e 2.º, que acabam com as duvidas que por vezes se teem levantado nos tribunaes, das quaes sempre resultam o aumento de custas e vexames escusados.



Por aquellas disposições logo\* que a alguém conste haver em juízo qualquer processo em que é arguido, pode, sendo admissivel, requerer caução, embora ainda não haja pronuncia; e, havendo varios processos, em que a caução tambem seja admissivel, pode prestá-la por todos, organizando-se para isso um só processo.

Assim se evitam o vexame de o culpado ser preso, quando previamente podia ter prestado caução, e o aumento de custas, porque o juiz vae lançando successivamente os despachos de pronuncia, e pode succeder que as cauções sejam tantas quantos os processos instaurados.

\*

O Governo que tão cautelosamente garante os direitos e os justos interesses individuaes, não esqueceu a defesa das conveniencias do Estado.

É incontestavel, porque os factos todos os dias o demonstram, que em muitos casos o prazo de oito dias marcado no artigo 988.º da Novissima Reforma Judiciaria é insufficiente para se fazerem as diligencias necessarias para a pronuncia dos presos; e por isso o artigo 71.º da proposta dá ao juiz a faculdade de prorogar aquelle prazo até vinte dias, o maximo. Se o juiz usar d'aquella faculdade sem motivo justo, que deve constar dos autos, será punido nos termos do artigo 113.º.

A disposição do artigo 75.º da proposta, resolvendo duvidas que nos tribunaes se teem levantado, é tambem digna de notar-se, porque evita que se conservem presos, sem pronuncia, alem do prazo legal, ou sejam soltos em cumprimento da lei, individuos contra os quaes já haja no processo fundamento sufficiente para serem pronunciados, o que repugna á consciencia publica.

Antes do decreto de 15 de setembro de 1892 era doutrina corrente, em vista do artigo 987.º da Novissima Reforma Judiciaria, que o juiz poderia lançar o despacho de pronuncia logo que houvesse prova indiciaria sufficiente, continuando o processo preparatorio os seus termos, e lançando-se novos despachos de pronuncia ao passo que se descobrissem novos culpados.

Depois d'aquelle decreto, artigo 15.º, teem muitos entendido que só depois de concluido o processo preparatorio o Ministerio Publico pode querelar e o juiz lançar o despacho de pronuncia, do que resulta, em grande numero de casos,



a pronuncia só poder ter logar depois do prazo legal, apesar de, antes d'elle terminar, haver no processo elementos, que a justificavam.

A este inconveniente obsta a citada disposição da presente proposta, segundo a qual a pronuncia se pode lançar logo que se ache verificado algum crime e haja prova indiciaria bastante.

Tratando-se, por exemplo, de crimes graves, cuja verificação completa dependa de demorados exames para se averiguar precisamente o valor total de um damno, logo que parte d'elle esteja verificado e se conheçam os seus autores, nenhuma razão ha para não se lançar a pronuncia e evitar assim que sem culpa formada se conservem presos os culpados, ou sejam soltos indevidamente.

Finalmente a proposta acaba com o abuso de as autoridades administrativas e policiaes soltarem presos, que deviam entregar ao poder judicial.

Tem sido muito duvidoso se este facto é ou não punivel.

O artigo 111.º, § 2.º, acaba com a duvida.

Aquellas autoridades podem soltar os presos, quando se prove a sua innocencia pelas investigações a que procederem, artigo 45.º, n.º 3.º; no caso contrario commettem o crime previsto no § 2.º do artigo 111.º.

\*

Antes de concluir ainda queremos chamar a vossa attenção para as disposições dos artigos 129.º e 130.º da proposta, que fixam ordenados a todos os juizes criminaes e de instrucção, e bem assim aos respectivos escrivães.

Razões de ordem superior, que é escusado relatar, levaram o legislador em em 1890, pelo decreto n.º 2 de 29 de março de 1890, que foi confirmado nesta parte pela lei de 7 de agosto do mesmo anno, a fixar ordenados aos juizes dos districtos criminaes em Lisboa e Porto, revertendo os respectivos emolumentos para o Estado, e a determinar que os emolumentos dos juizes de direito nas outras comarcas, contados nos processos criminaes, fossem tambem receita do Estado.

Mais tarde, por decreto de 15 de setembro de 1892, foram criados mais um districto criminal em Lisboa e outro no Porto, restabelecendo-se para os juizes criminaes d'estas comarcas os vencimentos anteriores áquelle decreto de 1890,



e ficaram pertencendo aos mesmos juizes os emolumentos que lhes fossem contados.

Assim os juizes criminaes d'estas comarcas recebem emolumentos dos processos criminaes, e os juizes das outras comarcas não.

A proposta acaba com esta desigualdade, que nada justifica.

Nenhum juiz receberá emolumentos nos processos criminaes, porque os motivos que justificam tal medida são os mesmos em todas as comarcas.

Tambem ao Governo pareceu conveniente manter a disposição do § 1.º do artigo 44.º do decreto de 29 de novembro de 1901, que estabeleceu ordenados aos escrivães do crime em Lisboa e Porto, mas entende que não deve subsistir o direito de opção que lhes concede o § 2.º do mesmo artigo, porque as conveniencias de ordem publica, que justificam aquella disposição, não podem ficar dependentes do arbitrio de ninguem.

Outros pontos de menos importancia havia a notar, mas facilmente se justificam, e não queremos por isso cançar mais a vossa attenção.

Senhores: ha sensivel aumento de despesa, mas de outra forma não pode, como mostramos, haver boa policia.

D'esta despesa, ao menos, resulta para nós todos um grande beneficio.

O Governo está convencido de que presta um serviço ao país, regulando as investigações policiaes e a instrucção criminal, como o fez, e por isso espera que esta proposta merecerá a vossa approvação.

### SECÇÃO III

#### Da organização e competencia da policia de investigação e preventiva

Art. 36.º A direcção d'esta policia, salvo o disposto no artigo 2.º, compete em cada uma das comarcas de Lisboa e Porto a um inspector, e nos outros concelhos aos commissarios de policia; e, não os havendo, aos respectivos administradores, emquanto o Governo não organizar a policia nos districtos conforme o artigo 30.º.

Art. 37.º Fica extinto o actual juizo de instrucção criminal.



§ unico. A instrucção criminal, ou organização do processo preparatorio, fica sendo, desde já, da exclusiva competencia dos juizes de direito das comarcas e dos districtos criminaes, em quanto não forem installados os juizes privativos, e salvas as attribuições dos juizes de paz. Os julgamentos tambem ficam desde já pertencendo áquelles juizes.

Art. 38.º Os inspectores de policia de investigação de Lisboa e Porto serão bachareis formados em direito, que mostrem aptidão especial para o exercicio das respectivas funcções.

Art. 39.º O quadro do pessoal da policia de investigação criminal e preventiva em Lisboa, compõe-se, alem do inspector, de um ajudante, de dois sub-inspectores para os serviços de investigação e um sub-inspector para os da policia preventiva, dois chefes auxiliares dos sub-inspectores de investigação, dezasete agentes de 1.ª classe, sessenta agentes de 2.ª classe e sessenta agentes auxiliares; e no Porto compõe-se, alem do inspector, de um sub-inspector, um chefe auxiliar do sub-inspector, cinco agentes de 1.ª classe, dez agentes de 2.ª classe e vinte auxiliares. Em casos de urgente necessidade podem os inspectores requisitar aos commandantes as praças indispensaveis, se o pessoal das inspecções não fôr sufficiente.

§ 1.º O ajudante será nomeado, sobre proposta do inspector, de entre os sub-inspectores mais antigos e que mais aptidão tenham mostrado para o serviço, e terá como secretario um agente de 1.ª classe.

§ 2.º Os sub-inspectores serão nomeados por meio de concurso, tendo preferencia em igualdade de circumstancias os agentes de 1.ª classe; estes serão tirados dos agentes de 2.ª classe, e estes dos agentes auxiliares.

§ 3.º Os agentes auxiliares serão nomeados, por meio de concurso, sendo preferidos em igualdade de circumstancias as praças de policia civil.

§ 4.º Aos concursos podem ser admittidos o pessoal de qualquer das inspecções e das outras repartições de policia, e pessoas estranhas ás corporações policiaes.

Art. 40.º Em Lisboa o ajudante substituirá o inspector em todas as suas faltas e impedimentos; e tanto este como os sub-inspectores são competentes para o desempenho de todas as funcções de investigação, conforme as instrucções e ordens do inspector.



§ unico. A disposição d'este artigo é applicavel á policia da Porto, mas o inspector será substituido pelo sub-inspector.

Art. 41.º Em cada uma das inspecções haverá para o expediente um secretario e os agentes auxiliares que forem necessarios; e annexa á secretaria haverá a repartição dos cadastros. Nos commissariados de policia e nas administrações de concelho tambem se organizarão os cadastros de todos os presos.

§ unico. O secretario será nomeado de entre individuos com pratica de administração civil ou judicial.

Art. 42.º O posto anthropometrico e photographico que existe no juizo de instrução criminal continuará a funcionar na inspecção de Lisboa, para identificação dos individuos que se mostrarem culpados e dos que se considerarem perigosos, e para os serviços de investigação.

§ unico. Tambem nesta inspecção serão centralizadas as informações e registos respectivos a individuos considerados perigosos, nacionaes ou estrangeiros, a fim de a respeito d'elles serem tomadas, ou propostas ao Governo, as providencias convenientes, em harmonia com as leis do reino, e conforme as convenções internacionais.

Art. 43.º A policia de investigação criminal fica apenas com as attribuições que actualmente competem aos commissarios de policia e aos administradores de concelho, conforme o regulamento de 21 de dezembro de 1876 e o Código Administrativo, na parte applicavel; e pode proceder a exames, quando para o proseguimento das investigações seja indispensavel averiguar assim qualquer facto, ou quando haja urgencia para não desaparecerem os vestigios do facto punivel, se o juiz competente ainda não tiver intervindo, e salva a faculdade que o mesmo juiz tem de repetir os exames.

§ 1.º Os presumidos delinquentes podem ser chamados para ser ouvidos, quando ao magistrado que dirige a investigação isso pareça conveniente; e em todo o caso, durante a investigação, podem elles sempre juntar documentos e indicar algum exame a fazer e testemunhas a inquirir, procedendo-se a estas diligencias, quando não sejam manifestamente desnecessarias.

§ 2.º O presumido delinquente que, sendo intimado, faltar, ficará preso até se mostrar a sua innocencia, ou a sua responsabilidade criminal, sendo neste caso remetido a juizo; mas a prisão nunca poderá durar mais de oito dias.



§ unico. A disposição d'este artigo é applicavel á policia do Porto, mas o inspector será substituído pelo sub-inspector.

Art. 41.º Em cada uma das inspecções haverá para o expediente um secretario e os agentes auxiliares que forem necessarios; e annexa á secretaria haverá a repartição dos cadastros. Nos commissariados de policia e nas administrações de concelho tambem se organizarão os cadastros de todos os presos.

§ unico. O secretario será nomeado de entre individuos com pratica de administração civil ou judicial.

Art. 42.º O posto anthropometrico e photographico que existe no juizo de instrucção criminal continuará a funcionar na inspecção de Lisboa, para identificação dos individuos que se mostrarem culpados e dos que se considerarem perigosos, e para os serviços de investigação.

§ unico. Tambem nesta inspecção serão centralizadas as informações e registos respectivos a individuos considerados perigosos, nacionaes ou estrangeiros, a fim de a respeito d'elles serem tomadas, ou propostas ao Governo, as providencias convenientes, em harmonia com as leis do reino, e conforme as convenções internacionaes.

Art. 43.º A policia de investigação criminal fica apenas com as attribuições que actualmente competem aos commissarios de policia e aos administradores de concelho, conforme o regulamento de 21 de dezembro de 1876 e o Codigo Administrativo, na parte applicavel; e pode proceder a exames, quando para o proseguimento das investigações seja indispensavel averiguar assim qualquer facto, ou quando haja urgencia para não desaparecerem os vestigios do facto punivel, se o juiz competente ainda não tiver intervindo, e salva a faculdade que o mesmo juiz tem de repetir os exames.

§ 1.º Os presumidos delinquentes podem ser chamados para ser ouvidos, quando ao magistrado que dirige a investigação isso pareça conveniente; e em todo o caso, durante a investigação, podem elles sempre juntar documentos e indicar algum exame a fazer e testemunhas a inquirir, procedendo-se a estas diligencias, quando não sejam manifestamente desnecessarias.

§ 2.º O presumido delinquente que, sendo intimado, faltar, ficará preso até se mostrar a sua innocencia, ou a sua responsabilidade criminal, sendo neste caso remetido a juizo; mas a prisão nunca poderá durar mais de oito dias.



Art. 44.º A polícia não poderá investigar acerca de nenhum crime particular, senão a requerimento da parte; e no caso em que o Código Penal exige previa queixa, denuncia ou participação de qualquer pessoa, não pode proceder sem essa pessoa lhe dar conhecimento do facto.

Art. 45.º Aos magistrados a que se refere o artigo 36.º, compete:

1.º Dirigir os serviços de investigação, e mandar lavrar auto das diligencias effectuadas;

2.º Ordenar, por despacho fundamentado, dentro de vinte e quatro horas, que fiquem, ou não, presos os que a polícia lhes apresentar, por inspirarem desconfiança, fundada, de querevem commetter algum crime, a que seja applicavel pena maior de prisão ou de degredo, a fim de se averiguar a sua identidade, tomar as providencias necessarias para evitar o crime, e dar-lhes destino conforme as leis, não podendo nunca estar presos mais de oito dias;

3.º Mandar soltar aquelles que pelas averiguações a que se proceder se mostre claramente não serem culpados;

4.º Mandar prender os culpados nos casos do artigo 46.º

§ unico. Os autos que se lavrarem teem fê em juizo, até prova plena em contrario.

Art. 46.º Ninguém pode ser preso, seja qual for o pretexto, senão nos casos de flagrante delicto, e naquelles em que as leis permitem a prisão sem culpa formada, salvos os casos especialmente previstos nesta lei.

§ 1.º Ainda em flagrante delicto, a prisão não terá logar quando ao facto punivel não corresponda a pena de prisão, superior a seis meses, ou de degredo, nem quando o processo dependa de queixa, denuncia ou participação de qualquer pessoa, se esta não a pedir.

§ 2.º Quando o facto punivel corresponda a pena de prisão até seis mezes, o delinquente só poderá ser preso se no acto não provar, ou não se reconhecer, a sua identidade e domicilio, ou se em segunda repetir o facto ou praticar qualquer outro facto punivel, ainda em presença da autoridade.

§ 3.º A excepção de flagrante delicto, ninguém pode ser preso senão havendo ordem escrita da autoridade competente.

§ 4.º Pelos crimes e contravenções a que não seja applicavel a pena de prisão, ninguém poderá ser conduzido a qualquer posto, esquadra ou repartição policial, a pretexto de esclarecimento ou qualquer outro, senão nos casos designados nos paragraphos anteriores.



Art. 44.º A policia não poderá investigar acêrca de nenhum crime particular, senão a requerimento da parte; e no caso em que o Código Penal exige previa queixa, denuncia ou participação de qualquer pessoa, não pode proceder sem essa pessoa lhe dar conhecimento do facto.

Art. 45.º Aos magistrados a que se refere o artigo 36.º, compete:

1.º Dirigir os serviços de investigação, e mandar lavrar auto das diligencias effectuadas;

2.º Ordenar, por despacho fundamentado, dentro de vinte e quatro horas, que fiquem, ou não, presos os que a policia lhes apresentar, por inspirarem desconfiança, fundada, de quererem commetter algum crime, a que seja applicavel pena maior de prisão ou de degredo, a fim de se averiguar a sua identidade, tomar as providencias necessarias para evitar o crime, e dar-lhes destino conforme as leis, não podendo nunca estar presos mais de oito dias;

3.º Mandar soltar aquelles que pelas averiguações a que se proceder se mostre claramente não serem culpados;

4.º Mandar prender os culpados nos casos do artigo 46.º

§ unico. Os autos que se lavrarem teem fé em juizo, até prova plena em contrario.

Art. 46.º Ninguém pode ser preso, seja qual for o pretexto, senão nos casos de flagrante delicto, e naquelles em que as leis permitem a prisão sem culpa formada, salvos os casos especialmente previstos nesta lei.

§ 1.º Ainda em flagrante delicto, a prisão não terá logar quando ao facto punivel não corresponda a pena de prisão, superior a seis meses, ou de degredo, nem quando o processo dependa de queixa, denuncia ou participação de qualquer pessoa, se esta não a pedir.

§ 2.º Quando o facto punivel corresponda a pena de prisão até seis mezes, o delinquente só poderá ser preso se no acto não provar, ou não se reconhecer, a sua identidade e domicilio, ou se em seguida repetir o facto ou praticar qualquer outro facto punivel, ainda em presença da autoridade.

§ 3.º Á excepção de flagrante delicto, ninguém pode ser preso senão havendo ordem escrita da autoridade competente.

§ 4.º Pelos crimes e contravenções a que não seja applicavel a pena de prisão, ninguém poderá ser conduzido a qualquer posto, esquadra ou repartição policial, a pretexto de esclarecimento ou qualquer outro, senão nos casos designados nos paragraphos anteriores.



§ 5.º Por prisão se entende, para os effeitos d'esta lei, qualquer detenção ou custodia.

Art. 47.º Logo que alguém seja preso, dar-se-lhe-ha conhecimento, sendo possível por escrito, dos motivos da prisão, sempre antes do primeiro interrogatorio, e ser-lhe-ha nomeado advogado, se o preso não o escolher, o qual assistirá aos interrogatorios que lhe forem feitos, e poderá depois requerer o que for justo, procedendo-se ás diligencias requeridas, se poderem fazer-se até que os presos sejam remettidos a juizo, e juntando-se aos autos os documentos que porventura sejam offerecidos.

§ unico. Ao advogado será facultado o exame do processo, com autorização do magistrado que dirigir a investigação, salvo havendo mais agentes do facto punivel que ainda não estejam presos, porque neste caso apenas será lido ao advogado o que exclusivamente se referir aos presos. O advogado que for inconfidente será punido nos termos do artigo 290.º do Codigo Penal.

Art. 48.º As perguntas aos presos não serão suggestivas nem cavilosas; serão sempre feitas com escrupulosa imparcialidade, sem o emprego de ameaças ou de outros meios violentos, nem acompanhadas de rodeios enganosos ou falsas promessas.

Art. 49.º A investigação será continua, mas deve interromper-se para satisfazer a necessidade de alimentação e descanso.

Art. 50.º Em caso nenhum as investigações policiaes prejudicarão as attribuições e a competencia dos juizes de instrução.

Art. 51.º Os presos por qualquer autoridade policial, ou administrativa por crimes ou contravenções, salvos os casos especiaes previstos nesta lei, serão remettidos para o juizo competente no prazo de quarenta e oito horas; e, salvo o disposto no artigo 56.º, não poderão communicar com pessoa alguma, se ao crime corresponder pena maior de prisão ou de degredo, senão com o seu advogado e com seus paes, filhos, mulher ou marido e irmãos, com licença do magistrado de investigação e na presença de um agente.

§ unico. Passado o prazo de quarenta e oito horas, desde a prisão, o juiz requisitará o preso, se não lhe tiver sido entregue; e, se esta requisição não for satisfeita em vinte e quatro horas, considera-se desde logo o preso á disposição do juiz para todos os effeitos legais.



Art. 52.º Para a execução do disposto no § unico do artigo anterior todos os encarregados da guarda da prisão, director de cadeias, carcereiros, cabos da guarda de qualquer corporação policial, ou qualquer outro funcionario, devem, em vinte e quatro horas, participar ao juiz competente o dia e a hora da entrada dos presos, indicando o seu nome, a ordem de quem entraram e o motivo da prisão.

§ unico. Os encarregados da guarda dos presos que pertençam a qualquer corporação darão a participação ao seu commandante, inspector ou chefe de qualquer natureza, e este a enviará ao juiz dentro d'aquelle prazo.

Art. 53.º Findas as investigações os autos serão remettidos ao juiz competente, com os presos se os houver.

§ unico. Depois d'esta remessa ainda os magistrados de investigação devem enviar áquelle juiz quaesquer informações acérca do facto punivel e seus agentes, que ulteriormente poderem obter.

Art. 54.º A policia de investigação effectuará todas as diligencias da sua competencia que os juizes lhe requisitarem.

Art. 55.º Os processos de investigação, nos casos em que a acção publica tem lugar, são isentos de sello, salvo havendo condemnação a final. Nos outros casos serão isentos de sello somente quando os requerentes forem notoriamente pobres.

Art. 56.º Aos presos por crimes que admittem caução, e nos casos em que ella não pode ser exigida, poderão os magistrados de investigação, ponderando o seu comportamento moral e as circumstancias do facto, conceder liberdade provisoria até serem remettidos para juizo, obrigando-se elles a comparecer quando lhes for exigido, por termo que será lavrado pelo secretario, ou, na sua falta, pelos sub-inspectores em Lisboa e Porto e nos outros concelhos por quem for nomeado pelo respectivo magistrado.

§ 1.º Este termo não interrompe o prazo para a remessa dos presos a juizo nem os termos ulteriores.

§ 2.º Contra aquelles a quem for concedida liberdade provisoria se passarão mandados de captura, para serem enviados a juizo, e não tornará a ser lhes feita igual concessão, se não comparecerem quando lhes for ordenado.



## CAPITULO II

### Dos juizes de instrucção criminal

#### SECÇÃO I

##### Da sua organização e competencia

Art. 57.º São extinctos o quarto districto criminal da comarca de Lisboa e o terceiro districto criminal da comarca do Porto.

§ 1.º Na comarca de Lisboa o primeiro districto criminal comprehenderá as areas da primeira e segunda varas civeis; o segundo as das terceira e quarta e o terceiro as das quinta e sexta.

§ 2.º Na comarca do Porto o primeiro districto criminal comprehenderá as areas da primeira e segunda varas civeis e o segundo as da terceira e quarta varas.

Art. 58.º Os juizes criminaes dos districtos continuarão a ser de 1.ª classe.

Art. 59.º Em cada um d'estes juizes haverá dois escrivães e dois officiaes de diligencias.

Art. 60.º Em cada um dos districtos criminaes haverá um juiz de instrucção criminal, de segunda classe, com tres escrivães e tres officiaes de diligencias.

Art. 61.º Nos juizes criminaes e nos de instrucção servirão os delegados do procurador regio e os contadores das respectivas varas civeis.

Art. 62.º Aos juizes criminaes ficam competindo todos os termos do processo penal depois de findo o processo preparatorio; o julgamento de todas as transgressões e coimas e a correição nos termos do respectivo regulamento.

§ 1.º Exceptuam-se da disposição d'este artigo os processos e o julgamento das coimas dos concelhos que não sejam sede de juizo criminal, os quaes são da competencia dos respectivos juizes de paz.

Art. 63.º A qualquer dos juizes dos districtos criminaes compete mandar passar os certificados de registo criminal.

Art. 64.º Os juizes de instrucção criminal teem competencia para o processo preparatorio, a que procederão nos termos das leis de processo penal actualmente em vigor, salvas as disposições d'esta lei e a competencia dos juizes de paz.

§ unico. O processo preparatorio comprehende o corpo de delicto para verificação do facto punivel e os actos neces-



sarios para descobrir os seus agentes; e só se considera findo, quando não haja mais diligencias a fazer, e, nos casos em que houver pronuncia, quando esta passar em julgado.

Art. 65.º As autoridades judiciais de qualquer comarca, logo que tenham conhecimento de algum facto, cuja verificação seja indispensavel para a organização do processo preparatorio, procederão para isso ás diligencias necessarias, remetendo depois os respectivos autos ao juiz competente, quando o conhecimento do facto não dependa de queixa, participação ou denuncia de qualquer pessoa, e não tenha sido feita.

Art. 66.º É permittido ao presumido delinquente, ainda que não esteja preso, offerecer ao juiz, durante o processo preparatorio, quaesquer meios de prova e indicar algum exame a fazer e testemunhas e inquirir, procedendo-se a estas diligencias quando não sejam manifestamente desnecessarias.

§ 1.º A disposição d'este artigo é applicavel ao caso em que o juiz officiosamente, ou a requerimento do Ministério Publico ou do queixoso, entender necessario para o descobrimento da verdade, ouvir pessoalmente o presumido delinquente.

§ 2.º Se este, devidamente intimado, não comparecer, sem motivo justificado, será preso, e só prestando caução, se for admissivel, poderá livrar-se solto.

Art. 67.º Aos presos o juiz nomeará sempre advogado, se elles não o tiverem escolhido, o qual assistirá aos interrogatorios, e pode depois requerer o que lhe parecer justo a bem da defesa, nos termos do artigo anterior.

§ 1.º Ao advogado será facultado o exame do processo, com previa autorização do juiz, quando elle o reclame, excepto se houver mais agentes do facto que ainda não estejam presos, porque neste caso apenas serão lidas ao advogado as peças do processo que digam respeito exclusivamente aos presos.

§ 2.º Em qualquer das hypotheses o advogado fica sujeito ás penas do artigo 290.º do Codigo Penal, em caso de inconfidencia.

Art. 68.º A caução, nos termos da lei, será concedida em qualquer estado do processo, ainda que o arguido não esteja preso.

§ 1.º Havendo em juizo varios processos pendentes contra o mesmo arguido, por crimes que admittam caução, esta, se elle assim o requerer, será concedida, em attenção á



accumulação de crimes, organizando-se para isso um só processo. Em todos os processos se lavrará termo de declaração de domicílio, e ficará junta certidão do termo de fiança.

§ 2.º Também se formará um só processo de caução, quando haja varios arguidos, e elles a requeiram ao mesmo tempo.

§ 3.º Ainda nos casos, em que segundo a lei actual não é admissivel caução, será ella concedida se no processo estiverem provadas circumstancias especiaes, que, segundo a lei penal, a pena a applicar seja temporaria.

§ 4.º Em caso nenhum os arguidos se poderão livrar soltos, se já tiverem soffrido uma condemnação em pena maior de prisão ou de degredo, ou uma condemnação como vadios, ou cinco em pena correccional por qualquer outro crime.

§ 5.º Na hypothese do § 2.º do artigo 66.º, ou em qualquer outra, quando ao facto punivel corresponda o processo de policia correccional, a caução nunca poderá ser arbitrada em quantia superior a 50\$000 réis.

Art. 69.º Os arguidos, estando em juizo, podem assistir aos exames com o seu advogado e propor quesitos; mas a inquirição das testemunhas será feita pelo juiz, sem assistencia das partes.

§ unico. Entende-se que o arguido está em juizo, quando está preso ou caucionado, e nos casos do artigo 66.º e seu § 1.º

Art. 70.º A incommunicabilidade dos presos só pode ter logar nos casos em que seja applicavel pena maior de prisão ou de degredo, e não pode prolongar-se por mais de quarenta e oito horas, a contar da sua entrega ao juiz.

§ unico. Durante aquelle prazo, porem, podem os presos communicar com o seu advogado e com seus paes, filhos, mulher ou marido e irmãos, com licença do juiz e na presença de um agente da autoridade por elle indicado.

Art. 71.º Sem culpa formada, seja qual for o crime, ninguem pode estar preso mais de oito dias; mas o juiz poderá prorogar este prazo, se do processo constar a impossibilidade de proceder a todas as diligencias necessarias para a pronuncia, ou para o julgamento nos casos em que não ha pronuncia. Em caso algum, porem, a prisão sem culpa formada, poderá prolongar-se por mais de vinte dias.

§ unico. No prazo a que se refere este artigo, conta-se



dido para os effeitos do artigo 4.º da lei de 14 de junho de 1884.

Art. 72.º No processo preparatorio poderão ser inquiridas testemunhas sem numero limitado, mas nunca poderão ser inquiridas menos de tres.

Art. 73.º O juiz, para mais exacta comprehensão dos depoimentos das testemunhas e das declarações dos offendidos e dos presumidos delinquentes, poderá ouvi-los nos logares a que se referirem.

Art. 74.º Os corpos de delicto e mais termos do processo preparatorio, feitos em país estrangeiro, podem servir de base ao processo penal, se não fôr possível fazê-los em territorio portuguez, e se o facto constar de um modo irrecusavel.

Art. 75.º Logo que no processo preparatorio esteja verificado qualquer crime, e haja prova indiciaria sufficiente, o Ministerio Publico dará a sua queixa ou querela, qual não caso couber, e o juiz lançará despacho de pronuncia, continuando o processo seus termos, se ainda houver diligencias a fazer, e lançando-se novas pronuncias á proporção que se forem descobrindo novos culpados, ou novos elementos do crime.

§ 1.º Findas todas as diligencias que haja a fazer, o juiz por despacho encerrará o processo preparatorio, confirmando, revogando ou alterando os despachos anteriores.

§ 2.º Só d'este despacho se pode aggravar de injusta pronuncia, salvo na hypothese do artigo 995.º da Novissima Reforma Judiciaria.

§ 3.º O processo preparatorio deve ser encerrado no prazo de trinta dias, se o arguido estiver preso; mas pode o juiz prorogar este prazo nos termos do artigo 71.º.

Art. 76.º As diligencias que houverem de praticar-se fora da comarca, serão requisitadas por carta precatoria ou rogatoria, ou por officio, ou por telegramma, dirigidos á autoridade competente.

Art. 77.º Nos casos em que o Ministerio Publico é competente para accusar, e este magistrado promover que os autos se archivem, o juiz se não se conformar, ainda que a parte particular requeira os termos ulteriores, limitar-se-ha a mandar os autos novamente ao Ministerio Publico com despacho fundamentado. O Ministerio Publico promoverá então os termos conforme o despacho, se d'este não aggravar. Se aggravar e o despacho do juiz for con-

firmado, o Ministerio Publico promoverá nos termos da decisão proferida; e, no caso contrario, o processo será archivado.

Art. 78.º Findo o processo preparatorio serão os autos remettidos ao respectivo juiz criminal, para ahi seguirem os termos ulteriores, salvo se o juiz se julgar incompetente, porque neste caso os enviará ao tribunal competente.

Art. 79.º Não constando do processo preparatorio prova do facto punivel, ou, não havendo, ao menos, indicios contra os seus agentes, o processo será archivado, mas poderá proseguir novamente, se se descobrirem outros meios de prova.

Art. 80.º O processo preparatorio será tambem archivado, sempre que d'elle constem claramente os factos que extinguem a acção penal, ou que isentam de pena, nos termos do Codigo Penal.

Art. 81.º Os juizes criminaes substituem-se reciprocamente pela ordem numerica dos districtos, seguindo-se ao ultimo o primeiro; e pela mesma forma se substituirão os juizes de instrucção criminal.

§ unico. Nenhum juiz poderá accumular o serviço de mais de dois juizes, e quando haja mais impedimentos o juiz criminal, que se impedir, será substituido pelo juiz de instrucção do districto immediato, e o juiz de instrucção pelo juiz criminal do districto immediato, por forma que nunca nenhum juiz intervenha na instrucção do processo que tenha de julgar.

Art. 82.º As disposições dos artigos 64.º, § unico, a 80.º são applicaveis a todas as comarcas do reino.

### CAPITULO III

#### Disposições geraes

.....  
Art. 96.º A disposição do artigo 51.º é applicavel aos presos por qualquer autoridade ou funcionario publico.

§ unico. Os presos pelos funcionarios, agentes e praças de policia por crimes ou contravenções, serão logo postos á disposição do inspector de investigação, por forma que no prazo de quarenta e oito horas, a contar da prisão, hão de ser remettidos a juizo.



## CAPITULO IV

## Disposições penaes

.....  
Art. 111.º Todo o acto praticado por qualquer funcionario policial, ou administrativo, contra a expressa disposição da lei e de que resulte prejuizo á propriedade ou a privação da liberdade, será considerado abuso de autoridade, e, como tal, punido com a pena de prisão correccional de tres mezes a dois annos, que poderá ser aggravada com multa correspondente.

§ 1.º A detenção, ou prisão policial, está comprehendida na disposição d'este artigo, quando dos autos não constem os motivos justos que a ella deram logar e justifiquem a sua duração.

§ 2.º Serão punidos nos termos d'este artigo os inspectores e as outras autoridades e funcionarios a que se referem os artigos 36.º, 51.º e 96.º, que não entregarem ao juiz competente os presos dentro do prazo marcado nesta lei, e os que os soltarem indevidamente. Neste caso só serão isentos de pena se provarem com os autos de investigação que podiam soltar os presos, nos termos do n.º 3.º do artigo 45.º.

Art. 112.º Aquelles que não cumprirem o disposto no artigo 52.º serão pela primeira vez condemnados na multa de dois mezes; pela segunda serão suspensos até seis mezes e pela terceira serão demittidos.

Art. 113.º O juiz que não mandar soltar os presos, findos os prazos designados nesta lei, ou que prolongar os mesmos prazos sem dos autos constarem os motivos justos que a isso o autorizaram, será punido nos termos do artigo 291.º do Codigo Penal.



## ADITAMENTOS

Páginas	Adições	comentários:
10	10	L. 22 fevereiro 1914
24	18	ou contra mais de um cidadão
84	4	(1) Supr. Trib. de Justiça, em acórdão de 13 fevereiro 1916, decidiu que aquele artigo 190º tinha força de lei e que a citada lei de 1911 não pode ter efeito retroactivo; e que por isso é inconstitucional e não pode cumprir-se o seu artigo 2º que manda reaver e anular as sentenças anteriores
47	8	V. <i>Deportação</i>
78	17	bem como o de falta de respeito á bandeira nacional
(6)	18	e de 14 janeiro 1913
76	11	<i>Alibação</i>
"	18	V. <i>Tutória da Infancia</i>
77	22	P. 7 junho 1913
(8)	20	sendo maiores de 16 annos e não tendo completado os 49.

## EMENDAS

Páginas	Adições	onde se lê :	deve ler-se :
30	30	garante é,	garante o
"	31	não o	não é
44	29	requeridas	requeridos
56	15	pronunciados	pronunciados
77	8	n.º 1.º a 3.º do dec.	n.º 1.º a 3.º do artigo 2.º do dec.



## ADITAMENTOS

Paginas	linhas	acrescentar :
10	10	L. 22 fevereiro 1914
24	18	ou contra mais de um cidadão
34	4	O Supr. Trib. de Justiça, em acórdão de 13 fevereiro 1914, decidiu que aquelle ar- tigo 100.º tinha força de lei e que a citada lei de 1911 não pode ter efeito retroactivo ; e que por isso é inconsti- tucional e não pode cumprir-se o seu artigo 2.º que manda rever e anular as sentenças anteriores
47	8	V. <i>Deportação</i>
58	17	bem como o de falta de respeito á ban- deira nacional
60	18	e de 14 janeiro 1913
76	11	<i>Aliciação</i>
»	18	V. Tutoria da infancia
77	22	P. 7 junho 1913
90	20	sendo maiores de 16 annos e não tendo completado os 60.

## EMENDAS

Paginas	linhas	onde se lê :	deve lêr-se :
39	30	garante é,	garante o
»	31	não o	não é
44	29	requeridas	requeridos
56	15	pronunciados	pronunciados
77	8	n.º 1.º a 3.º do dec.	n.º 1.º a 3.º do ar- tigo 2.º do dec.



## ADITAMENTOS

Páginas	linhas	acrescentar :
10	10	L. 22 fevereiro 1914
24	18	ou contra mais de um cidadão
34	4	O Supr. Trib. de Justiça, em acórdão de 13 fevereiro 1914, decidiu que aquele ar- tigo 100.º tinha força de lei e que a citada lei de 1911 não pode ter efeito retroactivo; e que por isso é inconsti- tucional e não pode cumprir-se o seu artigo 2.º que manda rever e anular as sentenças anteriores
47	8	V. <i>Deportação</i>
58	17	bem como o de falta de respeito á ban- deira nacional
60	18	e de 14 janeiro 1913
76	11	<i>Aliciação</i>
"	18	V. Tutoria da infancia
77	22	P. 7 junho 1913
90	20	sendo maiores de 16 annos e não tendo completado os 60.

## EMENDAS

Páginas	linhas	onde se lê :	deve lêr-se :
39	30	garante é,	garante o
"	31	não o	não é
44	29	requeridas	requeridos
56	15	pronunciados	pronunciados
77	8	n.ºs 1.º a 3.º do dec.	n.ºs 1.º a 3.º do ar- tigo 2.º do dec.